

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL

ANDERSON BELTRAME PEDROSO

**A CASA DOS CATA-VENTOS:
variações sobre o futuro, a inutilidade e a sede**

Porto Alegre

2013

Anderson Beltrame Pedroso

**A CASA DOS CATA-VENTOS:
variações sobre o futuro, a inutilidade e a sede**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

Orientador: Prof. Dr. Edson Luiz André de Sousa

Porto Alegre

2013

Anderson Beltrame Pedroso

**A CASA DOS CATA-VENTOS:
variações sobre o futuro, a inutilidade e a sede**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

Aprovado em 09 de abril de 2013.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Edson Luiz André de Sousa – UFRGS

Prof.^a Dr.^a Ana Maria Gageiro – UFRGS

Prof.^a Dr.^a Carmen Silveira de Oliveira - GHC

Prof.^a Dr.^a Miriam Debieux Rosa - USP

Prof.^a Dr.^a Sandra Djambolakdjian Torossian – UFRGS

Prof.^a Dr.^a Simone Mainieri Paulon – UFRGS

*Para meus pais, Paulo Ricardo e Maísa,
e para minha irmã, Natália:
pela infância que tive, por aquilo que sou.*

*Cata-vento enlouqueceu,
Ficou girando, girando.
Em torno do cata-vento
Dancemos todos em bando.
(Mário Quintana)*

PRELÚDIO

Esta dissertação versa sobre a experiência da Casa dos Cata-Ventos, uma proposta de trabalho com crianças e famílias em situação de vulnerabilidade social desenvolvida em Porto Alegre/RS. Tem por objetivo apresentar o cenário histórico no qual a ação da Casa dos Cata-Ventos ocorre e os fundamentos da aposta que fazemos. Este modelo de trabalho se inspira na *Maison Verte*, criada por Françoise Dolto em Paris, e na Casa da Árvore, ONG que atua na cidade do Rio de Janeiro. No primeiro capítulo contextualizo a discussão, apresentando uma historiografia sucinta do tema que, embora não ambicione se constituir numa genealogia, busca apresentar as rupturas do campo discursivo que toma as formas de atenção à infância como objeto. Parto daquilo que determinou as condições de possibilidade da educação como estratégia de formação dos cidadãos e da força de trabalho necessária à manutenção do modo de produção capitalista.

O segundo e o terceiro ensaio situam-se mais propriamente sobre o campo da experiência da Casa dos Cata-Ventos. O segundo apresenta a experiência e as raízes que a inspiraram. Nele discuto o que chamo de uma aposta na dimensão política do brincar, recuperando o conceito de brincar na psicanálise – enfatizando as contribuições de D. W. Winnicott e Ricardo Rodulfo – e a fenomenologia da *vita activa*, exposta por Hannah Arendt na obra *A Condição Humana*.

O terceiro ensaio é inspirado num conjunto de cenas vividas na Casa dos Cata-Ventos e busca avançar na discussão de uma clínica do território, acompanhando algumas linhas de composição da subjetividade que se forma em espaços de privação, onde as garantias constitucionais de direitos não se efetivam, deixando um vasto campo para que o ressentimento se estruture como estratégia de sobrevivência e a violência se imponha de forma massiva e autoritária. Busco, contudo, apoio na literatura de Guimarães Rosa para apontar as linhas de fuga desta forma de captura da subjetividade.

Palavras-chave: Casa dos Cata-Ventos; infância; brincar; intervenção social.

PRELUDE

This dissertation talks about the experience of the *Casa dos Cata-Ventos*, a proposal to work with children and families in social vulnerability developed in Porto Alegre/RS. Aims to present the historical setting in which the action of *Casa dos Cata-Ventos* occurs and the foundations of the bet we do. This working model is inspired by *Maison Verte*, created by Françoise Dolto in Paris, and the *Casa da Árvore*, an NGO active in the city of Rio de Janeiro. In the first chapter I contextualize the discussion by presenting a brief history of the subject that, although does not ambition to constitute a genealogy, aims to present the discursive field's breaks that takes the forms of child care as an object. I take off from what determined the conditions of possibility of education as a strategy of citizens formation and the strength of work necessary to maintain the capitalist mode of production.

The second and third essays lie more properly on the experience field of the *Casa dos Cata-Ventos*. The second one presents the experience and the roots that have inspired it. In it I discuss what I call a bet on the political dimension of playing, recovering the concept of playing in psychoanalysis - emphasizing the contributions of D. W. Winnicott and Ricardo Rodulfo - and the *vita activa's* phenomenology, exhibited by Hannah Arendt in *The Human Condition*.

The third essay is inspired by a group of scenes experienced in the *Casa dos Cata-Ventos* and seeks to advance the discussion of a territory clinic, following a few lines of subjectivity composition which are formed in deprivation areas, where constitutional guarantees of rights do not actualize, leaving a vast field for that resentment is structured as a survival strategy and that violence is imposed in a massive and authoritarian way. I seek, however, support in the literature of Guimarães Rosa to show the vanishing points of this form of subjectivity capturing.

Keywords: *Casa dos Cata-Ventos*; childhood; playing; social intervention.

SUMÁRIO

INVESTIMENTO OU APOSTA	17
AS FORMAS DE ATENÇÃO À INFÂNCIA	19
OUVIR O PASSADO, ESCUTAR O FUTURO	35
TRABALHO INÚTIL	39
<i>A MAISON VERTE</i>	39
A CASA DA ÁRVORE	43
A CASA DOS CATA-VENTOS.....	47
UMA APOSTA NA DIMENSÃO POLÍTICA DO BRINCAR.....	54
SER-TÃO	95
SUBIR NO TELHADO.....	97
A FORÇA QUE NUNCA SECA	101
A LETRA QUE FALTA	107
ERRANTES	109
<i>DÉSÊTRE</i> E SER-TÃO.....	115
SOBRE A GUERRA	123
GRATIDÃO	125
TIROS PARA O ALTO	127
REFERÊNCIAS	129

INVESTIMENTO OU APOSTA

Há alguns anos, quando ainda trabalhava em um serviço da rede sócio-assistencial de um município da Grande Porto Alegre, observei uma cena que nunca mais pude esquecer. Oferecíamos em um serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, dentre outras atividades, uma oficina de capoeira para crianças e adolescentes de uma comunidade em grande vulnerabilidade social. Como de costume, a turma estava bastante agitada. Eram aproximadamente trinta e cinco crianças entre sete e doze anos. O educador, ao final de uma aula que havia sido em homenagem ao dia das crianças – e que por isso mesmo tinha sido mais descontraída, com jogos e brincadeiras –, decidiu reuni-los. Fazia muito calor. A agitação, o suor e o barulho foram aumentando até o ponto em que ele não suportou mais, ordenando que todos sentassem em roda e fizessem silêncio. Então perguntou:

– Vocês estão aqui para quê? Para aprender, não é mesmo?

Respondeu, antecipando-se às crianças. E continuou:

– Pois então, vocês sabem o quê é necessário para aprender?

Neste momento minha atenção foi convocada pela voz aguda e vacilante de um menino que estava fora da roda e cuja ausência havia sido ignorada pelo educador:

– Futuro!

Disse ele... O átimo em que esta palavra foi pronunciada parece ter sido suprimido da história. Acho que ninguém mais o ouviu. Não sei se por distração ou de forma intencional o educador emendou dizendo:

– Ouvidos. Para aprender é preciso ter ouvidos.

Irônica metáfora dos constrangimentos que a educação atual enfrenta. Tendo sido intencional ou não, a atitude do educador reflete o quadro de uma pedagogia surda que impõe aos alunos a sua opinião. Uma educação bancária, na melhor acepção freireana, que força ao recebimento passivo da informação. Que não se questiona sobre a sua verdade ou sobre a possibilidade de que o educando tenha algo a contribuir na produção do conhecimento. Por outro lado, a criança, mesmo ignorada, clama para que seus sonhos sejam ouvidos. Em sua resposta singela, este menino enunciou os anseios de toda geração que surge, cobrando daqueles que o antecederam que lhe deixem abertas as possibilidades de criação de sentidos para o mundo. Futuro, respondeu ele. Para aprender é necessário ter futuro. É necessário sonhar, ter utopias, desejo. Para

aprender é necessário ocupar uma posição no mundo que seja capaz de lançar o sujeito para frente, expandindo seus horizontes.

A contradição presente no relato que acabo de fazer remete a algumas dificuldades essenciais ao discurso pedagógico: como educar os jovens com as respostas que se conhece hoje para um futuro que é incerto? De que adianta que aprendam a usar as ferramentas que a cultura lhes legou, se nada assegura que os obstáculos que eles enfrentarão serão os mesmos que os nossos ou os de nossos antepassados? Está a educação condenada a respirar o ar viciado do mesmo?

A infância coloca-se, assim, como um problema no campo da política. Não só seu presente está em xeque, como seu lugar na história. Olhá-la como a promessa de um futuro melhor, como a materialização de um desejo gerado pela imaginação de um outro, pode representar o seu aprisionamento no circuito repetitivo do eterno retorno. Esta visão de mundo investe na criança com a certeza de que poderá colher os frutos deste investimento em um futuro não tão longínquo. A petulância de supormos conhecer e podermos antecipar as respostas que elas precisarão *a posteriori* pode significar a promessa de um fracasso. O oposto não é mais consolador. Abandoná-las a sua própria sorte significa uma condenação à morte. Apesar desta dupla ameaça, há um ponto onde um equilíbrio tênue pode ser sustentado, onde a infância pode se colocar em relação ao futuro como uma abertura do presente ao devir da história.

Os últimos séculos têm sido marcados pela crescente evolução tecnológica. Todos presenciam o descompasso de nossos recursos cognitivos frente ao funcionamento das máquinas e das formas de comunicação contemporâneas. Apesar disso, nosso sistema educacional preserva modos de funcionar que remetem ao século XVII: com a organização das turmas por faixas etárias, a disposição espacial dos alunos na sala, a exigência de disciplina, controle, frequência, etc. Todavia, os fracassos dessa superestrutura recaem sobre uma dimensão individualizante, que culpabiliza crianças e pais pelo insucesso de sua empreitada, não raras vezes se valendo da medicalização dos desvios do comportamento infantil como estratégia de dominação dos corpos. É necessário questionar, portanto, a serviço de quê se coloca a preservação de saberes e instituições tão retrógradas.

AS FORMAS DE ATENÇÃO À INFÂNCIA

Diversos autores já se debruçaram sobre a historiografia da infância e, dentre eles, a obra de Philippe Ariès é incontestavelmente um marco. Concordemos com suas opiniões ou discordemos delas, certo é que não podemos ignorá-las. A polêmica tese sustentada pelo autor é que “na sociedade medieval, que tomamos como ponto de partida, o sentimento de infância não existia” (ARIÈS, 1981, p. 99). O autor conceitua este sentimento não como afeição ou desprezo pelas crianças, mas como a consciência da particularidade infantil. Para sustentar seu argumento, Ariès recorre a um amplo espectro de referências que vão da iconografia, ao vestuário da época, passando pelos jogos e brincadeiras, estudos de diários pessoais, cartilhas e manuais de bons-modos e textos dos precursores da pedagogia moderna. O período de pesquisa recoberto vai do século XII ao século XIX e descreve o desenvolvimento desta mentalidade, sobretudo, na sociedade francesa.

Ariès afirma que, ao contrário das sociedades antigas que preservavam um espaço de formação para os jovens antes de ingressarem na vida adulta, a sociedade medieval ignorava as diferenças existentes entre estes pequenos seres e os adultos. Os vestígios encontrados pelo autor indicam que entre os séculos XII até muito tardiamente no século XVII, nas classes populares e na aristocracia, logo que adquiriam a capacidade de dispensar os cuidados de sua mãe ou ama de leite, as crianças se misturavam no meio social mais amplo, frequentemente sendo criados por outras famílias na condição de aprendiz. Uma mudança, contudo, iniciou-se muito timidamente com o ressurgimento do comércio com o Oriente após as Cruzadas, no século XIV. A burguesia, uma classe social intermediária entre os camponeses e os nobres, estabeleceu uma nova forma de lidar com as crianças. Ariès reserva o termo “paparicação” (ARIÈS, 1981) para se referir a este sentimento de infância que surgiu e passou a ser dispensado às crianças muito pequenas. Lembra o autor que, muito provavelmente, a satisfação com os gracejos que elas fazem deva ser tão antiga quanto a própria história da humanidade; contudo, foi a partir desta época que ressurgiram referências ao infantil nas artes, nos costumes e na literatura. Esculturas de crianças, retratos e, já na aristocracia dos séculos XVI e XVII, trajes especiais indicaram esta mudança de mentalidade. O exemplo mais palpável que sobreviveu ao tempo são as cartas de uma eminente aristocrata da década de 1670, Mme. de Sévigné, falando de sua neta aos pais da criança:

Estou lendo a história da descoberta das Índias por Cristóvão Colombo, que me diverte imensamente; mas vossa filha me distrai ainda mais. Eu a amo muito... Ela acaricia vosso retrato e o paparica de um jeito tão engraçado que tenho de correr e beijá-la. [...] Há uma hora que me distraio com vossa filha, ela é encantadora. [...] Mandei cortar seus cabelos. Ela agora usa um penteado solto. Esse penteado foi feito para ela. Sua tez, seu colo e seu corpinho são admiráveis. Ela faz cem gracinhas, fala, faz carinho, faz o sinal da cruz, pede desculpas, faz reverência, beija a mão, sacode os ombros, dança, agrada, segura o queixo: enfim, é linda em tudo que faz. Divirto-me com ela horas a fio (SÉVIGNÉ apud ARIÈS, 1981, p. 101).

Esta afetação convivía com uma indiferença em nada sutil: “Não quero que esta coisinha morra” (id., p. 101), diz ela com uma leviandade surpreendente para os dias de hoje. Este sentimento despertou quase que simultaneamente o seu avesso: uma repulsa e uma irritação com as crianças; o que simplesmente comprova a importância que elas passaram a ter no funcionamento da sociedade. Montaigne, nos seus *Essais*, chega a falar: “Não posso conceber essa paixão que faz com que as pessoas beijem as crianças recém-nascidas, que não têm ainda nem movimento na alma, nem forma reconhecível no corpo pela qual se possam tornar amáveis, e nunca permiti de boa vontade que elas fossem alimentadas na minha frente” (MONTAIGNE apud ARIÈS, 1981, p. 101). É curioso, todavia, que esta preocupação com a infância surja com tamanha antecedência com relação às melhorias das condições de saúde e sanitárias da população europeia em geral. Caberá investigar oportunamente de que forma a preocupação com a prole esteve na origem do movimento higienista surgida no decorrer do século XVIII.

Foi, todavia, entre as paredes das escolas e dos colégios que os moralistas e educadores do século XV começaram a questionar a forma medieval de lidar com as crianças. É preciso dizer que até então, estas instituições eram espaços de formação para a vida religiosa e que não contavam com classes divididas por idades. Eram espaços por onde passava somente uma pequena parte da população. A modernidade observou o início desta transformação à medida que foi se desenvolvendo no interior da escola o sentido da disciplina eclesiástica. Foi a disciplina o que permitiu que, paulatinamente, se instaurasse na mentalidade ocidental a ideia de uma infância longa, correspondente a todo o tempo de escolarização. Este movimento atingiu todas as classes sociais, mas especialmente a burguesia. Seus efeitos, entretanto, recaíram somente sobre o gênero masculino, pois as meninas em sua grande maioria permaneceram subjugadas a uma educação voltada à vida doméstica.

A disciplina escolar visava fortalecer a mente e o corpo, evitando assim os vícios que a vida comum ofertava aos jovens espíritos. Distanciando-se da ideia do pecado

original, com a qual Santo Agostinho havia contaminado o conceito de infância desde o século V, a modernidade recobriu a criança em uma aura de pureza e ingenuidade que deveria ser preservada pela educação. Aparecia assim, pela primeira vez, a visão da criança como o futuro da sociedade, aquela que seria responsável pela edificação do Reino de Deus na Terra:

Formou-se assim essa concepção moral da infância que insistia em sua fraqueza mais do que naquilo que M. de Grenaille chamava de sua “natureza ilustre”, que associava sua fraqueza à sua inocência, verdadeiro reflexo da pureza divina, e que colocava a educação na primeira fileira das obrigações humanas. Essa concepção reagia ao mesmo tempo contra a indiferença pela infância, contra um sentimento demasiado terno e egoísta que tornava a criança um brinquedo do adulto e cultivava seus caprichos, e contra o inverso deste último sentimento, o desprezo do homem racional. Essa concepção dominou a literatura pedagógica do final do século XVII. Eis o que escreve Coustel em 1687 em suas *Règles de l'éducation des enfants* sobre a necessidade de se amar as crianças e vencer a repugnância que elas inspiravam ao homem racional: “Se considerarmos o exterior das crianças, feito apenas de imperfeição e fraqueza, tanto no corpo como no espírito, é certo que não teremos motivos para lhes ter grande estima. Mas se olharmos o futuro e agirmos sob a inspiração da Fé, mudaremos de opinião”. Além da criança, veremos então o “bom magistrado”, o “bom cura”, o “grande senhor”. Mas, acima de tudo, devemos lembrar que as almas das crianças, ainda impregnadas da inocência batismal, são a morada de Jesus Cristo. “Deus dá o exemplo ordenando aos Anjos que acompanhem as crianças em todos os seus passos, sem jamais abandoná-las” (ARIES, 1981, p. 87).

A distância que separa o processo de socialização medieval do moderno foi determinada por esta ideia de educação que se difundiu na Europa a partir de meados dos séculos XVI e XVII. Foram a escola e o colégio as instituições que erigiram o pudor capaz de separar as crianças do meio social denso que caracterizava a vida medieval. Neste processo, a educação acabou por reforçar o papel da família, responsabilizando-a pela honradez moral de sua prole. Portanto, conforme o autor, a origem do sentimento de infância está relacionada à consolidação das instituições Escola e Família que se contrapuseram à ordem social medieval na medida em que preconizavam um espaço de privacidade que a última desconhecia. No lugar de uma socialização que se dava em meio aos adultos, a infância passou a contar com um tempo de preparação e um espaço próprio de existência – próximo ao convívio familiar, mas que não se confundia com este:

Passou-se a admitir que a criança não estava madura para a vida, e que era preciso submetê-la a um regime especial, a uma espécie de quarentena **antes** de deixá-la unir-se aos adultos. Essa nova preocupação com a educação pouco a pouco iria instalar-se no seio da sociedade, e transformá-la de fio a

pavio. A família deixou de ser apenas uma instituição do direito privado para a transmissão dos bens e do nome, e assumiu uma função moral e espiritual, passando a formar os corpos e as almas. Entre a geração física e a instituição jurídica existia um hiato, que a educação iria preencher. [...] A família e a escola retiraram juntas a criança da sociedade dos adultos (ARIÈS, 1981, p. 194-195; grifo do autor).

Esta transformação não estaria completa, contudo, sem o estabelecimento, posterior à Revolução Francesa, de um duplo sistema de educação, que reforçaria as diferenças das classes recém surgidas. Determinando um período de formação longo e erudito para os jovens das classes privilegiadas e uma educação curta e eminentemente prática para o povo em geral.

Cerca de um século depois, estes sentimentos de infância e de família funcionaram como forças motrizes do movimento higienista. Em meados do século XVIII iniciou-se na Europa uma forte preocupação com a conservação das crianças. Para o historiador Jacques Donzelot (1986), esta preocupação se referia inicialmente a três aspectos da forma de cuidado delas: a administração dos hospícios de menores abandonados, principalmente no que se referia aos índices elevadíssimos de mortalidade; a prática do envio das crianças para criação no campo por amas de leite; e a educação “artificial” das crianças ricas por serviçais. No extremo mais pobre da tessitura social, o que chocava era o desperdício de forças que poderiam, se bem administradas, retribuir os investimentos nelas feito pelo conjunto da sociedade. Demandava-se, portanto, uma **economia social** (DONZELOT, 1986, p. 18) capaz de gerir mais racionalmente os recursos e as instituições, garantindo assim sua sobrevivência até a idade em que se tornassem úteis. Na outra extremidade, o que se preconizava era uma **economia do corpo** (ibid., p. 18) que visasse o pleno desenvolvimento da força e da potência de que ele seria capaz no futuro.

Exalta-se o século XVIII por sua revalorização das tarefas educativas, diz-se que a imagem da infância mudou. Sem dúvida. Mas, o que se instala nessa época é uma reorganização dos componentes educativos em torno de dois polos bem distintos, cada qual com uma estratégia bem diferente. O primeiro tem por eixo a difusão da medicina doméstica, ou seja, um conjunto de conhecimentos e de técnicas que devem permitir às classes burguesas tirar seus filhos da influência negativa dos serviçais e colocar esses serviçais sob a vigilância dos pais. O segundo poderia agrupar sob a etiqueta de “economia social” todas as formas de direção da vida dos pobres com o objetivo de diminuir o custo social de sua reprodução, de obter um número desejável de trabalhadores com um mínimo de gastos públicos, em suma, o que se convencionou chamar de filantropia (ibid., p. 21-22).

O polo burguês que se instaurou no sistema educacional, apoiado nesta economia do corpo e na medicina doméstica, representou uma vitória das mulheres no domínio privado do lar. Estabeleceu-se uma aliança do saber médico com a figura da mãe: “O médico prescreve, a mãe executa” (FONSSAGRIVES apud DONZELOT, 1986, p. 23); e esta aliança serviu para proteger a família do meio social considerado pernicioso e criticar a rigidez da disciplina escolar, especialmente nos internatos, objetivando a libertação dos corpos (exercício da força, da agilidade e do movimento).

Por outro lado, a economia social, organizada na forma de um sistema filantrópico, embora não produzisse uma diferença de objetivos e de ideais com relação à educação burguesa do corpo, colocava sua especificidade na forma de execução, o que – todavia – acabava por gerar efeitos subjetivos completamente diversos. Donzelot cita os exemplos, na França, do que ocorreu com os conventos, os prostíbulo e os orfanatos; instituições que surgiram para dar conta daqueles que se desviavam da norma familiar. Entre meados do século XVII e o final do século XIX estas instituições foram sustentadas por um único ponto de convergência entre as expectativas das famílias e do Estado: as famílias objetivavam preservar sua honra, sua reputação, seu prestígio, seu nome e sua posição, ao passo que o Estado visava prevenir o “desperdício das forças vivas” (DONZELOT, 1986, p. 29). Esta polaridade sustentou a estratégia de exclusão e de retenção dos indesejados dentro destes espaços fechados. Já na segunda metade do século XIX este quadro se alterou, ao invés do isolamento, passou-se a observar um número cada vez maior de entidades filantrópicas e religiosas que visavam a assistência familiar. Da mesma forma, o ingresso das mulheres no mercado de trabalho, demanda flagrante nas classes populares, tornou-se um empecilho que teve de ser tolerado. Embora visto como uma situação transitória, já que para a mentalidade da época cabia ao homem sustentar a família. O papel da mulher nas classes populares era o de preservar o lar e a família da devassidão do mundo.

Não somente com relação às mulheres, mas também a infância era alvo deste ideal sanitário e moral que se desdobrava em práticas diversas conforme a população que tomava como alvo, produzindo efeitos quase antagônicos. Donzelot descreve este cenário da seguinte forma:

E a infância? No primeiro caso, a solicitude de que é objeto toma a forma de uma **liberação protegida**, de um resgate dos medos e pressões comuns. Em torno da criança a família burguesa traça um cordão sanitário que delimita seu campo de desenvolvimento: no interior desse perímetro o desenvolvimento de seu corpo e de seu espírito será encorajado por todas as

contribuições da psicopedagogia postas a seu serviço e controlado por uma vigilância discreta. No outro caso, seria mais justo definir o modelo pedagógico como o de **liberdade vigiada**. O que constitui o problema, no que lhe diz respeito, não é tanto o peso das pressões caducas, mas sim o excesso de liberdade, o abandono nas ruas, e as técnicas instauradas consistem em limitar essa liberdade, em dirigir a criança para espaços de maior vigilância, a escola ou a habitação familiar (DONZELOT, 1986, p. 48; grifos do autor).

Esta estrutura, não obstante, foi insuficiente para represar as demandas sociais que se acumularam ao longo do século XVIII. O empobrecimento da população e a falta de condições de subsistência acabaram por eclodir em uma revolução social sem precedentes. Para Donzelot, neste sentido, a tomada da Bastilha – estopim da revolução de 1789 – não foi somente uma afronta ao poder despótico de Luís XVI, mas uma crítica também à estrutura do *patria potestas*¹ – o sagrado direito romano de vida e morte sobre os filhos [*vitae necisque potestas*] – já que este era o endereço de muitos dos condenados em processos das *lettres de cachet*². A ideologia que se seguiu à Revolução pode ser descrita como uma tentativa de síntese entre os anseios liberais e socialistas: a filantropia foi a fórmula encontrada para sanar a reivindicação popular por trabalho e assistência, eximindo o Estado desta responsabilidade.

Donzelot descreve duas linhas estratégicas de atuação da filantropia: 1) A **moralização** das famílias através de ações educativas que lhes incutiam pressupostos sanitários: esta forma de atuação preservava o ideal de Estado liberal já que a responsabilidade pelas ações neste campo era assumida por entidades privadas, geralmente vinculadas à Igreja. Tratava-se de um processo endógeno, cujos fluxos entre as instituições se retroalimentavam: as entidades filantrópicas, através de ações educativas e moralizadoras, libertavam as famílias das necessidades que as assolavam. Estas, por sua vez, poderiam empregar a sua força de trabalho na engrenagem capitalista que mantinha o Estado liberal, responsável por disseminar os ideais sanitários que justificavam a atuação das entidades filantrópicas. 2) A **normalização** dos desvios na ordem familiar: o século XIX presenciou o surgimento de um conjunto de dispositivos morais, educativos, sanitários e jurídicos capazes de intervir nas famílias, enfraquecendo o *patria potestas*. A possibilidade de destituição do pátrio poder alargou

¹ [Pátrio Poder] – Agamben (2002) indica a relação existente no vínculo de soberania capaz de instituir num mesmo gesto o poder paterno e o poder da pátria. Neste trabalho, utilizei as expressões “*patria potestas*” e “pátrio poder” em detrimento de “poder familiar” como preconizado no novo Código Civil (BRASIL, 2002), buscando ressaltar com este arcaísmo a ideia de um vínculo de sujeição.

² No breve escrito *A Vida dos Homens Infames*, Foucault (2006a) descreve este instrumento a partir do qual o Rei poderia exercer seu poder absoluto. Todavia, em geral esta intervenção não se dava de forma discricionária, mas era solicitada pelo chefe de família.

o espectro de atuação das organizações filantrópicas tomando a infância como catalisador de seus processos. Donzelot chega a afirmar que, na França, a relação entre as possibilidades de divórcio e de destituição do pátrio poder estão articuladas numa engrenagem que toma a família como campo de experimentação e agenciamento das formas de governo:

De plexo de uma tela complexa de relações de dependência e de pertinência, a família se transforma em nexos de terminações nervosas de aparelhos que lhe são exteriores. Esses novos dispositivos agem sobre a família a partir de um jogo duplo que implica, em última instância, sua conversão jurídica. Numa vertente eles a penetram diretamente, opondo, através da norma, os membros da família à autoridade patriarcal; organizando, em nome da proteção sanitária e educativa desses membros, a destituição do poder paterno, a tutelarização econômico-moral da família. Noutra vertente eles provocam a reorganização da vida familiar em torno da preocupação de majorar sua autonomia, fazendo intervir as normas como vantagens propícias a uma melhor realização dessa autonomia, apoiando-se para fazer aceitá-las, numa liberalização das relações intrafamiliares. Entre a lei do divórcio (1884) e a lei sobre a destituição do poder paterno (1889), há somente cinco anos de intervalo. Tudo se passa como se a liberalidade do contrato entre os parceiros conjugais se duplicasse em um outro, tácito, para com o Estado: essa liberdade que preside vossa união, essa facilidade de contratá-la fora das antigas exigências das famílias e dos grupos de pertinência, essa liberdade de rompê-la também, nós vô-la concedemos apenas na medida em que dela tirardes proveito a fim de melhor garantirdes vossa autonomia, pela observação das normas que garantem a utilidade social dos membros de vossa família; caso contrário, dessa autonomia, caireis sob o registro da tutela (DONZELOT, 1986, p. 86).

O final do século XIX presenciou o nascimento de uma instituição peculiar a partir da qual se irradiaram os filamentos de um dispositivo de saber-poder que se alastrou por todo o corpo social. Os Tribunais de Menores, filhos híbridos do sistema penal e da medicina social, distribuíram seu exercício de vigilância nas colônias penitenciárias, nos institutos de correção, nas escolas e chegaram até a intimidade das casas. Este verdadeiro **complexo tutelar**, como o chama Donzelot (1986), inaugurou o espaço de tudo o que conhecemos até hoje como **trabalho social**, incidindo sobre o hiato entre “a infância em perigo, aquela que não se beneficiou de todos os cuidados da criação e da educação almejadas, e a infância perigosa, a delinquência” (DONZELOT, 1986, p. 92).

Assim como o surgimento da escola moderna na aurora da modernidade havia feito, o complexo tutelar deu origem a um novo jogo de posições dos atores, lançou novos conceitos, criou os seus objetos de intervenção (o “menor”, o “vadio”, a “delinquência”), por fim, produziu uma ruptura discursiva no campo das formas de

atenção à infância. O novo regime discursivo nascido a partir da constituição do complexo tutelar se valeu de um vocabulário que utilizava enunciados educativos, morais, jurídicos e médicos-psiquiátricos em uma *praxis* que já começava a se distanciar da caridade feita pelas instituições religiosas. Demandados pelos juízes de menores e apoiados no corpo do Estado, os trabalhadores sociais – “assistentes sociais, educadores especializados, orientadores [*animateurs*]” (DONZELOT, 1986, p. 91) – e os médicos peritos passaram a produzir seus instrumentos próprios de enunciação de verdades sobre a vida familiar daqueles tomados por objeto deste aparato institucional: o inquérito social e o exame psiquiátrico. Todavia, esta aproximação do poder do juiz e do médico psiquiatra não se deu sem rivalidade.

É interessante observar a confluência deste processo com a consolidação do poder psiquiátrico, sua evasão do espaço restrito dos manicômios e a difusão de sua lógica por todo o campo social. Esta genealogia foi apresentada por Foucault nos cursos ministrados no Collège de France nos anos 1973-1974, *O Poder Psiquiátrico* (FOUCAULT, 2006b), e 1974-1975, *Os Anormais* (FOUCAULT, 2010). Neles, Foucault descreveu como as noções de desenvolvimento e de normalidade recobriram todo o espectro de vida dos sujeitos servindo de parâmetro para medir os desvios que sucedem à infância. Ao contrário do campo da alienação mental, que incidia como discurso de justificação das práticas manicomiais até o início do século XIX, produzindo a figura do **louco**, a psiquiatria moderna – através das noções de idiotia, entendida como interrupção do desenvolvimento, e de retardo, ou seja, um desenvolvimento mais lento do que o normal – produziu a figura do **anormal**, que retornava sobre o infantil. Valendo-se dos conceitos e métodos disponíveis a partir da educação, da moral e da pedagogia, o discurso psiquiátrico retirou o anormal do campo teórico da doença mental e o remeteu ao campo do infantil. Todavia, mesmo propondo a existência de uma distância entre a criança anormal e o adulto louco, a psiquiatria moderna sustentou ainda a captura do infantil pelos agenciamentos manicomiais. Este enclausuramento não visava uma escolarização das crianças “imbecis” ou “retardadas”, mas sim a liberação dos pais para que pudessem trabalhar. A evolução histórica desse regime disciplinar colocou em diálogo o saber-poder da psiquiatria com a escola, o exército, a família, etc. Permitiu também, posteriormente, o contato entre estas duas personagens operando, através da noção de degenerescência, um redobrimento sobre a família, que passou a ser suporte dos fenômenos da anomalia e da loucura.

Na última aula do curso *Os Anormais*, Foucault esmiúça detalhadamente este processo, começando com a afirmação:

A infância como fase histórica do desenvolvimento, como forma geral de comportamento, se torna o instrumento maior da psiquiatrização. E direi que é pela infância que a psiquiatria veio a se apropriar do adulto, e da totalidade do adulto. A infância foi o princípio da generalização da psiquiatria; a infância foi, na psiquiatria como em outros domínios, a armadilha de pegar adultos (FOUCAULT, 2010, p. 266).

A partir dessa constatação, Foucault analisou quatro maneiras pelas quais a problematização da infância viabilizou a generalização da psiquiatria: em primeiro lugar, ao tomar a infância como objeto, e não mais a doença mental como o fazia a medicina dos alienistas, a psiquiatria pôde estabelecer um filtro para análise dos comportamentos: “para que uma conduta entre no domínio da psiquiatria [...] bastará que seja portadora de um vestígio qualquer de infantilidade” (ibid., p. 267); em segundo lugar, permitiu a integração de três elementos que até então não se relacionavam: “o **prazer** e sua economia; o **instinto** e sua mecânica; a imbecilidade ou, em todo caso, o **retardo**, com sua inércia e suas carências” (ibid., p. 267; grifos meus); em terceiro lugar, o tema do infantil permitiu que se estabelecesse uma correlação entre os campos da medicina, da neurologia e da biologia geral; e por último – o mais importante, conforme Foucault – as noções de infância e de comportamentos infantilizados ofereceram à psiquiatria seu objeto: **o anormal**. “Tornando-se ciência da infantilidade das condutas e das estruturas, a psiquiatria pode se tornar ciência das condutas normais e anormais” (ibid., p. 269).

Como consequência desta universalização do poder psiquiátrico, surgiu um campo da medicina que, paradoxalmente, prescindia da noção de doença: “Poder médico sobre o não patológico: está aí, a meu ver, o problema central – mas, talvez vocês digam, evidente – da psiquiatria. Em todo caso, é aí que ele se forma, justamente em torno desse investimento da infância como ponto central a partir do qual a generalização pôde se fazer” (ibid., p. 271). Um duplo feixe de relações médicas de poder e relações de objetos despatologizados que produziu efeitos discursivos que operaram como exigências funcionais: primeiramente, a ideia de **síndrome** – “isto é, uma configuração parcial e estável que se refere a um estado geral de anomalia” (ibid., p. 272) – que se difundiu no último terço do século XIX (por exemplo: agorafobia, claustrofobia, piromania, cleptomania, exibicionismo, inversão sexual, masoquismo);

em segundo lugar, uma reavaliação do problema do **delírio**; estrutural na medicina da alienação mental, a noção do delírio foi retomada pela psiquiatria através de uma nova costura com os mecanismos do instinto e do prazer (delírio de perseguição, delírio de posse, erotomania, etc.); e terceiro, o surgimento de uma nosografia difusa do que foi chamado de **estado mental**: diferentemente da ideia de doença, o estado mental era um quadro sem bordas definidas, um pano de fundo a partir do qual todas as doenças podiam advir. Distanciando-se também da noção de predisposição, que poderia acometer os sujeitos normais, o “estado” aparece como um índice irrefutável de anormalidade.

Chega-se, por fim, ao problema do corpo como signo de anormalidade. A engenharia exigida por um poder médico que incide sobre algo que não é uma doença força sua justificação em um tempo e em um corpo que não é o do paciente, mas que necessariamente se remete aos ancestrais. Surge, portanto, a discussão sobre a hereditariedade e a degenerescência, termo cunhado por Morel em 1857. Este é o ponto máximo de um exercício de poder que, atingindo desde os recantos mais íntimos da vida doméstica até os agenciamentos mais complexos do Estado, possibilita à psiquiatria colocar-se par a par com o poder judiciário. Ao lidar com a anormalidade como degenerescência, a psiquiatria pôde dar-se ao luxo de não buscar uma cura, ao invés disso, inaugurou um espaço de gestão dos corpos e, nas palavras de Foucault, “proteção da sociedade” (FOUCAULT, 2010, p. 276).

A partir dessa medicalização do anormal, a partir dessa desconsideração do doentio e, portanto, do terapêutico, a psiquiatria vai poder se dar efetivamente uma função que será simplesmente uma função de proteção e de ordem. Ela se dá um papel de defesa social generalizada e, pela noção de hereditariedade, se dá ao mesmo tempo um direito de ingerência na sexualidade familiar. Ela se torna a ciência da proteção científica da sociedade, ela se torna a ciência da proteção biológica da espécie. É nesse ponto que eu queria me deter, nesse ponto em que a psiquiatria, tornando-se ciência e gestão das anomalias individuais, toma o que foi para a época seu máximo poder. Ela pôde efetivamente (e é o que fez no fim do século XIX) pretender tomar o lugar da própria justiça; não apenas da higiene, mas na verdade da maioria das manipulações e controles da sociedade, por ser a instância geral de defesa da sociedade contra os perigos que a minam do interior (ibid., p. 277).

Este é o ponto em que vimos nascer a cumplicidade e, ao mesmo tempo, a rivalidade entre o psiquiatra e o juiz no complexo tutelar surgido no final do século XIX. Para Donzelot (1986), esta relação ruidosa só encontrou um discurso pacificador com o advento da psicanálise. Ela se tornou um importante campo de ancoragem dos

dispositivos de controle quando foi assumida por grupos recém criados que difundiam as ideias de planejamento familiar trazidas da Inglaterra e dos Estados Unidos. Retomando a importância do dispositivo escolar, ela permitiu incidir na dinâmica das famílias quando se dispôs a falar sobre a educação sexual. Embora discorde de alguns pontos da conclusão da obra de Jacques Donzelot com relação ao caráter estritamente normalizador/normatizador da psicanálise, acho inegável o brilhantismo da genealogia que ele propõe. Sua compreensão do processo histórico que constituiu o campo do trabalho social em sua íntima relação com os saberes-poderes médico e jurídico, apoiando-se e afastando-se, conforme a composição das forças em disputa, ora na família ora no Estado é esclarecedora para que possamos entender as condições de enunciação da infância como objeto de investimento de políticas sociais e econômicas no contexto do capitalismo avançado.

Gostaria de ampliar ainda esta discussão a partir de um relato histórico. Um caso infame, comum, frequente, como tantos que ainda ocorrem, que poderia ter sido condenado ao esquecimento, não fosse seu desfecho em nada banal³. No ano de 1896, na cidade de Nova York, Marie Anne, de nove anos, vivia sob violência e maus-tratos constantes praticados por seus pais. Quando o fato ganhou repercussão e visibilidade, a comoção gerada na cidade fez com que a ocorrência fosse parar nos tribunais. Como não havia na época organizações da sociedade civil que atuassem na defesa da população infante-juvenil, quem ajuizou a ação contra os genitores foi a Sociedade Protetora dos Animais, argumentando legitimidade para proteger a vida da criança já que se se tratasse de ente de qualquer outra espécie sua legitimidade estaria assegurada. Ao final do processo, a Sociedade Protetora dos Animais ganhou a causa e Marie Anne foi afastada de casa. Para Saraiva (2005), com o caso Marie Anne, “instalou-se uma nova era no Direito. A criança que, no início do século XIX era tratada como ‘coisa’, passou a reclamar ao menos a condição de objeto de proteção do Estado” (SARAIVA, 2005, p. 34). Pela primeira vez, o Estado se interpôs no espaço de exercício do *patria potestas*. Num mesmo gesto afastou o corpo da criança do alcance dos castigos impostos pelos pais, tomou-a como objeto de tutela, regulou o exercício da maternidade e da paternidade, e, por fim, estabeleceu o que seria – dali em diante – considerado

³ Curiosamente, deste enredo que parece quase fantástico não encontrei evidências na literatura internacional, embora seja tomado em nosso país como o primeiro caso de defesa dos direitos da infância e da juventude. Não obstante, funciona quase como uma origem mítica.

como seu Bem (o interesse superior da criança, que deve balizar toda ação em sua defesa).

O caso Marie Anne antecipa as discussões travadas ainda hoje no campo da atenção à infância e à adolescência. A valoração da vida é um princípio fundamental na defesa dos direitos da criança e do adolescente. Esta valoração igualitária de todos os cidadãos é alcançada a partir do estabelecimento do princípio da dignidade da pessoa humana; conquista recente na história da sociedade ocidental, que remete, no âmbito jurídico, à doutrina dos Direitos Humanos. O episódio relatado não se resume a uma simples limitação imposta pelo Estado a um possível abuso cometido por aqueles que deveriam cuidar de sua prole. Ele exemplifica também uma nova forma de inscrição daquilo que Agamben nomeou “vida nua” (2002), no âmbito da *pólis*. Se desde a tradição grega, que fundou a cultura ocidental, a política se configura como uma exclusão da vida nua, o caso Marie Anne é um exemplo claro do retorno desta nas preocupações e estratégias de governo biopolíticas. Do ponto de vista filosófico, a conquista – ou, melhor, a proclamação – dos direitos humanos de crianças e adolescentes, ao separar a dignidade e a cidadania de crianças e adolescentes da figura dos progenitores, materializa a distância entre o organismo e o corpo político, entre sua sobrevivência (marcada pela fragilidade do corpo e pelo desamparo frente a um Outro que se encarregue de seus cuidados) e seu devir (como pura abertura para o futuro e potência de criação).

Talvez o caso Marie Anne, possa ser tomado como emblemático para pensarmos um vínculo que se estabelece como exceção. Ao reivindicar para si a defesa da vida de Marie Anne, equivalendo sua existência à de qualquer outro animal, a Sociedade Protetora dos Animais aponta que a vida nua é objeto de interesse coletivo; é, portanto, *res publica* (coisa pública). Portanto, o vínculo íntimo entre a vida nua e a soberania se torna compreensível somente no horizonte de uma discussão sobre a biopolítica. Abandonando a ideia de um contrato social, a ideia de um Estado que se funda sobre a exceção soberana, se mostra uma ideia potente para entendermos os paradoxos da contemporaneidade. Nas palavras de Agamben:

Tem sido argutamente observado que o estado não se funda sobre um liame social, do qual seria expressão, mas sobre a sua dissolução (*déliation*), que veta (BADIOU, 1988, p. 125). Podemos agora dar um sentido ulterior a esta tese. A *déliation* não deve ser entendida como a dissolução de um vínculo preexistente (que poderia ter a forma de um pacto ou contrato); sobretudo o vínculo tem ele mesmo originariamente a forma de uma dissolução ou de

uma exceção, na qual o que é capturado é, ao mesmo tempo, excluído, e a vida humana se politiza somente através do abandono a um poder incondicionado de morte. Mais originário que o vínculo da norma positiva ou do pacto social é o vínculo soberano, que é, porém, na verdade, somente uma dissolução; e aquilo que esta dissolução implica e produz – a vida nua, que habita a terra de ninguém entre a casa e a cidade – é, do ponto de vista da soberania, o elemento político originário (AGAMBEN, 2002, p. 98).

Para finalizar esta breve contextualização histórica, cabe introduzirmos um pequeno comentário sobre a história da infância no Brasil. Não seria necessário lembrar que as pesquisas historiográficas que retrocedem mais longinquamente mal conseguem atingir o momento da “descoberta” de nosso país, deixando de fora do campo de suas análises práticas de maternagem e ritos de socialização das tribos indígenas que se prolongaram por muito tempo ainda no período colonial. Somado a este fato, enriqueceram nosso “caldeirão cultural” as tradições mantidas clandestinamente pelos escravos vindos da África, disseminadas tanto nos meios urbanos quanto rurais. Estas tradições, que majoritariamente desconheciam a linguagem escrita, muito poucos vestígios deixaram para a posteridade e só puderam ser minimamente recuperadas por um olhar antropológico que, efetivamente, só veio a se consolidar no século XX. Os relatos vindos da tradição europeia que colonizou o país são um pouco mais vivazes. Ramos (2008) nos oferece um quadro trágico das crianças embarcadas nos navios portugueses no século XVI. Vítimas de todo tipo de exploração, trabalhos forçados e violência sexual, mesmo dentre aquelas embarcadas como passageiros, poucos sobreviviam ao trajeto. Outro relato rico em detalhes nos é oferecido por Chambouleyron (2008) sobre a chegada dos primeiros missionários jesuítas em 1549: eles introduziram uma prática escolástica que, de forma muito pontual, incipiente e absolutamente alheia aos costumes desta terra, se mostrou posteriormente um dos dispositivos mais importantes de colonização. De forma geral, a atenção à infância, durante todo o período colonial brasileiro, ficou bastante alheia aos discursos educacionais e morais que surgiam na Europa nos séculos XVI e XVII, sendo habitual a criação dos filhos de famílias ricas por amas de leite e também práticas próximas à papiricação, já os filhos de escravos eram precocemente introduzidos no mundo do trabalho, sendo sua mão de obra explorada. Com a chegada de diferentes ordens religiosas, muito da atenção à população miserável passou a ser atendida por iniciativas pastorais de caridade.

Em uma tese que revisita importantes documentos historiográficos, a professora Irene Rizzini (2008) demonstra como este cenário começou a se alterar no final do

século XIX, após a proclamação da República. Ela recupera os discursos que buscavam erigir a partir da infância uma identidade nacional. Este ideal nacionalista não buscava, contudo, superar as diferenças de classe, o patrimonialismo no uso do espaço público, e nem mesmo o paternalismo ou o clientelismo na execução das ações de âmbito “social”. Este discurso reeditava o duplo sistema educacional europeu, propondo a formação intelectual da prole das elites e uma instrução mínima e instrumental para os filhos das classes operárias. A pesquisa da autora recupera os meandros de um processo que conduziu a assistência inicialmente feita pela caridade religiosa para uma filantropia laica, tendo por ápice deste processo – e ponto em que se encerra a pesquisa de Rizzini (2008) – a promulgação do primeiro Código de Menores, no ano de 1927, inserindo o Brasil na tradição jurídica da Doutrina da Situação Irregular.

Faleiros (2009), por sua vez, deu seguimento a este campo de pesquisa ao problematizar as instituições que se seguiram aos primeiros anos da República Velha. A partir da Era Vargas (década de 1930) e, principalmente, durante o período da Ditadura Militar, a atenção à infância “em situação irregular” passou a ser foco de atuação de um verdadeiro complexo tutelar brasileiro. Nesta direção, a criação da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), no ano de 1964, significou a inserção definitiva das práticas de atenção à infância em uma estratégia de “segurança nacional”.

A década de 1980 e o movimento de reabertura democrática que nela ocorreu foram marcos importantes neste processo. Para muitos autores (FALEIROS, 2009, SARAIVA, 2005; MACHADO, 2003) a Promulgação da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente produziram uma ruptura definitiva com a tradição “menorista”, na medida em que conseguiram proteger a infância sob a égide dos Direitos Humanos e da Doutrina de Proteção Integral.

Em um trabalho anterior (BELTRAME, 2010) defendi uma caracterização das formas de atenção à infância que considerasse as categorias de análise da arqueologia foucaultiana, entendendo o campo das formações discursivas a partir de diferentes regimes de formação dos objetos, das modalidades enunciativas, dos conceitos e das estratégias. Valendo-me dos autores que citei no presente trabalho, cheguei à proposição de três personagens conceituais que habitam diferentes campos de imanência: o **aprendiz**, o **aluno** e o **infante**. Ao primeiro correspondem os discursos e as práticas de socialização descritos por Ariès (1981) como pré-modernos, abrangendo fenômenos que se dissipam em um período de análise que vai do século XII até muito tardiamente no século XVIII, em alguns contextos na Europa, e até o final do século XIX no Brasil.

Esta personagem tinha por cenário as casas da aristocracia e as oficinas de trabalho dos artesãos onde a criança, logo depois que adquiria certa independência dos cuidados da mãe ou da ama de leite, era introduzida no contexto de vida dos adultos, seguidamente sendo instruída numa profissão que herdaria dos pais. Esta personagem durante muito tempo conviveu com o aluno, figura que surgiu no contexto dos colégios e escolas medievais, e que só foi ocupar o domínio público após a Revolução Francesa; no Brasil, a figura do aluno surge com a fundação das missões jesuíticas e se consolida com a prática do envio dos filhos das famílias oligárquicas para estudarem na Europa. Em minha proposta de descrição deste campo discursivo, a caracterização da figura do infante⁴ pode ser a mais controversa, pois defendo que as condições de possibilidade de sua emergência tenham sido dadas pelo advento do complexo tutelar, descrito na obra de Donzelot (1986), e se caracterizaria pela possibilidade de destituição do pátrio poder. Esta descrição situa seu aparecimento no final do século XIX na Europa, e no início do século XX no Brasil, e tem o terreno médico-jurídico como o campo de disputas privilegiado entre diferentes dispositivos de saber-poder. A capilaridade desta forma-força desconhece as fronteiras entre o público e o privado, incidindo na regularização das relações familiares, na disciplinarização dos corpos e configurando, por fim, um verdadeiro agenciamento biopolítico. O que colocaria em marcha seus processos seria o interesse na ampliação da capacidade produtiva do Estado, reificando o corpo infantil como objeto de investimento econômico e político. Porém, minha hipótese implica em situar em uma mesma formação discursiva todo o complexo campo de disputas que a tradição dos Direitos da Criança e do Adolescente conheceu entre a Doutrina da Situação Irregular e a Doutrina da Proteção Integral.

Os partidários da Doutrina da Situação Irregular defendiam que o Estado poderia intervir no âmbito doméstico através do complexo tutelar, no momento em que a criança ou o jovem se encontrasse exposto à negligência, ao vício, à devassidão moral, à libertinagem, aos maus-tratos ou em atividades que configurassem um atentado aos bons-costumes, como a vadiagem, por exemplo. Este discurso serviu para produzir uma polarização da infância em dois objetos distintos: a criança e o menor, que, no Brasil, se encontravam submetidos – inclusive – a legislações diversas: o Código Civil e o Código

⁴ A opção por nomear esta última personagem conceitual como infante remete imediatamente à obra de Jacques Lacan, que conceitua o bebê ao nascer como *infans*, ou seja, “aquele que não fala” (Ver: *infant*. In: <http://www.etymonline.com/index.php?term=infant&allowed_in_frame=0>). Todavia, esta opção visa marcar também uma perspectiva adultocêntrica que concebe a criança exclusivamente como um ser desamparado e, portanto, totalmente dependente dos cuidados das gerações que a precedem. Este caráter de mudez se coaduna com sua posição reificada no discurso e nos agenciamentos biopolíticos.

de Menores, respectivamente. Este cenário correspondia a um ideal liberal de Estado e vigeu durante boa parte do século XX, sendo profundamente abalado somente após a Segunda Guerra Mundial, quando começou a ganhar força o discurso em defesa dos Direitos Humanos. Os juristas que defendiam a vigência de um Estado de Bem-Estar Social que assegurasse amplos direitos a todas as crianças e adolescentes só saiu vitorioso em 1989, com a aprovação do texto da Convenção sobre os Direitos da Criança, pelos Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU, 1989). Porém, é inegável reconhecer que a Doutrina da Proteção Integral, termo pelo qual ficou conhecido este conjunto de enunciados, possui raízes profundas no campo da biopolítica. Como ilustrou o caso Marie Anne, ainda hoje a vida da criança continua sendo tomada em sua face de *zoé* quando se caracteriza a “peculiar condição de pessoa em desenvolvimento”, balizando o discurso jurídico a partir de pressupostos biológicos, psicológicos e sociais (em uma palavra: científicos). Além do mais, a simples proclamação de seus direitos foi insuficiente para alterar as condições fáticas de vida de um contingente de crianças e adolescentes que, no Brasil e no mundo, continuam desassistidos naquilo que a lei lhes preconiza assistência. Portanto, o *lócus* reservado no discurso jurídico a toda criança e adolescente como sujeito de direitos – o que equivale a dizer: num campo de inscrição Simbólica que recobre o Real – é a condição de possibilidade para que, na distância entre o fato e o direito, surja a privação.

Dito isso, em defesa da hipótese que levantei, assinalo que a Doutrina da Proteção Integral – que no Brasil teve por tradução os artigos 227 e 228 da *Constituição Federal de 1988* (BRASIL, 1988), consolidados posteriormente no *Estatuto da Criança e do Adolescente* (BRASIL, 1990) – no que se refere aos regimes de formação dos objetos, conceitos, modalidades enunciativas e estratégias, não operou a ruptura com o campo da biopolítica que acompanhava a Doutrina da Situação Irregular, caracterizando a formação discursiva em que transita o infante como um campo de interesses em disputa, conflitos e dissensos. Todavia, há de se reconhecer que a conformação da criança como sujeito de direitos, impôs sérias limitações às possibilidades de intervenção do Estado, reduzindo a arbitrariedade de suas ações. Ainda no sentido de uma reflexão que se inspira na arqueologia e na genealogia foucaultianas para extrair a consistência de seus argumentos, não é insignificante tentarmos compreender o porquê de, em nosso ordenamento jurídico, a defesa dos direitos de uma única criança ser feita pelo Ministério Público, que têm como atribuição defender interesses difusos e coletivos, e não pela Defensoria Pública ou por um advogado, que representariam

interesses individuais. É importante lembrar, como o faz Saraiva (2005), que do ponto de vista da responsabilidade civil a legislação vigente não faz muita distinção entre uma criança, um cachorro, um gato, ou qualquer outro animal: em caso de conflito, toda responsabilidade civil recai sobre seu dono. Recordamos assim que, para o direito atual, a criança é um objeto de interesse do Estado e sua cessão à família é uma concessão provisória e revogável a qualquer tempo.

OUVIR O PASSADO, ESCUTAR O FUTURO

Embora a passagem da Doutrina da Situação Irregular para a Doutrina da Proteção Integral não tenha descolado o campo da atenção à infância dos mecanismos e dos agenciamentos biopolíticos, podemos antever que os deslocamentos produzidos tenham criado a possibilidade de que este **complexo tutelar** possa vir a se transformar em um **sistema de garantia de direitos**. Ainda que a justificação destes saberes e a ancoragem dos dispositivos que constituem esta trama não abandonem o campo da biopolítica, permanece aberta a possibilidade de resistência dos sujeitos frente ao aparato institucional. Esta é a aposta que enuncia a criança ao responder que para aprender não é preciso ter ouvidos, mas sim futuro. Por sua vez, é preciso que aquele que ocupa o *locus* da tutela (ou seja, os adultos que se encarregam do cuidado) consigam se resignar do ímpeto de antecipação das respostas, do seu entendimento acerca do Bem ou daquilo que compreendam como o “superior interesse” da criança – poderíamos acrescentar: que se resignem do *furor curandis* –; dando espaço à escuta do anseio da criança pelo novo e testemunhando a emergência de um sujeito desejante.

O campo dos estudos utópicos apresentado por Sousa (2007), Bloch (2005[1959], 2006[1959]), Jacoby (2007) e tantos outros autores nos instrumentaliza a pensar a criação de brechas neste complexo tutelar, desconstruindo-o a partir de dentro. No ensaio intitulado *Uma Invenção da Utopia*, Sousa (2007) contrapõe a ideologia de um amanhã burocratizado à potência instituinte do desejo de utopia:

Diante do amanhã não temos garantia. Entrar em cena é entrar na história. O amanhã nos acossa. Temos medo quando não sabemos. Portanto, o saber vem por vezes legitimar a reclusão que nos impomos diante do desconhecido. Para nos defendermos não precisamos muito: basta insistir na lógica do ontem e assim confirmar que a continuidade dos princípios e dos funcionamentos legitima os adágios ontológicos de uma racionalidade insufladas pelas formas instituídas. Criar é abrir descontinuidades, interrupções no fluxo do mesmo. Mas quem perde? A variante psicológica não pode ser aqui negligenciada,

pois a passividade anda de mãos dadas com a tristeza que constata que tudo está sempre tão igual, e que há, enfim, alguém que pensa por nós, que faz por nós, e o que é pior, que vive por nós. [...] Não há, portanto, revolta sem a alegria da invenção, sem o entusiasmo de compartilhar com o outro um sonho (SOUSA, 2007, p. 19-20).

A incompletude, a insuficiência, a falta, a abertura para o outro e para o novo são marcas desta visão utópica acerca do humano; perspectiva ontológica que não é estranha à psicanálise, entendendo o sujeito como um ser de pulsões que o impelem a saciar seu desejo.

Quem nos impulsiona? Nós nos movemos, somos ardentes e incisivos. O que vive é estimulado – e em primeiro lugar por si mesmo. Enquanto existe, respira e nos atíça. Para nos fazer ferver a partir de baixo. Não se pode sentir que se está vivo. O próprio “quê” que nos estatui como vivos não assoma. Ele repousa bem fundo, lá onde começamos a ser corporais. Tem-se em mente essa agitação dentro de nós quando se diz que o ser humano não vive para viver, mas “porque” vive. Ninguém escolheu para si esse estado de urgência: ele está conosco desde que existimos e pelo fato de existirmos. No nosso ser imediato, tudo se dá de modo vazio e por isto ávido, almejante e por isto inquieto. Mas nada disso se sente. Primeiro é preciso que isso saia de si mesmo. Então é percebido como uma urgência muito vaga e indefinida. Nenhum vivente se livra do quê dessa urgência, por mais que esse quê tenha lhe cansado. Essa **sede** se manifesta constantemente e não se identifica (BLOCH, 2005, p. 49; grifo meu).

Bloch oferece um quadro interessante do processo que transforma a necessidade em desejo, embora sua leitura dos textos de Freud, Adler e Jung possa ser considerada datada por aquela acusação da psicanálise como uma prática burguesa (o texto de Bloch foi originalmente publicado em 1959). Para Bloch, a fome e a sede seriam as matrizes de uma pulsão que sempre se renova, que volta sempre a ansiar, e que indicariam no movimento da autopreservação um sujeito que deseja viver. Contudo, como o ser humano é também um ser histórico, os objetos que ele almeja são sempre representações do que lhe está disponível em um determinado tempo-espço. Assim sendo, a fome e a sede de vida, são como os motores da história; processos nos quais o ser humano revigora suas forças para se lançar no tempo presente. Sousa nos indica a mesma questão quando diz que: “O campo dos sonhos não está livre do controle das forças do poder. Quando temos nossos sonhos prescritos por um programa de vida qualquer, anestesiemos a turbulência inventiva e irruptiva do futuro” (SOUSA, 2007, p. 40).

Todavia, ambos os autores rompem com a visão niilista de uma captura ao eterno retorno do mesmo, apontando a utopia como uma alternativa para a emancipação

do desejo: “Um pensamento sobre a função da utopia vem [...] provocar a imaginação a abrir outros caminhos possíveis ao pensamento para que não fiquemos paralisados na obscuridade do instante” (ibid., p. 14). Para Ernst Bloch esta metamorfose do desejo se traduz na distinção entre **afetos plenificados** e **afetos expectantes**. Os primeiros seriam aqueles que dispõem imediatamente dos objetos para sua saciedade, são afetos de curto alcance temporal, portanto. Já os segundos, os afetos expectantes, seriam aqueles capazes de projetar o sujeito no tempo de forma longínqua, antecipando talvez um objeto que ainda nem exista e – sobretudo – alargando o horizonte do futuro. É isto que leva Bloch a afirmar que “a esperança, este afeto expectante contrário à angústia e ao medo, é **a mais humana de todas as emoções e acessível apenas aos seres humanos**” (BLOCH, 2005, p. 77; grifos do autor). A aposta revolucionária do autor é de que a fome e o medo recorrentes – o que ele chama **privação** – quando vividos como um afeto expectante é capaz de impulsionar o sujeito no sentido de alterar as condições sociais de sua pauperização.

Recuperando a importância da criatividade, da imaginação, do lúdico e do infantil na produção de um futuro diferente, Jacoby (2007), aponta os impasses que a burocratização do amanhã coloca. Para o autor, a imaginação e a infância estariam em uma relação de dependência recíproca e o declínio da imaginação seria uma das razões da falência do pensamento utópico no Ocidente. Este declínio, por sua vez, teria raízes na mercantilização do universo infantil, no deslocamento dos espaços de brincadeiras do público para o privado e, mais fundamentalmente, na incapacidade de suportar o tédio (“pássaro dos sonhos que faz eclodir o ovo da experiência”, como disse Walter Benjamin); implicando em uma relação de voracidade com o tempo, uma pressa que congestiona o pensamento, impedindo a fantasia.

Se a infância desestruturada sustenta a imaginação, e a imaginação sustenta o pensamento utópico, então o esvaecimento do primeiro implica o enfraquecimento do último – o pensamento utópico. Sem dúvidas, as causas históricas não podem ser precisamente concatenadas, como se A causasse B que causasse C. Além disso, o tema em questão – a vitalidade da imaginação – não é facilmente circunscrito ou dissecado. Apesar dessas incertezas, parece provável que a colonização do espaço e do tempo infantis prejudiquem uma imaginação independente. As crianças têm mais o que fazer, mas é feito para elas e há menos inclinações – e talvez menos recursos – para o sonho utópico (JACOBY, 2007, p. 62-63).

Impossível não lembrar aqui também a crítica de Bloch ao sistema de educação e à formatação do humano para adequar-se a um modelo útil para a sociedade. Diz ele: “O

rapaz deve tornar-se alguém, algo deve ser feito dele. A juventude deve ser educada, carne crua não é palatável. Por isso é picada e cozida, e transformada no nome que depois constará no cardápio” (BLOCH, 2006, p. 10). Para Bloch, a educação burguesa não passa de uma imposição de força sobre o desejo de transformação próprio da juventude: “A vontade é gentilmente desviada ou rigorosamente dobrada até assumir a forma de sorriso e balançar a cabeça em sinal de assentimento” (ibid., p. 11). Para o autor, a oposição radical a isso, e sua possibilidade de superação, é uma educação que vise à superação da estrutura de classes:

Este é concomitantemente o único tipo de educação utópica no bom sentido, isto é, que compreende e aprende o antigo a partir do novo, e não o inverso, e que não faz recuar a maneira canônica de querer e saber para dentro do que já foi vivido ou que está conscientemente travado. Surge aí o andar ereto, o ser-si-mesmo no ser-em-comum, alunos e professores vivem à frente, nos limites que avançam constantemente, vivem onde o próprio alvo é recente, no rumo do qual o discente se torna desperto e entra em forma (ibid., p. 12).

A experiência da Casa dos Cata-Ventos, que apresento a seguir, talvez não ambicione ir tão longe. É preciso, porém – e este cuidado vale não só para o campo da educação, mas diz respeito a toda intervenção com a infância no campo social – ter em mente que a conformação das políticas públicas no sentido de assegurar o acesso de crianças e adolescentes aos direitos constitucionais estarão sempre pendulando entre o que Jacoby (2007) definiu como **utopia projetista**, ou seja, aquela que encerra o futuro numa certeza fechada e em um projeto dado previamente; ou uma **utopia iconoclasta**, que preserva abertas as infinitas possibilidades do devir. Sousa nos fala que é “impossível manter o compromisso com o amanhã sem o alimento da esperança. Sempre que o futuro se radicaliza em um projeto único uma sombra cai sobre o amanhã. Portanto, criar é sempre criar um futuro, um horizonte que exige de nós uma liberdade mínima para um fazer irreverente” (SOUSA, 2007, p. 27). O trabalho da Casa dos Cata-Ventos busca se afinar com esta proposta de uma utopia iconoclasta e não poderíamos traduzir os fundamentos de nossa aposta em uma fórmula melhor do que esta que Winnicott nos brinda: “Sabemos que estamos sempre começando de novo e é melhor se não esperamos muito” (WINNICOTT, 1975, p. 58).

TRABALHO INÚTIL

A Casa dos Cata-Ventos não é uma escola e também não é uma creche; embora a preocupação com a educação e a formação das crianças esteja presente na mente daqueles que lá trabalham. Não é um espaço de recreação; ainda que o brincar seja parte essencial do nosso fazer. Não é um serviço de contraturno escolar, tão comum na rede sócio-assistencial; conquanto tenhamos um olhar sobre as necessidades socioeconômicas da população que atendemos e nos preocupemos com a garantia dos seus direitos. Não é um consultório psicanalítico; por mais que nossos atos estejam balizados por sua ética. Na Casa dos Cata-Ventos não há cadastro de usuários nem de famílias e todos que vierem serão acolhidos. A Casa não abre todos os dias e não há horário de entrada e de saída.

Mas, afinal, o que é a Casa dos Cata-Ventos? Poderíamos responder apressadamente: é um espaço de acolhimento da vida em comum. É um lugar onde os adultos se ocupam com as crianças. É um tempo em que se pode experienciar a relação com o Outro de uma forma não totalitária, ainda que saibamos – de forma visceral – que a angústia pode se fazer presente no cotidiano de trabalho e que a surdez da violência nos assombra sempre como uma possibilidade.

Para algumas pessoas, a nossa proposta de trabalho pode beirar a leviandade e a inconseqüência. Esta acusação não é nova, assim como não o é nossa proposta. Inspiramo-nos nos trabalhos da *Maison Verte*, fundada por Françoise Dolto em 1979, e da Casa da Árvore, organização não governamental (ONG) carioca que atua em favelas desde 2001. Antes de apresentar o trabalho da Casa dos Cata-Ventos, apresento nossas heranças.

A MAISON VERTE

Preocupada com a enorme quantidade de crianças que chegavam a seu consultório em função de dificuldades de adaptação nas creches, Françoise Dolto, acompanhada por um grupo de psicanalistas, decidiu abrir em Paris um espaço de acolhimento de crianças de zero a três anos, sempre acompanhadas por seus pais, para que pudessem lidar, paulatinamente, com o afastamento de seus cuidadores, permitindo o ingresso dos pequenos sujeitos no campo social sem a angústia de separação. Em 6 de

janeiro de 1979 a *Maison Verte* foi inaugurada no XV distrito de Paris, na Praça Saint-Charles.

Segundo a proposta original de Dolto, a *Maison* deveria funcionar de segunda a sábado, em um horário que permitisse que mesmo aquelas crianças que fossem à creche pudessem ir. Não haveria nenhum compromisso de assiduidade ou mesmo de inscrição prévia. Com a mesma liberdade, os frequentadores poderiam contribuir financeiramente com o valor que achassem apropriado. O anonimato seria um dos eixos fundamentais da proposta: o único registro feito da passagem de uma criança com seus pais pela *Maison Verte* seria a inscrição de seu primeiro nome em um quadro-negro. Retirado o peso do sobrenome, a criança poderia tomar para si aquilo que lhe é mais próprio, os fonemas do nome que a representa. Neste local, as crianças e os pais seriam acolhidos por uma equipe de três profissionais, sempre um homem e duas mulheres, e, destes, pelo menos um deveria ser psicanalista. Além disso, nenhum dos profissionais trabalharia mais do que um turno por semana (DOLTO, 2005). Estes cuidados visavam possibilitar que os frequentadores tomassem o espaço com familiaridade, ao passo que aqueles que lá estivessem para acolhê-los, preservassem a intimidade necessária à escuta.

Na *Maison Verte*, as leis que regulam as relações sociais seriam reduzidas a duas, bem simples, que facilitassem o entendimento pelos pequenos: a primeira era que se deveria utilizar um avental impermeável para brincar com água; e a segunda que não se poderia brincar com os triciclos além de uma faixa vermelha pintada no chão. Para as crianças, é muito mais fácil internalizar a lei quando ela pode observar seu sentido material e as consequências de sua aplicação: no caso da proibição de uso dos triciclos em certa parte da *Maison*, as crianças eram de pronto confrontadas com o fato de que ela se refere ao espaço onde ficavam os pais com as crianças menores e que o uso do triciclo poderia ocasionar algum acidente. Com relação aos aventais impermeáveis para brincar com água, em geral, os próprios pais não viam muito sentido, argumentando que em casa seus filhos brincavam com água sem o avental. Contudo, para Dolto, esta era uma forma de introduzir uma diferença entre o espaço do lar, com suas regras próprias, sua privacidade e sua familiaridade e um espaço coletivo onde as regras devem estar a serviço do bem comum e da proteção individual. Desta forma, se lida com o fato de que as regras valem para todos e, ao mesmo tempo, não são feitas contra ninguém; servem, portanto, para delimitar o espaço da nossa liberdade.

Mais importante do que estes cuidados metodológicos, não obstante, era o fato de que na *Maison Verte* se buscava falar **com** as crianças e não somente **sobre** elas. Isso

aponta para um balizamento ético do trabalho que foi defendido por Dolto desde o início. Concordo com a afirmação da psicanalista carioca Fernanda Baines (2008) de que se trata, na obra de Dolto, da defesa de uma ética do *parler vrai* – “palavra” ou “fala” verdadeira com as crianças. Isso significa tomá-las, independente da idade, como sujeitos de linguagem e endereçar os enunciados a esses **pequenos outros**. Como aponta Dolto, é comum que os pais se refiram a seus filhos na terceira pessoa do singular ou do plural quando conversam com o psicanalista, ou mesmo ignorem sua presença ao contar um fato ou falar de sua história. No trabalho da *Maison Verte*, opera-se um deslocamento dessas posições e se endereça diretamente à criança sobre todos os assuntos que lhe dizem respeito. Baines (2008) nos lembra que a linguagem antecede o nascimento do sujeito; antes mesmo de ser concebido, sua existência encontra morada no discurso dos pais. É também a linguagem o que distingue o humano do mundo animal. Através dela, pode-se ordenar minimamente a relação com os objetos e com as pessoas, inserindo o pequeno sujeito em uma filiação na história, na cultura e na tradição de uma família e de um povo. A palavra do cuidador apresenta o mundo à criança, nomeia seu corpo, subjetiva. Porém, é preciso que ela possa sair deste lugar no mito familiar e encontrar significantes que a representem, que encontre a segurança de ser ela mesma e um lugar para si no mundo. A ética do *parler vrai* é uma tentativa de auxiliá-la nessa busca. O ato de endereçar um enunciado a uma criança convoca que ela empregue sua voz em uma resposta, inserindo-se no registro da linguagem. Pretende-se com isso criar um espaço que permita que se fale tanto do reconhecimento e do afeto, quanto das dificuldades, das angústias, dos medos, das fragilidades e dos sintomas. Dolto ressaltada explicitamente em seus textos a aposta na relação precoce da infância com a linguagem:

Na Maison Verte, vemos a cada dia como se transformam as relações da criança com a sociedade e da criança com sua mãe, e da mãe e do pai com seu filho, a partir do momento em que constataram que um bebê de 15 dias compreende a palavra e que podemos falar com ele daquilo que lhe aconteceu conforme sua mãe, daquilo que por ele se faz e que lhe diz respeito. Nessas implicações e aplicações, estamos nos balbucios de uma descoberta essencial: que o ser humano é um ser de linguagem desde sua concepção; que há um desejo que habita esse ser humano; que há potencialidades que apoiamos ou negativizamos. É principalmente isto: há potencialidades de desejo; porém, se este não é tecido de elementos de linguagem, a função simbólica que está sempre em atividade, durante os estados de vigília, gira no vazio, sem código, sem organizar uma linguagem comunicável (DOLTO, 2005, p. 362).

O processo de ampliação do horizonte simbólico da criança não se dá sem conflitos, pois implica, em maior ou menor grau, o encontro com o semelhante. No segundo de uma série de três documentários realizados por Elisabeth Coronel e Arnaud de Mezamat (CORONEL & MEZAMAT, 1994), se mostra de forma exemplar o entendimento original de Dolto sobre a importância de que as crianças se encontrem com outras crianças. Em geral, a aproximação com o semelhante é um movimento acompanhado pela pulsão de morte, o ódio, a agressão e o ciúme. Este “dar um passo em direção” ao outro – este é o sentido original do termo “agredir”⁵ – pode muito facilmente aparentar ser um movimento de violência já que, em função da particular relação da criança com a linguagem, o caráter de mediação com o qual o campo simbólico recobre os nossos atos está apenas se constituindo. Dolto acreditava, portanto, no trabalho da *Maison Verte* como uma forma de intervenção precoce nos transtornos do desenvolvimento e, sobretudo, de prevenção da violência. Ela o afirma categoricamente: “é ainda e sempre a palavra mediadora, as ações animadas de respeito pela criança e por seus pais que asseguram a prevenção da violência” (DOLTO, 2005, p. 331). O trabalho cotidiano na *Maison Verte* é este: de falar sinceramente com as crianças sobre tudo aquilo que lhes diz respeito (a relação entre os pais ou cuidadores; a relação destes com ela; seus atos bem ou mal sucedidos de encontro com os objetos ou com os outros/o Outro; etc.), auxiliando-as a encontrar as palavras que nomeiem o seu desejo sem recorrer às prerrogativas do poder médico e sem diretivas pedagógicas. “É a entrada na convivialidade, sem dependência do grupo” (ibid., p. 350).

Como afirmei anteriormente, a acusação de leviandade desta proposta de trabalho é uma marca que a acompanha desde o início. Dolto a retrata muito bem numa cena que ilustra a resistência desencadeada pela problematização que se faz das formas de atenção à infância: “Quando abrimos a *Maison Verte*, as pessoas disseram: ‘Vocês, enfim, não fazem nada. **Vocês deixam viver**’. Sim, **nós deixamos viver**, falando da vida que se elabora a cada minuto, nomeando todas as palavras do vocabulário que se refere às atividades dessas crianças, ficando presentes e disponíveis” (ibid., p. 356; grifos meus). Na *Maison Verte* e nas estruturas de trabalho que foram criadas seguindo seus princípios o brincar nunca é dirigido, não se objetivam atividades pedagógicas ou que visem exclusivamente o desenvolvimento cognitivo, sensorial, psicomotor ou de qualquer eixo ao qual a subjetividade possa ser reduzida. Trata-se, ao invés disso, de um

⁵ Ver *aggression*. Disponível em:

<http://www.etymonline.com/index.php?term=aggression&allowed_in_frame=0>. Acesso em: jan. 2013.

trabalho calcado na ética do *parler vrai*, que dispõe do arcabouço psicanalítico em benefício das crianças e das famílias. Este “**deixar viver**” a que se refere Françoise Dolto significa o reconhecimento da criança como sujeito desejante: é uma aposta no desenvolvimento pleno das suas potencialidades e na assunção de sua autonomia.

A CASA DA ÁRVORE

Rapidamente o sucesso do trabalho da *Maison Verte* fez com que muitos outros serviços semelhantes fossem inaugurados em diversas cidades francesas e também em outros países como Bélgica, Canadá, Venezuela, Peru e Argentina. No Brasil, a primeira experiência do que se convencionou chamar “estruturas Dolto” foi feita na cidade do Rio de Janeiro, em 2001. Porém, a congênera brasileira desde o início buscou imprimir na sua forma de trabalho os paradoxos, as contradições e as especificidades da realidade da infância em nosso país. O projeto Casa da Árvore surgiu por iniciativa da psicanalista Lulli Milman, na época responsável pelo Serviço de Atendimento Infantil, do Serviço de Psicologia Aplicada da UERJ, que logo encontrou apoio da colega Maria Fernanda Baines, egressa da Secretaria de Saúde do município (MILMAN, 2008b). Desde o início, portanto, o trabalho esteve vinculado às demandas que batem insistentemente às portas dos serviços públicos (incluindo-se aí os serviços de psicologia vinculados às universidades): queixas cotidianas, familiares, massivamente vinculadas ao contexto social no qual as crianças estão inseridas. A tentativa de responder a essa demanda na forma da clínica psicanalítica tradicional produzia como sintoma imensas filas de espera e grandes índices de abandono do tratamento. Desta forma, um serviço de “portas abertas” e localizado próximo às comunidades parecia ser a alternativa ideal para dar conta destes impasses. Optou-se, assim, por abrir a Casa da Árvore nas favelas cariocas.

Conforme o relato de Milman (2008b) a aproximação com as comunidades foi lenta e cautelosa. Pairava no ar um clima de desconfiança, reticência e medo. As lideranças comunitárias, acostumadas a receber voluntários da classe média dispostos a oferecer assistência e depois sumir, pouco crédito deram à proposta. Por outro lado, as psicanalistas, estrangeiras àquele território, sentiram-se acuadas ao verem a presença ostensiva do tráfico com suas armas em punho. Nestas circunstâncias, a entrada nas comunidades só foi possível quando o projeto obteve respaldo da Universidade, oferecendo uma segurança, mesmo que imaginária, para ambos os lados. As vicissitudes

do trabalho fizeram com que algumas iniciativas avançassem e outras recuassem. Hoje em dia, a Casa da Árvore está presente em três comunidades e também presta assessoria para creches comunitárias.

A proposta de levar as estruturas Dolto às favelas cariocas gerou desconfiança por parte dos psicanalistas franceses que foram consultados sobre esta possibilidade. Disseram eles que seria impossível trabalhar “onde a violência torceu o pescoço das palavras” (MILMAN, 2008b, p. 41). Mesmo frente ao descrédito dos colegas estrangeiros e à dificuldade de entrar nas comunidades e integrar-se ao ritmo de vida delas, a equipe da Casa da Árvore não esmoreceu. Os primeiros plantões foram praticamente vazios, mas eles não cederam às sugestões que receberam, tanto da comunidade quanto de fora dela, de oferecer algo aos frequentadores em troca da participação. Mantiveram-se firmes à convicção de que este é um vício assistencialista e que a relação com aqueles que procuram o espaço pode ser sustentada pelo desejo de lá estar. Muitas adaptações tiveram de ser feitas a partir do “modelo ideal” de trabalho imaginado por Dolto. Embora alguns princípios da experiência francesa tenham sido mantidos, como o anonimato, a inscrição dos nomes no quadro-negro, a liberdade de ir e vir e a rotatividade dos plantonistas, a adaptação à realidade das favelas impôs mudanças substanciais na forma de trabalho. Entre as questões delicadas que tiveram de ser revistas estão o número de plantões por semana, a idade das crianças e a necessidade da presença de um responsável. O que ficou evidente a partir do trabalho da Casa da Árvore foi um dado antropológico que não poderia ser sumariamente ignorado: nessas comunidades a circulação das crianças pelas ruas é intensa e a maioria delas chegava ao serviço ou sozinha ou acompanhada por um irmão, um primo, ou um vizinho um pouco mais velho. Com isso, ampliou-se a faixa etária atendida pelo projeto, estabelecendo-se o limite de que as crianças até seis anos precisam estar acompanhadas e as maiores, até doze anos, podem ir sozinhas.

Mas, certamente, o choque entre os imaginários do morro e do asfalto foi o que gerou maiores discussões entre a equipe. A opção de instaurar a Casa da Árvore nas favelas situou o trabalho radicalmente sob o signo de uma “psicanálise na cidade” (DOLTO apud MILMAN, 2008b), com todos os paradoxos que o cenário urbano do Rio de Janeiro coloca. Bezerra Jr. descreve as questões suscitadas por esta proposta de trabalho da seguinte forma:

Ninguém, ao começar a trabalhar na Casa da Árvore, estava preparado para lidar com crianças pequenas brincando de “desovar X9”, ou de “organizar uma festa na boca”. Ninguém foi treinado de antemão sobre como agir diante de perguntas agressivas em relação às diferenças de classe entre os pequenos frequentadores e os profissionais da Casa, ou como se comportar quando o tiroteio entre gangues ou entre policiais e traficantes eclode a poucos metros de onde crianças e adultos se encontram. Mas o principal desafio a ser enfrentado talvez seja outro, e diga respeito mais a **nós** do que a **eles**. Como, no dia a dia, estar atentos a componentes universais da experiência subjetiva (inconsciente, recalque, fantasia), à dimensão singular da vida psíquica (a história única de cada sujeito), e articulá-los às peculiaridades inerentes ao contexto sócio-histórico – e portanto também subjetivo – em que essas mães e crianças vivem suas vidas? Em outras palavras, como operar as ferramentas conceituais de que dispomos sem oscilar imperceptivelmente entre uma apreensão teórica das propriedades **universais** do sujeito e uma abordagem prática das idiossincrasias absolutamente **singulares** de **cada** sujeito, sem deixarmos de dar conta, ou de ao menos enfrentar, os desafios e questões apresentados pelas **particularidades** subjetivas do universo subjetivo compartilhado pelas mães e crianças que nos procuram? (BEZERRA JR., 2008, p. 16; grifos do autor).

Esta intercessão entre sujeitos que se encontram em pontos tão distantes do tecido social – em que pese o fato de compartilharem um campo simbólico que homogeneíza os ideais na forma de signos midiáticos hegemônicos – impõe um esforço de escuta e reconhecimento. O risco de cair em uma postura higienista de controle exige por parte dos profissionais que lá atuam uma vigilância constante sobre seus próprios atos e a reflexão sobre sua implicação e seu desejo. De forma ainda mais radical do que na *Maison Verte*, a Casa da Árvore aposta no trabalho com a infância como uma estratégia de prevenção da violência. Se para Dolto o caráter preventivo do trabalho estava ligado ao quê de traumático pode haver para a criança no encontro com o outro, o semelhante; na Casa da Árvore a prevenção se calca na possibilidade de nomeação do absurdo do encontro de uma criança com o Real da violência e da privação de direitos. A equipe carioca, na busca por ferramentas teóricas que os auxiliassem a intervir neste território, encontrou na obra de D. W. Winnicott o amparo que precisava. Neste sentido, Teles (2008) recupera a distinção entre os conceitos de agressividade e violência feita pelo psicanalista inglês. Ela sublinha que, para Winnicott, a raiz da agressividade estaria dada no componente de motricidade que coloca o sujeito no movimento de exploração do ambiente. Isto significa que a concepção do autor acerca da relação do bebê com o mundo não se coloca sob o ângulo da adaptação da criança ao ambiente, mas como um esforço de criação por parte do primeiro. A expressão da singularidade através do gesto, da comunicação e de tudo aquilo que carrega a marca da espontaneidade está marcada por este caráter agressivo. A violência, por outro lado, seria um uso exclusivamente negativo da agressividade. Ela se mostra presente nos atos deliberados de aniquilação de

si mesmo ou do outro. No que tange ao desenvolvimento psíquico de uma criança, a insuficiência das provisões ambientais pode acarretar respostas que busquem a afirmação subjetiva através de atos reivindicatórios, delinquentes, ou – em termos winnicottianos – “antissociais”. Ao falar sobre a agressividade e a violência, Teles propõe uma sutileza que é preciso escutar em muitas das situações vivenciadas na Casa da Árvore: a diferença entre **brincadeira de violência** e **ação violenta** (TELES, 2008). Inúmeros exemplos trazidos pelos colegas do Rio de Janeiro ilustram estes momentos em que o campo da fantasia se dilui com um ato de violência. Nestes momentos, um questionamento simples pode auxiliar a devolver o ato ao campo simbólico: “de que estão brincando?” (MILMAN, 2008a, p. 83).

Os relatos dos psicanalistas da Casa da Árvore nos lembram ainda que muitos territórios brasileiros, em especial no Rio de Janeiro, convivem cotidianamente com o tráfico de drogas, disputas entre facções criminosas e a presença ostensiva – e nem sempre pacífica – da polícia. Os cidadãos veem dia a dia agressões gratuitas, tiroteios, pessoas feridas ou mortas. Além disso, em geral, comunidades subjugadas pelo tráfico vivem sob uma lei do silêncio que em nada contribui para a elaboração destas experiências potencialmente traumáticas, ainda mais quando vivenciadas por crianças. Como afirmam Pinto & Farias (2008), sabe-se que o acesso ao mercado de trabalho e às políticas de saúde, educação, cultura, esporte e lazer são determinantes da qualidade de vida e do bem-estar de uma população. Assim sendo, embora o Estado brasileiro não possa ser responsabilizado pelos atos de violência individuais praticados por seus cidadãos, há de se responsabilizar pela violência estrutural que impõem à camada mais pobre de nossa sociedade negando-lhe estes direitos. Recorrendo ao conceito de normatividade vital, da obra de Georges Canguillem, as autoras sintetizam a ideia de prevenção no trabalho da Casa da Árvore como uma aposta na preservação e na ampliação da capacidade de “modificar-se inventando novas formas de viver, novos padrões de funcionamento, novas maneiras de se relacionar com outros seres vivos e com o ambiente” (PINTO & FARIAS, 2008, p. 176); e desenharam o sentido específico atribuído ao termo “prevenção” da seguinte forma:

Na Casa da Árvore utilizamos o termo **prevenção** em seu sentido mais alargado – o de intervenção sobre aquilo que acreditamos serem **fatores de risco**. Não acreditamos na possibilidade de prevenirmos, no sentido estrito, patologias psíquicas ou sofrimentos mentais. Assim como a dor física é indispensável à vida fisiológica, em matéria de psiquismo, o sofrimento é inevitável, e patologias psíquicas nada mais são do que formas determinadas

de organização de experiências de sofrimento. Isto não nos impede, no entanto, de pensar que há muito que fazer no sentido de ampliar o horizonte de respostas às injunções da vida junto àqueles que nos procuram. Trata-se, no nosso caso, não de uma certeza quanto à possibilidade de prevenção de eventos futuros indesejáveis, mas de uma aposta no oferecimento de um ambiente capaz de ajudar as crianças e suas mães a enfrentarem as vicissitudes do processo de desenvolvimento natural de cada indivíduo da maneira mais plástica, produtiva e satisfatória possível. É uma aposta fundamentada, mas sem garantia (PINTO & FARIAS, 2008, p. 170; grifos das autoras).

Reposicionar o sujeito frente às suas possibilidades de enunciação, ofertando-lhes um leque de respostas maior do que o silêncio da agressão pura e simples contra o outro, é a estratégia privilegiada de prevenção da violência na Casa da Árvore. Neste sentido, a sustentação de um espaço de acolhimento como este é um potencial oásis de resistência, onde a palavra pode circular, dando contorno a experiências dolorosas. Na particular relação da infância com a linguagem, o brincar serve como espaço de experimentação de novas formas de se colocar no mundo, ampliando as possibilidades de resposta do sujeito frente aos impasses encontrados na vida.

A CASA DOS CATA-VENTOS⁶

Assim como na história da *Maison Verte* e da Casa da Árvore, um desejo feminino, materno e singular marca a origem da Casa dos Cata-Ventos. Um desejo de incidir sobre a realidade social que aflige a parcela mais vulnerável da população infanto-juvenil, mas que, contudo, foi capaz de encontrar eco nos corações e braços de outros companheiros. O projeto surgiu por iniciativa da psicanalista e professora universitária Ana Maria Gageiro, que logo encontrou apoio de colegas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e do Instituto da Associação Psicanalítica de Porto Alegre: clínica, intervenção e pesquisa em psicanálise (Instituto APPOA). Entusiasmada com as experiências da *Maison Verte* e da Casa da Árvore e consciente da responsabilidade social que tem a universidade pública com as populações menos favorecidas de nosso país, Ana Maria Gageiro buscou, junto à Fundação de Assistência

⁶ O leitor notará o emprego da primeira pessoa do plural nesta seção do trabalho. Este uso não configura exclusivamente um recurso estilístico. A transferência de trabalho entre os psicanalistas que atuam na Casa dos Cata-Ventos impõe o reconhecimento de que as ressonâncias de nossas enunciações e de nossos atos se entrelaçam, culminando em uma prática onde a dimensão de autoria não corresponde a um Eu corporificado. Mesmo os relatos feitos a partir desta experiência sofrem os efeitos desta transferência com o espaço, por isso a equipe tem por princípio discutir as produções textuais internamente antes de lançá-las para o mundo. Portanto, embora este texto seja uma produção singular, fruto da minha implicação com este coletivo, sua redação passou pelo crivo de meus colegas antes de chegar a público.

Social e Cidadania (FASC) da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, conhecer algumas das comunidades que poderiam vir a receber o projeto e propôs, no âmbito da UFRGS, um curso de extensão teórico-prático que iria estudar a experiência da Casa da Árvore⁷.

De imediato a proposta do curso de extensão teve uma receptividade muito grande por estudantes e profissionais dos campos da psicologia, serviço social, pedagogia, terapia ocupacional, fonoaudiologia, entre outros. Cabe destacar que, desde o início, um grupo de psicanalistas que compunham a linha de trabalho “Cuidados à Primeira Infância: psicanálise e intervenção”, ligada ao Instituto APPOA, engajou-se na proposta, dando a dimensão do que esta iniciativa significou para o movimento psicanalítico porto-alegrense, no que tange à sua aproximação com as políticas públicas.

Dentre as comunidades visitadas, a que tinha melhores condições para iniciarmos logo o trabalho era a Vila São Pedro. Esta possuía um grande salão que se encontrava subutilizado na sede de uma ONG vinculada à Associação Médica do RS. Expusemos nossas ideias para a direção da ONG e a Associação de Moradores, ao que eles prontamente aceitaram. A comunidade é relativamente pequena. Segundo dados da Associação de Moradores, a Vila São Pedro tem duzentas e quarenta famílias e aproximadamente mil e duzentos moradores. Anteriormente era chamada Vila Cachorro Sentado. A origem deste nome tão exótico nunca foi clara para nós, porém, a história que nos foi contada é que, há muito tempo atrás, o corpo de um cachorro foi jogado próximo à entrada da vila e ficou em decomposição até que alguém viesse recolhê-lo. Esta história não nos parece absurda, já que uma das reivindicações mais prementes dos moradores, na época em que chegamos, era com relação a um depósito de lixo que existia bem na entrada da comunidade. Fato ou não, podemos inferir desta origem mítica uma história que aponta a imagem inerte de um “cachorro sentado”, um significante de imobilidade e de pouca iniciativa. A então chamada Vila Cachorro Sentado surgiu em um terreno do Governo do Estado do RS, espremida entre o maior hospital psiquiátrico do estado, um hospital psiquiátrico forense e uma avenida de trânsito muito intenso que segue o leito de um arroio e praticamente atravessa a cidade de Leste a Oeste. Há poucos anos foi inaugurado um grande *shopping center* do outro lado da avenida, exatamente em frente à comunidade, aumentando sobremaneira a especulação imobiliária na região. Contudo, sua remoção é improvável, pois é uma das únicas comunidades de Porto Alegre que conseguiu a regularização fundiária e o direito

⁷ A convite de Ana Maria Gageiro, coordenei com ela e Sandra Torossian as duas edições deste curso de extensão.

de permanecer nos terrenos ocupados. A mudança do nome para Vila São Pedro ocorreu em meados da década de 2000, em virtude do processo da Reforma Psiquiátrica, quando teve início a reurbanização da parte da comunidade que faz fronteira com o hospital psiquiátrico e de quem herdaram o nome.

A localização geográfica da vila também favorece muito o tráfico de drogas. Por estar às margens desta avenida de fluxo intenso, o acesso de consumidores é muito grande e facilitado, tornando o ponto bastante visado por facções rivais. Segundo relato dos profissionais da ONG com quem firmamos parceria e de alguns moradores da Vila São Pedro, no ano de 2010 os traficantes locais foram expulsos por um grupo vindo de outra comunidade de Porto Alegre, em um confronto bastante violento e traumático. Ao contrário de outras comunidades onde o tráfico protege seus moradores, a Vila São Pedro vive uma situação onde está subjugada ao poder de um tráfico externo.

Esta situação reforçava o imaginário de que a circulação pela comunidade era muito delicada e exigia a presença de algum representante da diretoria da Associação de Moradores. Combinamos, então, com estas lideranças para que nos auxiliassem na divulgação do projeto. Eles selecionaram algumas famílias que tinham crianças pequenas para que passássemos de casa em casa conversando com as mães. Esta primeira inserção no cotidiano da comunidade já nos deu a dimensão do trabalho que teríamos pela frente. Da grande avenida a que se chega à Vila São Pedro, praticamente não se vê a comunidade. Um transeunte desatento certamente não a notaria. O acesso principal é uma pequena entrada de chão batido entre duas moradias mal-acabadas. A paisagem interrompe o fluxo acelerado de carros, consumo e vida urbana e abre o coração da cidade para o seu avesso de miséria e exclusão. Em uma das casas que chegamos nesta primeira divulgação, vimos uma criança à porta e pedimos que chamasse sua mãe para conversarmos. Ao que escutamos uma voz lá de dentro da casa gritar: “o que tu andou (sic) aprontando que a mulher quer falar comigo?”. Esta fala nos fez refletir sobre o imaginário ao qual essa comunidade se prende: que lugar é designado para as crianças e de que forma estes cuidadores são convocados a responder por elas?

Nosso projeto abriu as portas no dia 12 de julho de 2011, contudo, ainda não estava batizado. Oferecíamos inicialmente oito plantões⁸ por semana, abríamos quase

⁸ Muito nos questionamos sobre o uso deste termo, especialmente motivados pelo apontamento feito pela Prof.^a Analice Palombini, que acompanhou todo o processo de implementação da Casa dos Cata-Ventos, desde que nosso projeto ainda pairava no registro do devaneio. Os termos plantão e plantonistas podem

todos os dias nos turnos da manhã e da tarde. Muitos participantes do curso de extensão deram apoio e sustentaram o trabalho. Num movimento de autogestão daquele grupo, emergiu de lá uma equipe que assumiu de forma coletiva a condução do projeto. Nosso nome surgiu em uma das reuniões deste grupo gestor: a Casa dos Cata-Ventos. Uma homenagem ao poeta Mário Quintana, gaúcho que – como poucos – preservou a capacidade de brincar com as palavras. Homenagem também à comunidade que nos acolheu, formada principalmente por catadores de lixo. Trata-se não só de um nome, mas da enunciação de uma aposta, que a dor possa ser posta em movimento e que a leveza do sorriso das crianças possa fazer soprar bons-ventos.

Desde o surgimento do grupo gestor a Casa dos Cata-Ventos vem buscando formas de se sustentar financeiramente, mas – assim como a grande maioria das ações no campo social – enfrentamos muita dificuldade para gerir nosso projeto autonomamente. Conforme a legislação vigente, os recursos conseguidos em nome da UFRGS não poderiam ser utilizados para pagamento de recursos humanos. Frente a esta situação, pensou-se oportuno formalizarmos a parceria com o Instituto APPOA – que já existia e era bastante consolidada – para que este ficasse responsável pela administração financeira do projeto. Para isto, contudo, o Instituto APPOA teve de promover a readequação de seu estatuto jurídico, habilitando-se para ser inscrito junto ao Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Porto Alegre (CMDCA). Este processo ainda está em tramitação; porém, já significa um marco de afirmação da psicanálise no campo das intervenções sociais em nossa cidade.

A alegria das nossas primeiras conquistas andava de braços dados com o medo e a insegurança. Víamos que não éramos somente nós que estávamos ansiosos com este começo, nossos parceiros da ONG e da Associação de Moradores também. Angustiados com o salão vazio nos primeiros dias, eles nos falavam do quanto as pessoas da comunidade são acomodadas – “muito paradas”, diziam – e que se oferecêssemos uma cesta básica tudo seria diferente, mas – de forma muito semelhante ao que vivenciaram nossos colegas do Rio de Janeiro – eles também nos falavam que a comunidade é “muito desconfiada”, que muitas pessoas vêm e oferecem projetos, mas que não voltam, não dão continuidade às suas propostas. Fato curioso foi que num dos primeiros

ser tomados na acepção médica e higienista, que pressupõe um aparato institucional a serviço da segregação das pessoas do seu meio. De forma totalmente contrária utilizamos essas expressões. Na ausência de termos melhores, mantivemos o uso deles apostando também que ressoem como um dispositivo pronto para acolher os fatos da vida como eles nos chegam e também deslocando sua significação no sentido daquele que planta, ou seja, que semeia algo no presente.

plantões, o presidente da Associação de Moradores mandou chamar uma turma inteira da creche, pegando de surpresa os plantonistas que estavam na Casa dos Cata-Ventos.

Outra observação que nos despertava questionamentos sobre o embotamento da vida comunitária foi feita na divulgação do projeto durante uma campanha de vacinação. A ONG onde estávamos sediados abriga também um consultório médico e desenvolve algumas ações de atenção primária à saúde. Naquele dia, ao abordarmos as mães para falar sobre o projeto, nos chamou atenção que as mulheres da Vila São Pedro não nos olhavam diretamente enquanto conversávamos com elas, ficavam sempre de cabeça baixa, ao passo que as mulheres que vinham das redondezas mostravam uma desenvoltura maior. Mesmo frente a estas dificuldades, mantivemos a aposta na divulgação boca a boca e, aos poucos, as pessoas foram chegando. Inicialmente eram algumas famílias que vinham para consulta com o médico, crianças que foram sendo avisadas por outras e, muito raramente, alguma mãe ou responsável.

Ao longo de todo o segundo semestre de 2011, oscilamos entre marés de esvaziamento e outras em que o espaço se encontrava cheio. A relação com a ONG que nos abrigava também enfrentava tempestades, a presença das crianças naquele espaço anteriormente tão tranquilo começou a gerar desconforto para os profissionais que lá trabalhavam. Um evento particularmente sintomático trouxe a tona alguns incômodos que estavam subjacentes à nossa presença naquele espaço. Em uma quarta-feira pela manhã os banheiros que haviam sido designados para uso das crianças entupiram. O salão ficou alagado e o plantão teve de ser interrompido. Descobriu-se, posteriormente, que havia um erro do projeto hidráulico. Todavia, este erro possivelmente nunca tivesse sido descoberto se os banheiros continuassem tendo pouco uso. “Transbordava” naquela parceria, mal-estar. A situação ficou insustentável quando, em janeiro de 2012, eles assinaram acordo com outro projeto que ocuparia aquele mesmo salão. Frente à inviabilidade de continuarmos trabalhando naquele espaço, optamos por fazer um recesso no mês de fevereiro. A partir daquele momento, nossas negociações passaram a ser feitas diretamente com a Associação de Moradores, que acenava com a possibilidade de utilização de um espaço cedido pela Prefeitura Municipal, oriundo da desapropriação de um terreno próximo à sede da ONG.

Internamente, a Casa dos Cata-Ventos também enfrentava os desafios de se sustentar após o término da primeira edição do curso de extensão. Muitos colegas que haviam participado da gestação do projeto se desligaram. Porém, houve a aproximação com outro projeto de extensão coordenado pela Prof.^a Sandra Torossian, onde eram

desenvolvidas oficinas de contação de histórias em comunidades com altos índices de vulnerabilidade social. Além do mais, A Casa dos Cata-Ventos foi inscrita como campo de residência para o programa EducaSaúde, da Faculdade de Educação da UFRGS, e também a Prof.^a Tatiana Reidel, do curso de Serviço Social da UFRGS, somou-se ao projeto, ampliando o caráter multiprofissional que buscávamos dar às nossas intervenções. Todavia, com a diminuição do número de plantonistas, diminuiu-se também o número de plantões por semana⁹.

A primeira atividade que tivemos após esta parada foi em março de 2012, numa assembleia comunitária onde todos os moradores foram convocados a debater a regularização fundiária e as ações da atual diretoria da Associação de Moradores. Fomos convidados a apresentar o projeto, porém, nossa apresentação foi feita pelas próprias crianças que, ao nos verem depois deste período de “férias”, vieram ao nosso encontro, ficando junto no palco e demonstrando a importância que o nosso serviço adquiriu na vida delas. Surgiram neste mesmo período indicações de que a situação financeira da Associação de Moradores não andava nada bem. Havia, inclusive, o risco de que a comunidade perdesse o convênio com a FASC do único Serviço de Atendimento Sócio-Educativo (SASE)¹⁰ existente naquela região.

A reabertura da Casa dos Cata-Ventos em maio de 2012, agora na nova sede da Associação de Moradores, foi marcada por outra tentativa de aproximação com as famílias. Aproveitando o *know-how* das novas colegas que integravam o projeto de contação de histórias, pensamos num percurso pelas vielas da comunidade, aonde iríamos convidando as famílias para assistirem a uma encenação no pátio do SASE e depois faríamos o convite para que conhecessem a Casa dos Cata-Ventos. A história escolhida foi de Chapeuzinho Vermelho. Alguns plantonistas se caracterizaram como as personagens e seguimos pelas ruas cantando: “Pela estrada afóra/Eu vou bem sozinha/Levar estes doces para a vovozinha/A estrada é longa/O caminho é deserto/E o lobo-mau passeia aqui por perto/Mais à tardinha/Ao sol poente/Junto à mamãezinha dormirei contente!”. A estratégia foi um sucesso! Muitas crianças nos acompanharam pelas casas, convidando os amiguinhos. Ao final, ficaram fascinadas pela encenação do

⁹ Parte do grupo que participou do curso de extensão em 2011 foi ao Rio de Janeiro em agosto do mesmo ano conhecer de perto o trabalho da Casa da Árvore e trocar experiências. Um dos apontamentos feitos por Lulli Milman na ocasião foi que a nossa oferta de plantões poderia ser excessiva (oito plantões por semana) e que isso poderia estar contribuindo para o esvaziamento do espaço.

¹⁰ A Tipificação Nacional de Serviços Sócio-Assistenciais (MDS, 2009) designa com “serviços de convivência e fortalecimento de vínculos” a modalidade de atendimento sócio-assistencial realizada em contraturno escolar, em grupos por faixa etária. Todavia, no município de Porto Alegre e na região metropolitana se difundiu a nomenclatura “SASE”, adotada desde muito antes pela FASC.

conto¹¹. O mês de maio de 2012 também marcou o início da segunda edição do curso de extensão na UFRGS. Desta vez, nossa surpresa com a repercussão do trabalho foi ainda maior, tivemos mais de cento e vinte candidatos para as quarenta vagas ofertadas e recebemos inscrições de diversos municípios do estado do Rio Grande do Sul.

Porém, ficamos pouquíssimo tempo nesta nova sede da Associação de Moradores. Da mesma forma que a antiga ONG onde primeiramente estivemos a sede ficava localizada na avenida que dá acesso à comunidade. Sempre sentimos que havia por parte das mães, ao trazerem seus filhos, um receio com relação à passagem das crianças perto da “faixa”, como elas se referiam à avenida. Sempre foi nosso desejo estarmos “dentro” da comunidade. Esta possibilidade se viabilizou com o encerramento das atividades do SASE. Infelizmente, em decorrência de inúmeras dificuldades enfrentadas pela administração da Associação de Moradores, o serviço foi fechado e o prédio ficou desocupado. Para não deixar a comunidade desassistida, a FASC mediou a negociação para que a ONG vinculada à Associação Médica do estado assumisse um outro SASE, com o mesmo número de vagas, acolhendo os usuários que haviam sido desligados. As atividades que estavam previstas para acontecer naquele salão em que a Casa dos Cata-Ventos iniciou seus trabalhos foram incorporadas no funcionamento deste novo SASE. Com isto, a diretoria da Associação de Moradores imediatamente nos convidou para ocupar o prédio agora sem uso.

A primeira semana de trabalho neste terceiro endereço da Casa dos Cata-Ventos na Vila São Pedro foi conturbada. Por parte das crianças, havia um imaginário de que nós havíamos expulsado os trabalhadores do SASE, por quem elas tinham muito carinho. Chegaram até a quebrar brinquedos e subir no telhado da casa, numa clara manifestação de indignação. Por outra parte, havia uma denegação do fechamento do SASE pela diretoria da Associação de Moradores, que mantinha o espaço aberto nos turnos em que nós não estávamos, oferecendo algumas atividades físicas e lanche para as crianças. Frente a essas ocorrências, nós decidimos realizar uma assembleia – a exemplo do que fizeram os colegas da Casa da Árvore quando enfrentaram um momento difícil de manejo com as crianças – porém, convocamos para que estivessem presentes os membros da direção da Associação de Moradores. Nosso intuito era que os

¹¹ Em supervisão com a psicanalista Diana Corso, ela não deixou de observar o quão sinceros fomos em nossa entrada na comunidade, enunciando em verso nosso desamparo ao adentrar uma floresta desconhecida. Da mesma forma, sublinhou a importância do modo como apresentamos nosso trabalho para as crianças da comunidade, oferecendo a elas o que de mais valor há para a infância: o lobo-mau, um lugar no qual possa depositar todo seu medo, liberando-a para que possa circular livremente no campo social.

adultos da comunidade mesmo explicassem para as crianças o que estava se passando. Reunimo-nos todos no pátio que fica na parte da frente da nova casa. Fechamos o salão onde guardamos os brinquedos e explicamos para todos que aquele seria um dia especial, onde gostaríamos de conversar com eles sobre as questões do SASE, da Casa dos Cata-Ventos, da ONG e sobre todas as dúvidas que tivessem. A primeira pergunta que surgiu foi: “a gente pode falar a verdade?”, seguindo-se a isso um rol de queixas. Enfim, naquele momento puderam ser nomeadas todas as angústias frente às mudanças ocorridas, abrindo-se um espaço onde o sofrimento pôde ser compartilhado.

Com esta mudança, finalmente passamos a nos sentir “dentro” da comunidade. Este tempo de mais de um ano e meio foi como que um teste de resistência para que a comunidade adquirisse a confiança necessária, abrindo suas portas para nos receber e permitindo que circulássemos por suas ruas labirínticas sem a tutela de um membro da diretoria da Associação de Moradores. A intensidade deste convívio imediatamente repercutiu no dia a dia do nosso trabalho. A atuação do tráfico, a agressividade no trato com o outro, a fragilidade das condições socioeconômicas das famílias, tudo isso se apresentou com uma clareza obscena. Num cenário de tamanho desamparo, o maior esforço é para que olhos e ouvidos aprendam a reconhecer as potencialidades mais ínfimas em meio à desesperança.

UMA APOSTA NA DIMENSÃO POLÍTICA DO BRINCAR

Suspendo, por hora, o relato da história da Casa dos Cata-Ventos sem adentrar os meandros do nosso fazer clínico, pois pretendo apresentar algumas reflexões neste sentido posteriormente¹². Abro espaço para fazer uma digressão sobre os fundamentos do brincar e a aposta que nas consequências políticas desta forma de intervenção social.

A incompreensão quanto à forma de trabalho proposta por Dolto na *Maison Verte* se acentuou quando foi traduzida para a realidade do Brasil. A inserção da psicanálise na cultura francesa logo fez com que aquela iniciativa fosse reconhecida, embora por parte dos governantes ou dos empresários as condições para a manutenção do projeto só fossem asseguradas depois de muito tempo e com muito esforço. No Brasil, a tradição assistencialista aumentou enormemente as dificuldades. O modo menos enrijecido como o projeto funciona levanta grandes suspeitas por parte de um

¹² Ver o ensaio “Ser-Tão”, a seguir.

Estado bastante burocratizado (burocracia que, a meu ver, serve como forma de enrijecimento da escuta, forma perversa de defesa daqueles que têm a responsabilidade de lidar com a realidade sofrida a que estão submetidos os cidadãos que necessitam especialmente das políticas de assistência social, saúde e previdência). Um projeto sem inscrições, sem cadastro, sem um número definido de vagas, sem protocolos, sem planejamento (no sentido que tanto a pedagogia quanto a administração modernas dão ao termo), que exige pouquíssimos recursos materiais, mas que, paradoxalmente, exige um contingente bastante grande de profissionais, soa como uma afronta às iniciativas sociais (tanto do Estado quanto dos departamentos de “responsabilidade social” das empresas) acostumados a vestir as camisetas nas crianças para tirar fotografias e assim “justificar” os recursos financeiros que recebem¹³.

“Inútil” é como nos acusam! “Vocês recebem para ficar brincando com as criancinhas”, foi o que ouviu, certa vez, uma colega¹⁴. Paradoxalmente, o próprio Estado dá mostras do esforço que vem fazendo para tornar a criança um objeto de investimento, na certeza do alargamento do seu capital produtivo no futuro¹⁵. Nos últimos anos temos observado um avanço surpreendente das políticas sociais que tomaram a infância, e em especial a primeira infância, como objeto. Infelizmente o discurso da neuroeconomia tem balizado muito das discussões.

Todavia, é inegável o fato de que as contribuições da psicanálise, principalmente a partir da segunda metade do século XX, serviram de condição de possibilidade para esse campo discursivo e, ainda hoje, de referência para profissionais que, de muitas formas, se debruçam sobre os temas da infância e do brincar. Radicalmente contrários a uma postura excessivamente pedagógica frente à infância, o caráter lúdico, inútil, imaterial de nosso fazer é visto como um dispêndio infrutífero de forças. Pretendo aqui apontar em quê o discurso psicanalítico pode se distinguir do simples uso de seus conceitos nas artimanhas do modo de produção capitalista, criticando alguns pontos de sua conceituação e apontando algumas linhas de fuga. As palavras fundadoras de Françoise Dolto nos dão o rumo da discussão que proponho. Ao levantar a bandeira da *Causa das Crianças* como a questão mais importante da nossa época e a raiz da prevenção dos problemas da nossa sociedade no futuro, ela diz:

¹³ Não falo aqui em sentido metafórico.

¹⁴ Esta frase foi dita por um prefeito municipal e me foi contada por uma colega que trabalha como visitadora do Programa Primeira Infância Melhor, da Secretaria Estadual de Saúde.

¹⁵ Para uma discussão ampliada deste ponto, ver o ensaio “Investimento ou Aposta”.

Resta realizar todo um encaminhamento mental novo para que a educação dos primeiros anos da criança não separada dos seus se torne prioritária. O que é relegado à rubrica do domínio escolar e da educação não é considerado como a questão das questões, algo maior. Também temos medo de ir e olhar de perto, porque percebemos, efetivamente, talvez por intuição, que todo o futuro social depende disso, e então, nesse momento, ficamos com má consciência, porque sabemos que não damos prioridade ao problema da humanização da pequena infância, nesse momento capital da separação bem-sucedida entre mãe e filho. Esse assunto é reprimido, mascarado, quando é aí que surge a tolerância das diferenças, a solidariedade entre os seres humanos, as amizades estruturantes, a integração bem-sucedida das crianças enquanto elementos ativos, produtivos e criativos na sociedade de sua idade, e as amizades de adultos, homens e mulheres, enquanto pais, iniciando seus filhinhos, por exemplo, na convivência entre gerações, quando interesses e prazeres são partilháveis entre eles, nos espaços e nos tempos adequados (DOLTO, 2005, p. 355).

Reconhecidamente, os trabalhos de John Bowlby acerca da teoria do apego e de Donald W. Winnicott acerca dos objetos e fenômenos transicionais tiveram caráter fundador de uma nova discursividade na psicanálise de crianças e no que tange ao estudo do brincar. No contexto de evacuação das crianças na Inglaterra, durante a II Guerra Mundial, ambos puderam observar os efeitos da privação de cuidados maternos na subjetividade infantil, incorporando essas observações e experiências em suas teorias e transcendendo o campo da clínica psicanalítica *stricto sensu*, permitindo sua aplicação em diversas outras disciplinas, como a pedagogia, a pediatria e a assistência às famílias. Depois deles, a discussão sobre a promoção de saúde mental para a população infanto-juvenil pôde ser discutida em escala epidemiológica.

Um pequeno exemplo ilustra o que digo. No ano de 1951, Winnicott (2005[1951]) publicou um artigo no *British Medical Journal* comentando dois relatórios da Organização Mundial da Saúde (OMS) que versavam sobre o tratamento dispensado à infância. O primeiro dos documentos analisados foi o relatório da segunda sessão da Comissão de Especialistas em Saúde Mental da OMS. Citando este relatório, ele diz:

O mais importante princípio a longo prazo para o trabalho futura da OMS na promoção da saúde mental, em contraste com o tratamento de distúrbios psiquiátricos, é o estímulo à incorporação no trabalho de saúde pública da responsabilidade pela promoção da saúde física e mental da comunidade (OMS apud. WINNICOTT, 2005, p. 191).

O segundo documento sobre o qual ele escreveu foi o relatório elaborado pelo Dr. John Bowlby por encomenda da OMS, em contribuição ao Programa das Nações Unidas para o Bem-Estar de Crianças sem Lar, publicado sob o título *Cuidados Maternos e Saúde Mental*. Ambos os textos sustentavam-se sobre argumentos

estatísticos e apontavam a correlação entre experiências de privação e o desenvolvimento de personalidades antissociais ou até mesmo psicóticas. Winnicott, contudo, assinalava que estes relatórios partiam de pressupostos que não teriam sido aceitos facilmente por médicos no início do século XX: “que a base da saúde mental adulta é construída na infância e, é claro, na adolescência” (WINNICOTT, 2005, p. 191) e que a estabilidade da relação entre as crianças e os adolescentes e seus pais ou cuidadores fosse apontada como meta para a promoção de saúde mental nas comunidades e para a prevenção de problemas emocionais ou mesmo personalidades psicopáticas. Estes relatórios são, em última instância, exemplos de como a infância, na sua relação – digamos – “ontológica” com a instituição familiar, foi capturada como objeto biopolítico.

No campo da experiência que descrevo – do trabalho nas estruturas Dolto e, em especial, na Casa dos Cata-Ventos – e no intuito de sustentar a aposta na dimensão política do brincar, cabe indicar de que forma a ética e os operadores conceituais psicanalíticos nos orientam; a começar por uma teorização sobre o brincar. Em *O Brincar e A Realidade* (WINNICOTT, 1975), Winnicott desenvolveu extensamente a tese sobre os objetos e fenômenos transicionais, cobrindo uma gama de experiências que vão desde o brincar até as formações mais sublimes da cultura, como a arte, a religião, a ciência e a filosofia. Esta continuidade que vai do brincar à vivência cultural é sublinhada pelo autor em vários pontos de sua obra como, por exemplo, quando diz: “Parto da hipótese de que as experiências culturais estão em continuidade direta com a brincadeira” (WINNICOTT, 1975, p. 139). Ou ainda: “Para mim, o brincar conduz naturalmente à experiência cultural e, na verdade, constitui seu fundamento” (ibid., p. 147). No contexto da reflexão que proponho a hipótese que nos leva do brincar à experiência cultural será de extrema valia, na medida em que aponta para um espaço onde o encontro com os outros é possível e, assim, também se torna possível o exercício da convivência política.

Na psicanálise winnicottiana, a experiência do brincar é concebida como uma atividade estruturante do processo de subjetivação e que coincide com o fenômeno transicional. Estes conceitos sustentam-se sobre um paradoxo que não deve ser solucionado e do qual as crianças devem ser preservadas: o paradoxo apontado por Winnicott recai sobre o ponto exato de sobreposição da realidade psíquica interna e da

realidade externa compartilhada¹⁶; ou seja, no uso que faz do objeto transicional, é impossível para a criança distinguir se ele foi por ela criado ou se lhe foi dado pelo ambiente. Esta especificidade do objeto transicional depende da capacidade do ambiente para se adequar com precisão à fantasia da criança. Adaptação que deve ser encarnada por um adulto e, progressivamente, diminuída conforme aumenta a capacidade do bebê de tolerar frustrações. Esta função encarnada de adaptação ativa do ambiente é chamada por Winnicott “**mãe suficientemente boa**” (WINNICOTT, 1975, p. 25). É através desta área intermediária “concedida ao bebê, entre a criatividade primária e a percepção objetivamente baseada no teste de realidade” (ibid., p. 26) que se abre a possibilidade de experimentar vivências de satisfação¹⁷ em uma realidade intermediária parcialmente partilhável com os outros. A consistência subjetiva que o sujeito alcança a partir da experiência de vivência de satisfação é assegurada pela função de espelho do rosto da mãe¹⁸ (pulsão escópica de reconhecimento) e, portanto, este íntimo sentimento de existência convoca uma **presença**, já que depende que esta “criação” onipotente do pensamento da criança seja testemunhada por alguém.

Para garantir a solidez desta teorização, é necessário delimitar as bordas que separam a alucinação da realidade, descrevendo um processo que nos leve do princípio de prazer ao princípio de realidade. A partir da experiência de sentir-se verdadeiramente vivo, expande-se o espaço potencial incorporando nele elementos estrangeiros e ampliando as identificações. Mais uma vez, o enriquecimento da experiência do mundo se mostra em continuidade do espaço inaugurado pelo objeto transicional: “Esse paradoxo, uma vez aceito e tolerado, possui valor para todo indivíduo humano que não esteja apenas vivo e a viver nesse mundo, mas que também seja capaz de ser infinitamente enriquecido pela exploração do vínculo cultural com o passado e com o futuro” (ibid., p. 10). Estaríamos errados em caracterizar como exploratório o movimento da criança em direção ao mundo, pois não se trata para ela de um

¹⁶ É curioso que o discurso psicanalítico tenha de cunhar um conceito tão rebuscado como “realidade externa compartilhada” para dar conta de um fenômeno que a tradição filosófica ocidental a muito chama “senso comum”. Isto, por si só, já dá demonstrações do descrédito que a vida política comum enfrenta e da precariedade da esfera pública na contemporaneidade.

¹⁷ O psicanalista argentino Ricardo Rodolfo assinala no texto freudiano a importância deste conceito no estabelecimento da ligação entre a dimensão orgânica e da imagem inconsciente do corpo. Investigaremos detalhadamente a proposição deste autor, mas, por hora, cabe apontar que se trata de uma experiência repetidamente vivida pela criança e por seu cuidador. Esta ideia não se reduz ao prazer da satisfação oral e, efetivamente, produz **marcas** no plano corporal. Ver: RODULFO, 2004, p. 107-108.

¹⁸ Neste sentido, é muito instigante a leitura do artigo de Winnicott: *O Papel de Espelho da Mãe e da Família no Desenvolvimento Infantil* (1975, p. 153-162), comentário ao artigo de Jacques Lacan sobre o “Estádio do Espelho”, onde coloca o rosto materno numa função similar, porém anterior, ao espelho.

movimento em direção a um objeto exterior previamente existente; ao contrário, é através deste gesto “amorfo e desconexo” (ibid., p. 92), oriundo de um “estado não integrado da personalidade” (ibid., p. 92-93), que o sujeito pode se reconhecer.

Por complexa que se torne a psicologia do sentimento do eu (*self*) e do estabelecimento de uma identidade, à medida que o bebê cresce, nenhum sentimento do eu (*self*) surge, exceto na base desse relacionamento no sentimento de **ser**. Este último é algo que precede a ideia de estar-em-união-com, porque ainda não houve nada mais, exceto identidade. Duas pessoas separadas podem **sentir-se** em união, mas aqui, nessa área que examino, o bebê e o objeto **são** um (WINNICOTT, 1975, p. 114; grifos do autor).

Winnicott é enfático na defesa do brincar como espaço de ampliação da tessitura existencial entre a criança e o ambiente, propondo que é nesse espaço potencial que a criança adquire a capacidade de uso dos objetos. Este uso que a criança aprende a fazer da área intermediária será determinante para sua saúde psíquica, pois é somente através do uso dos objetos que se adquire o domínio do corpo e da motricidade e, por fim, o que permite à criança experimentar as dimensões do tempo e do espaço: “Para controlar o que está fora, há que fazer coisas, não simplesmente pensar ou desejar, e **fazer coisas toma tempo**. Brincar é fazer” (ibid., p. 63; grifo do autor). Em outras palavras, a partir de uma área de amorfia, constituída sobre um vínculo de confiança com um adulto que desempenha as funções de acolhimento, manejo e cuidado, a criança pode adquirir um sentimento de existência que a leve ao controle do seu próprio corpo e, conseqüentemente, à possibilidade de uso dos objetos. De forma sintética, Winnicott resume este processo da seguinte forma: “‘Eu sou’ tem de preceder ‘eu faço’, pois, de outra maneira, ‘eu faço’ torna-se desprovido de significação para o indivíduo” (ibid., p. 177).

Acredito que o conceito de **uso de um objeto**, criado por Winnicott, distinto do conceito de **relação de objetos**, significou um avanço na compreensão dos fenômenos que se relacionam não só com a realidade psíquica (como é o caso na relação de objetos), mas também com uma dimensão do Real que se impõe ao sujeito. A partir do relacionamento do bebê com um ambiente facilitador e do surgimento dos fenômenos transicionais (lembramos o paradoxo indiscernível entre concepção e percepção que o objeto transicional sustenta), o sujeito começa a deslocar este objeto para fora de sua área de onipotência infantil, percebendo-o como objeto externo. Para isso, contudo, este objeto, fruto de uma realidade imaginária, deve sobreviver às investidas de destruição, passando a ocupar um lugar como objeto de amor. A psicanálise winnicottiana se afasta,

assim, daquelas correntes psicanalíticas que concebem a realidade externa como um feixe de projeções por parte do indivíduo. O autor concorda, porém, que a compreensão do princípio da realidade (que, por fim, emerge na passagem da relação de objeto para o uso de um objeto) como tendo origem num gesto de raiva e destruição é de difícil compreensão (para não dizer paradoxal ou mesmo absurdo): “Na teoria ortodoxa, continua a suposição de que a agressividade é reativa ao encontro com o princípio de realidade, ao passo que, aqui, é o impulso destrutivo que cria a qualidade da externalidade. Este ponto é central à estrutura de meus argumentos” (WINNICOTT, 1975, p. 130). Para o autor, o que resta desta passagem do registro Imaginário ao Real, não é a raiva pela sobrevivência do objeto, mas a alegria. Em resumo, estar sendo constantemente destruído na fantasia é a condição para que o objeto possa ser usado; já que, para conseguir fazer uso dos objetos, é necessário que a criança abra mão de sua onipotência infantil e passe a relacionar-se com a realidade compartilhada.

Em paralelo ao desenvolvimento da motricidade e ao controle do corpo, desenvolve-se durante o brincar a criatividade da criança – condição de possibilidade de toda experiência cultural. A despeito do peso da expressão, Winnicott afirma, contudo, que a ênfase não está no adjetivo “cultural”, mas sim no substantivo “experiência”. A partir da experiência existencial que se inaugura na relação com o objeto transicional – experiência eminentemente de criação, já que sustentada por uma função ambiental encarnada que tolera o paradoxo anteriormente referido entre a onipotência do pensamento e a percepção – este espaço potencial pode ser expandido, incorporando elementos estrangeiros, e possibilitando ao sujeito adquirir a capacidade de uso dos objetos. Há, portanto, através do brincar, o enlace do bebê com toda a tradição cultural; esclarecendo-se assim, de forma precisa, o sentido da expressão “cultura materna”. Sobre este ponto, o autor considera:

Utilizando a palavra ‘cultura’, estou pensando na tradição herdada. Estou pensando em algo que pertence ao fundo comum da humanidade, para o qual indivíduos e grupos podem contribuir, e do qual todos nós podemos fruir, **se tivermos um lugar para guardar o que encontramos.** [...] em **nenhum campo cultural é possível ser original, exceto numa base de tradição** (ibid., p. 138; grifos do autor).

Com esta afirmação, Winnicott ressalta o papel do brincar na consolidação do espaço potencial onde as identificações se dão e onde o viver autêntico acontece, pois, para ele, o viver pleno implica em uso da criatividade. Portanto, é determinante da

saúde psíquica, na psicanálise winnicottiana, o uso que o sujeito faz desse espaço intermediário. Na psicose, por exemplo, há, por parte do sujeito psicótico, uma reivindicação de que seus fenômenos subjetivos tenham o reconhecimento das outras pessoas, que sejam aceitos como algo da ordem do exterior, do objetivo. Por outra parte, os artistas se comprazem com a possibilidade infinita de uso dos objetos nesse espaço intermediário, sem fazer reivindicações, e desta forma podemos reconhecer na arte os nossos próprios espaços intermediários. A exemplo disso, podemos identificar áreas de sobreposição de **experiências em comum** nos fenômenos de formação dos grupos também na ciência, na filosofia e na religião. A defesa da criatividade como índice de saúde mental é descrito com muita lucidez e beleza na seguinte passagem de *O Brincar e a Realidade*:

Tenho esperança de que o leitor aceite uma referência geral à criatividade, tal como postulamos aqui, evitando que a palavra se perca ao referi-la apenas à criação bem sucedida ou aclamada, e significando-a como um colorido de toda a atitude com relação à realidade externa. É através da apercepção criativa, mais do que qualquer outra coisa, que o indivíduo sente que a vida é digna de ser vivida. Em contraste, existe um relacionamento de submissão com a realidade externa, onde o mundo em todos os seus pormenores é reconhecido apenas como algo a que ajustar-se ou a exigir adaptação. A submissão traz consigo um sentido de inutilidade e está associada à ideia de que nada importa e de que não vale a pena viver a vida. Muitos indivíduos experimentaram suficientemente o viver criativo para reconhecer, de maneira tantalizante, a forma não criativa pela qual estão vivendo, como se estivessem presos à criatividade de outrem, ou de uma máquina. Essa segunda maneira de viver no mundo é identificada como doença, em termos psiquiátricos. De uma ou de outra forma nossa teoria inclui a crença de que viver criativamente constitui um estado saudável, e de que a submissão é uma base doentia para a vida. Há poucas dúvidas de que a atitude geral de nossa sociedade e a atmosfera filosófica da época em que vivemos contribuem para o ponto de vista sustentado por nós e referido à época atual: poderíamos não tê-lo mantido em outro lugar e em outra época. Viver de maneira criativa e viver de maneira não criativa constituem alternativas que podem ser nitidamente contrastadas (WINNICOTT, 1975, p. 95).

Winnicott inaugurou um campo de investigação que, de forma radical, colocou a criança em uma posição de autoria e de criação no processo de constituição da subjetividade. Apoiado neste **paradigma da atividade**, o psicanalista argentino Ricardo Rodolfo desenvolveu uma teorização que visa desconstruir a concepção tradicional dos processos de subjetivação que, numa leitura estreita do texto lacaniano, entende o *infans* a partir de um prisma rígido e frio. Esta visão ortodoxa despotencializa a criança quando a compara a um ideal adultocêntrico: fixada numa posição de objeto passivo do desejo materno, a criança encontraria como única saída possível desta simbiose tóxica o

recurso – nostálgico – ao Nome-do-Pai. Em uma perspectiva totalmente diversa (caberia dizer: em um **arranjo** bastante original das ideias – para utilizar uma expressão musical, tão cara ao autor), Rodolfo preserva o caráter eminentemente ativo da criança no processo de constituição subjetiva. Seu estudo *El Niño y El Significante* (RODULFO, 2008[1989]), uma de suas primeiras publicações e – talvez – a de maior popularidade, tornou-se pedra angular no campo da psicanálise de crianças. A tese sustentada pelo autor neste texto é de que existem **processos** e **funções** estruturantes da subjetividade que se dão no ato de brincar e que são, contudo, anteriores ao *fort-da* e ao estágio do espelho. Valendo-se do conceito de mito familiar – “*un puñado de significantes dispuestos de cierta manera*” (RODULFO, 2008, p. 40) – a partir do qual a criança extrai aqueles que irão marcar a sua singularidade¹⁹, o psicanalista afirma:

Lejos de ser entes pasivos, solo preocupados por obtener satisfacciones orales, como en alguna época el psicoanálisis pintó a los bebés, la tarea eminentemente activa que todo ser humano debe emprender, para la que necesita ayuda porque solo no puede consumarla, es encontrar significantes que lo representen ante y dentro del discurso familiar, en el seno del mito familiar, o sea del campo deseante familiar (ibid., p. 42).

Para ilustrar sua tese, Rodolfo dá o exemplo de alguém que caminha e que, obviamente, o faz sobre uma superfície. Nesta cena, nada justifica a afirmação de que é o solo que se move e não as pernas. Da mesma forma, com relação ao gesto espontâneo do bebê, não se pode atribuí-lo à função materna ou paterna. Além do mais, este solo – o mito familiar – é composto por elementos heterogêneos. É uma *collage*, um arquivo. O que resulta na mais absoluta **imprevisibilidade** dos processos de subjetivação (justamente, a certeza e a assertividade neste campo são indicadores graves do potencial patógeno de um ambiente familiar).

Portanto, no processo de edificação de si, o que de pior a criança pode encontrar é um território rígido e inflexível, que determine o seu lugar, sem possibilidades de desvio, mudança ou criação. Mesmo o endereço de um corpo próprio não é algo óbvio ou inerente ao bebê humano, é preciso criá-lo, fazer da superfície de inscrição de suas experiências um corpo. Contudo, Rodolfo não desconsidera a importância das funções parentais ou do registro pulsional, insistindo, porém, na necessária presença de alguém que encarne nos primeiros estágios do desenvolvimento do bebê essa função primordial do Outro. A dimensão mortífera deste processo estaria dada por aquilo que conceitua

¹⁹ Poderia dizer: “a sua diferença”, incorporando o neologismo criado por Jacques Derrida; autor por quem Rodolfo reconhece sua dívida.

como significantes do Super-Eu: significantes assaz repetitivos que, oriundos do discurso materno, constroem as possibilidades de deriva da identificação, indicando um assujeitamento ao gozo do Outro. De outra parte, há os significantes do Eu: aqueles com o qual a criança opera a sua individuação, a separação do corpo do Outro. Operação que, a exemplo do que conceitualizou Winnicott, preserva uma importante dimensão agressiva.

A falização precoce da criança é condição *sine qua non* de estruturação do sujeito. Vale dizer que Rodolfo não equipara a falização do bebê ao fato de ser desejado, ou, como se poderia pensar a partir de uma leitura apressada do texto freudiano, equipará-lo ao pênis: “*falizar al hijo no da por resultado que se parezca a un pene, da por resultado producir un sujeto*” (ibid. p. 94). Revisitando a literatura psicanalítica, Rodolfo identifica além do processo de falização dois sentidos nos quais o infantil foi tematizado: como sintoma ou como fantasma. Estas duas posições marcam a dificuldade do ambiente familiar em assimilar a espontaneidade e a diferença que a criança imprime ao campo simbólico em que é recebida. Nestas posições, as dificuldades inerentes ao viver não resultam em um sofrimento neurótico. Quando a criança é colocada como sintoma de um transtorno familiar ou como objeto fantasmático da pulsão sua subjetivação terá de lidar com um potencial psicotizante ou autístico. Isto não equivale a dizer que a criança que não foi desejada está condenada à morte. O risco de não ser devidamente falizado é o de ficar preso a uma posição de objeto ou de sintoma para o Outro: o resultado pode ser a fixação a uma posição masoquista que intenta libidinizar uma situação insuportável. Ao contrário, através do processo de falização, a criança é incluída no circuito do desejo e investida da libido do Outro, podendo encontrar a matéria a partir da qual extrair os orifícios de seu próprio corpo.

*El primer gran trabajo del ser humano al nacer será encontrar significantes para encaramarse al orden simbólico de la intersubjetividad, proceso que caracterizamos como extraer y dejar marcas, valiéndose de los materiales del mito familiar, que son también los materiales del cuerpo materno. Los términos más genéricos con que podemos decirlo, y dejando ahora de lado la diferencia entre funciones (materna, paterna, etc.), es que por los caminos que fuere tiene que darse un **ofrecimiento de significantes** al recién nacido. De ellos, él tomará uno u otro imprevisiblemente, pero siempre hay cierta oferta de significantes en una familia (RODULFO, 2008, p. 99; grifo do autor).*

Falei anteriormente que a criança encontra no mito familiar a matéria a partir da qual pode extrair os orifícios de seu próprio corpo: é preciso explicar esta afirmação retomando o processo de subjetivação que, a partir da proposição winnicottiana, aponta a necessidade de fazer da superfície de inscrição das experiências um corpo. Neste sentido, a relação primordial do bebê com seu principal cuidador – com a mãe suficientemente boa, para retomar o termo clássico de Winnicott – é a matriz a partir da qual se constroem as aberturas desta superfície para este **não-eu** que lhe toca, lhe acaricia, lhe nutre, lhe olha e lhe fala seu nome. Rodulfo afirma categoricamente: “*el cuerpo de la madre es el mito familiar*” (ibid., p. 71), e é a partir dele que a criança produz buracos neste plano de escritura ou, se preferirmos seguir a expressão cunhada por Freud, as zonas erógenas. Na teorização do psicanalista argentino, a produção destes buracos não deve ser entendida como um fenômeno deficitário, ao contrário, trata-se de uma positividade fundamental da subjetivação. É através deste processo que a criança pode se apropriar de seu corpo, impondo um limite àquilo que era uma porta de livre acesso do gozo do Outro – e esta limitação não se dá sem uma boa dose de um componente agressivo. Acompanharemos Rodulfo, a seguir, na descrição de como a carícia materna desenha certa borda de libidinização do corpo da criança.

Descrito sucintamente o processo de subjetivação, conforme entendido por Rodulfo em *El Niño y El Significante*, será importante situar as diferentes funções do brincar neste processo, analisadas pelo autor na mesma obra. Cabe sublinhar, mais uma vez, o peso que ele dá ao brincar como prática significativa:

*Para nosotros el concepto de jugar es el hilo conductor del cual podemos tomarnos para no perdernos en la compleja problemática de la constitución subjetiva. Partimos de un descubrimiento: no hay ninguna actividad significativa en el desarrollo de la simbolización del niño que no pase vertebralmente por aquél. No es una catarsis entre otras, no es una actividad más, no es un **divertimiento**, ni se limita a una descarga fantasmática compensatoria o a una actividad regulada por las defensas, así como tampoco se lo puede reducir a una formación del inconiente: más allá de estas parcialidades, no hay nada significativo en la estructuración de un niño que no pase por allí, de modo que es el mejor hilo para no perderse. Los conceptos más abstractos o genéricos (como el de deseo y tantos otros) que podemos invocar, bienvenidos sean, pero, ¿dónde voy a verlos funcionar si es que funcionan, dónde comprobaré su pertinencia si no en esta práctica por excelencia? En particular, cada vez que quiero evaluar el estado de desarrollo simbólico de un chico, no hay ningún índice que lo brinde más claramente que el estado de sus posibilidades en cuanto al jugar. No hay ninguna perturbación severa o de cuidado o significativa en la infancia que no se espeje de alguna manera en el jugar (RODULFO, 2008, p. 120-121; grifo do autor).*

Assim sendo, o autor identifica como primeira função do brincar a produção de superfícies extensas e contínuas: isso se mostra no lambuzar-se do bebê com a comida, com os líquidos e com os fluidos corporais, por exemplo, que geralmente se estende do rosto, à roupa, às mãos, ao prato, à mesa, ao corpo daquele que o alimenta ou o cuida e tudo mais que esteja ao seu alcance. Tudo o que existe é, para a criança, um grande *continuum* sem exterior. Portanto, é justo referir que, nesta função logo remota da subjetivação, “*el espacio es el cuerpo*” (RODULFO, 2008, p. 138; grifo do autor). Neste ponto, Rodulfo segue a indicação de Winnicott de que é tomando o corpo do Outro como suporte que o bebê pode passar da desintegração à integração e, neste movimento, os hábitos e as rotinas de cuidado adquirem também o *status* de superfícies de continuidade, permitindo ao pequeno sujeito em constituição que adquira a **confiança** necessária para que se coloque em movimento e se subjetive.

A segunda função estruturante do brincar se dá em atividades que colocam em jogo a reversibilidade entre continente e conteúdo. Utilizando o conceito de “espaços de inclusões recíprocas” (SAMI-ALI apud RODULFO, 2008), o autor cita exemplos de brincadeiras, fantasias e sonhos onde a diferença entre maior e menor é abolida, ou onde o sujeito se encontra em espaços labirínticos ou sem saída. A psicopatologia oferece também evidências deste processo nas alucinações de devoração (que podem afligir não só os psicóticos, mas também as mulheres grávidas), ou nos episódios de crise claustrofóbica e agorafóbica. Novamente, recorrendo ao vocabulário winnicottiano, Rodulfo afirma que esta operação conduz o sujeito da fusão ao corpo do Outro, para a separação; e lembra a importância que o pensamento onipotente da criança desempenha neste processo, pois a resguarda de se deparar precocemente com a possibilidade de extinção do Outro, ou – enfim – com sua condição de desamparo. O horizonte deste processo é a **distinção entre o Eu e o não-Eu**. Numa peculiar formulação, Rodulfo recorre à imagem de um tubo para ilustrar sua ideia, como se o plano contínuo de imanência produzido num primeiro momento do brincar se dobrasse sobre si mesmo.

Por fim, a terceira função do brincar encena jogos de aparição e desaparecimento, a exemplo do *fort-da* freudiano. Implica, portanto, no processo de desmame do bebê – momento fundamental da separação do corpo do Outro – e articula-se com a pulsão escópica, com o olhar materno, e não é alheio à intervenção paterna. O autor se orienta neste campo através das perguntas: “¿Cómo puede existir algo en calidad de ausente? ¿Cómo puede tener estatuto de existencia algo que no se otorga como visible? ¿Cómo se puede ir a buscar lo que no está?” (RODULFO, 2008, p. 161). Retomando seu

método de inventariar as práticas da criança, Rodulfo se refere à “angústia do oitavo mês” (SPITZ apud RODULFO, 2008) – em que a criança se angustia quando um estranho se aproxima –; à descoberta da porta e de tudo aquilo que produza o efeito de “fechar” e “abrir”; ao fascínio pelo vidro e à descoberta das distâncias (diríamos: um olhar que se distingue do tocar); e, sobretudo, ao “brincar de não querer”, expresso na enunciação do **não** e descrito por Freud como a “denegação originária” (apud RODULFO, 2008). O psicanalista chama atenção, porém, que esta experiência onde culmina o processo de separação não seja vivida como a destruição de si ou do Outro. Sobre este ponto, ele afirma:

Ocorre que para que se cumpla con éxito lo que se tramita en esta multiplicidad de juegos que se despliegan como función fort/da o negación originaria, es absolutamente necesario simbolizar la diferencia entre separar y destruir del modo más rotundo, ya que en el momento mismo en que diferenciación se homologa a destrucción, toda separación, aun mínima es imposible, obligando al niño a fusionarse desesperadamente para evitar el caos (RODULFO, 2008, p. 169).

Sublinho da teorização de Rodulfo a ênfase que o autor dá ao movimento de lançar o objeto, na brincadeira do *fort-da*. Para ele, ao lançar o carretel, a criança **cria** um espaço, **produz** uma distância que não existia: “*No es que el objeto se ve arrojado afuera, sino que al arrojar el objeto se produce un afuera*” (ibid., p. 172; grifo do autor). É neste **espaço-entre** que a criança pode simbolizar a ausência do Outro, fabricando *imagos* que a ajudem a **aprender a esperar**. O psicanalista argentino se vale deste ato para assinalar novamente o caráter ativo da criança na produção de subjetividade, utilizando o termo “**fabricação**” para precisar aquilo que Freud conceituou como **trabalho psíquico**. Destaco uma nota de rodapé onde estas questões aparecem com clareza, indicando que estes termos me serão úteis para problematizar o que chamei como **a dimensão política do brincar**:

La insistencia en el término “fabricar” o “fabricación” no es meramente estilística. Se trata de conceptualizar la actividad psíquica tomando en serio el concepto freudiano de trabajo y debida distancia del retorno de la tendencia a pasivisar al sujeto, vía ciertos usos del estructuralismo en relación con la primacía del significante, por cierto no los únicos posibles (ibid., p. 241).

Antes de adentrar propriamente no âmago desta questão, retomo a indicação feita acima sobre a função que a carícia desempenha no processo de subjetivação. Este

ponto é longamente desenvolvido por Ricardo Rodulfo no livro *Desenhos Fora do Papel* (referido pelo próprio autor como uma continuação de *El Niño y El Significante*), onde propõe uma interpretação dos processos de subjetivação que vão, justamente, da carícia ao aprendizado da leitura e da escrita. A investigação parte de um pequeno fragmento clínico que oferece os elementos que darão suporte à tese do autor. Trata-se de uma menina que, durante várias sessões, repete uma mesma sequência de movimentos: sai do colo da mãe e vai em direção a um espelho que está disponível entre os materiais do consultório. Frente a ele, pega um giz e desenha alguns traços de sua fisionomia de forma fragmentária e descontínua. Em seguida, ainda segurando o giz, se desloca para uma lousa onde tenta marcar algum traço, mas fracassa. A menina é visivelmente tomada por angústia e acaba por comer o giz. A partir desta cena, Rodulfo destaca três planos que se sucedem: o primeiro é o **corpo da mãe**; a seguir, temos o **espelho**; e, por fim, a lousa – onde ele acrescenta a **folha**, como plano onde fracassa a escritura. Na análise desse fragmento, o autor nos assinala a importância de que se atente ao fato de a menina não conseguir imprimir um traço à lousa, indicando a gravidade do que se passa, e lembrando que “**a criança é um ser marcante, ser de marca, demarcada pelas marcas que é capaz de escrever**” (RODULFO, 2004, p. 33; grifo do autor).

A carícia é o processo, por excelência através do qual a criança começa a marcar tanto a si mesma quanto o corpo do Outro. É através destas marcas, destes rastros deixados, que ela pode ocupar e tornar habitáveis diferentes superfícies de inscrição. O traçado do dedo da mãe sobre o corpo da criança, que se faz acompanhar pelos cheiros, pelo olhar e pela nomeação de cada uma de suas partes, é uma atividade fundante do plano corporal. Engana-se, todavia, o observador que vê nesta cena a criança como um polo passivo, receptáculo dos contornos que o adulto lhe impõe. Lembremos que ela também se faz acariciar e acaricia desde os primeiros gestos da amamentação – o que, como bem afirma o autor, poderia ser mais bem descrito pela psicanálise como a cena de um abraço. Em psicanálise, a carícia não possui o *status* de um conceito, o que demandou do autor que articulasse sua análise à teorização freudiana das experiências de vivências de satisfação²⁰. Buscando distanciar-se de um empirismo simplificador, Rodulfo enumera dez temas que, a partir da perspectiva psicanalítica, podem ser desenvolvidos tomando as cenas do abraço e da carícia:

²⁰ Ver acima a nota nº 17.

1. Os atos de abraçar e acariciar são **acontecimentos** concretos e materiais (Reais, diríamos);
2. Nestas cenas, junto com a marca da **mão** do outro, se imprime a marca do simbólico: “uma mão que toca nunca está sozinha, sem uma disseminação de ressonâncias multiplicadoras que leva o selo da singularidade” (ibid., p. 123);
3. **A voz** que acompanha estes gestos não transmite somente os significantes que designam o lugar da criança no mito familiar. O timbre, a altura, a intensidade, o ritmo e a melodia da voz também afetam o corpo.
4. Contudo, esta mesma voz é o suporte da **palavra**, do significante, daquilo que na voz transborda o sentido;
5. A ideia de um **mito familiar** também se faz presente, justamente naquilo que dele se revela em ato;
6. Rodolfo também faz referência à **marca do pai na mãe**: “com todas as variantes empíricas que possamos imaginar; antes de ser uma consideração conceitual, este foi um fato com que a prática tropeçou e teve que reconhecer” (RODULFO, 2004, p.127);
7. O campo de investigação sobre a especificidade da **carícia paterna** também desponta no horizonte desta discussão: “Na literatura psicanalítica é raro encontrar algumas linhas dedicadas ao toque de um homem sobre a criança, a suas especificidades lúdicas potenciais, ao elemento viril do corpo-a-corpo em jogos físicos que raramente emergiriam numa mulher” (ibid., p. 128);
8. A relação de contato entre o corpo de um adulto e o de uma criança remete aos contornos imprecisos de uma discussão sobre a carícia e o incesto, a pedofilia e a violência. Abre-se o campo de uma “**problemática do poder**” ou de “**regulações políticas e do político na família**” (ibid., p. 128; grifos meus), que o autor prefere não reduzir ao tema do paterno;
9. As cenas do abraço e da carícia, do acariciar, do fazer-se acariciar, do acariciar-se remetem também ao tema da **espontaneidade** no processo de constituição infantil;
10. E, por fim, cabe assinalar o que nestas cenas aponta para a possibilidade de resignificação no *a posteriori* [*Nachträglichkeit*]. É o campo de análise dos fenômenos de deslocamento que levam a carícia do corpo materno para outras superfícies de inscrição.

Retomando a tese sobre a primeira função do brincar na subjetivação, o autor aproxima o jogo da carícia ao traçado espontâneo das primeiras escrituras que a criança faz na folha de papel: as garatujas.

Longe de ser um fenômeno de pura imaturidade vital, de ser seu reflexo imediato e alheio ao sentido, a garatuja comporta uma função de ocupação de um espaço inédito antes dela, não escrito, não gerado como espaço. A garatuja faz, materialmente, a espacialidade desse espaço; a ideia de “ocupação” deve ser esclarecida, pois não é a ocupação de algo que preexistia, mas a ocupação como fazer-emergir uma dimensão novíssima nos processos de subjetivação. Este ponto de vista valoriza a necessidade “compulsiva” da criança que faz garatuja que emporcalham, com seu traçado, até o último rincão da folha ou sua própria mão, irregularidade do contorno que desgeometrizava o espaço e que, por isso mesmo, tem sido retomada por alguns expoentes da pintura contemporânea, onde a parede e o solo passam a fazer parte de um marco já não enquadrado (RODULFO, 2004, p. 98-99).

No âmbito deste campo peculiar de pesquisa que propõe, Rodulfo indica como as vivências de satisfação são um índice elevado de subjetivação do organismo vivo em um corpo passível de imaginarização e simbolização. A relação matricial do sujeito com o Outro materno produz bordas turvas, “zonas objetos” que dão origem a “pictogramas” (AULAGNIER apud RODULFO, 2004), que se conectam, inscrevendo um plano extenso e contínuo de imanência: boca-seio, voz-ouvido, olho-pele, pênis-vagina, numa proliferação de conexões que se dão de forma não opositiva.

O resultado de uma experiência de vivência de satisfação genuína é o pictograma, originalidade do corpo sem origem, poder-se-ia dizer. Sua introdução como conceito reestrutura sequências teóricas já clássicas, como a que faz do “estádio do espelho” de Lacan um ponto de partida mais ou menos absoluto. As ancoragens no corpo de diversos conglomerados “pictogramáticos” fluem para uma “especularidade” que sem eles nunca poderia advir como experiência de reconhecimento (e de desejo de reconhecimento) que, por sua vez, é outra variante das vivências de satisfação (recorde-se o “júbilo” que Lacan acentua como culminação da experiência). O ponto de partida se converteu num ponto de chegada: é impossível para um bebê reconhecer-se na cena do espelho sem um longo trabalho de reconhecimento em outra cena e pondo em jogo outros elementos – particularmente na que propomos chamar de corpo (materno) (RODULFO, 2004, p. 144-145).

Para o psicanalista argentino, o processo de escrita do corpo é “uma dimensão fundamentalíssima do **trabalho psíquico**” (FREUD apud RODULFO, 2004, p. 76; grifo meu). E sublinha que: “a ligação com o corporal não é um dado, não é algo que um psiquismo já encontre feito e assegurado; a cada vez, cada criança deve empreendê-la e consegui-la” (RODULFO, 2004, p. 77). E conclui por considerar “a ligação do corporal como o próprio psíquico, ou como a formulação mais radical que podemos fazer do que chamamos processos de subjetivação” (ibid., p. 93). Esta perspectiva com que aborda o tema, todavia, não é redutível à oposição metafísica entre “corpo e mente” ou “soma e psique”: a psicanálise nos ensina a ler a escritura do corpo. Justamente, as

experiências de vivência de satisfação se articulam com a dimensão das necessidades fisiológicas do organismo sem, contudo, se reduzirem a ela. E, contudo, no processo de subjetivação do bebê humano nenhuma necessidade se impõe de forma mais premente do que a necessidade de encontro. Apoiando-se no corpo materno como primeiro plano de inscrição da subjetividade, o bebê pode encontrar neste **espaço-com** experiências de vivência de satisfação. Considerada a partir da perspectiva da necessidade – vale lembrar: necessidade de encontro – a satisfação pode ser buscada ou vivida: diferença sutil e extremamente importante no processo que o autor descreve, pois nos ajuda a distinguir a não satisfação de um desejo da insatisfação neurótica que anseia sempre mais. Já no âmbito das psicopatologias mais precoces o que se vê é uma ruptura deste tecido-em-comum: experiências parciais ou extremas de não ligação (de fazer-se corpo através das experiências) estão na base de processos autísticos de integração corporal e de identificação com elementos maquínicos ou não-humanos. Em formas menos graves de falhas neste processo, pode-se identificar um esgarçamento deste plano: Rodulfo situa essa dificuldade através da fala de um paciente que reclamava de poder “estar perto” das pessoas, mas não conseguir sentir “estar com” elas (RODULFO, 2004, p. 75).

Demarcado o espaço do corpo materno como primeira superfície de inscrição das experiências e a carícia como o meio através do qual se dá esta escritura, pode-se passar a um segundo plano. Rodulfo interpõe aí os temas do narcisismo originário e do narcisismo primário, entendendo o primeiro como “as primeiras **marcas** de subjetivação que fazem do corpo algo sempre irreduzível a um organismo” e o segundo como “certo coroamento de uma **posição** como a do eu” (ibid., p. 151; grifos do autor). Estas distinções levam a uma reconsideração da função do espelho no processo de subjetivação. Para o autor, é insuficiente pensá-la no sentido da unificação corporal já que as identificações especulares são sempre plurais e heterogêneas.

Na época da constituição da zona objeto, os problemas a resolver eram outros: implantação no corpo através de uma fusão – rica fusão, fusão criadora – ao corpo materno entendido não como objeto mas como **espaço** – espaço do outro, espaço fundamentalmente transicional, alheio às contradições opositivas. Agora se trata dos primeiros jogos da oposição, provocada para individuar-se, provocadora de individuação, brincando de eu/não eu e brincando de ser um eu (RODULFO, 2004, p.158; grifo do autor).

Sobre a base das zonas objetos, a criança se depara com o rosto (da mãe e de outras pessoas com quem viveu experiências importantes para ela, ou seja: com os **rostos dos outros**) e com o espelho, onde pode, através dos traços físicos, integrar esta imagem de base à imagem dinâmica e “mover a imagem inconsciente do corpo de um lugar a outro e realizar diversas operações de escrita com ela” (ibid., p.189). A intervenção da dimensão significativa é, assim, fundamental, servindo como fio condutor na passagem da carícia ao traço físico. Como diz o autor, desde a carícia estava posta a transgressão do signo em significante, pois o toque em um objeto não se equivale à carícia para um sujeito, e é daí que pode emergir planamente o traço físico como marca da singularidade.

Tendo partido de uma equivalência da carícia com a garatuja, tornam-se claras as condições necessárias para a emergência do desenho figurativo, da escrita e da leitura: enfim, uma multiplicidade de marcas e traçados produzidos por um sujeito. Repetindo a frase de Dolto, o autor afirma: “Quando uma criança desenha, ela ‘se desenha’” (DOLTO apud RODULFO, 2004, p. 198), sem cair, contudo, numa interpretação deste fato como projeção. Seria mais correto ler neste movimento um gesto simultâneo de criação e ocupação de diferentes espaços, contextos e texturas. Portanto, **a mão é condição de possibilidade do traço**. Não obstante, o espaço criado pelo traço não se restringe à lousa da menina do giz, ou à folha, como acrescentou Rodolfo; como indicado anteriormente na experiência do *fort-da*, o lance do carretel **cria** o espaço. Trata-se, portanto, da sustentação de “um duplo movimento de fusão e de diferenciação” (RODULFO, 2004, p. 207), despindo o primeiro termo da carga patogênica com que a psicanálise acostumou-se a utilizá-lo e o segundo do sentido de corte (já que, pelo exposto, um corte absoluto resultaria na incapacidade do sujeito em produzir marcas no mundo).

Mas nos resta a questão sobre como a criança passa de uma superfície de inscrição à outra? A questão poderia ser posta também de outra maneira: como se passa da condição de *infans* à condição de sujeito da linguagem? A esta segunda questão, Rodolfo responde com um “retorno sobre o musical” (RODULFO, 2004, p.137). O modelo de compreensão do processo de subjetivação que toma a linguística como parâmetro privilegia a leitura diacrônica da sequência dos enunciados, retroagindo um efeito de sujeito da enunciação no *a posteriori*; de forma diversa, Rodolfo é enfático em apontar o quanto o sistema de notação musical desenvolvido no ocidente impõe a simultaneidade dos processos diacrônicos e sincrônicos no pulso de cada instante. Ao

ler um pentagrama, o músico não lê simplesmente a sequência dos diferentes compassos, ele lê a diferença de altura entre cada uma das notas, lê os acidentes, os acordes e os silêncios. Se pensarmos na figura de um maestro, então, e nas partituras de um coral ou de uma orquestra, teremos de imaginar a complexificação desta capacidade de **leitura simultânea do presente** multiplicada pela quantidade de **vozes escritas**. Violinos, violas, violoncelos, contrabaixos, flauta, oboé, tubas, percussões, sopranos, *mezzo-sopranos*, contraltos, tenores, barítonos, baixos, etc: todos juntos e afinados. O problema passa a ser então o ponto em que o *infans* consegue reconhecer-se em sua própria voz, não à toa considerada como o primeiro instrumento musical.

A voz, então, se torna uma folha onde se escrevem palavras – passo que só se realiza neste espaço assim categorizado. Como tal, é o espaço próprio da metáfora e da abstração [...]. Por isso mesmo é o espaço onde o signo ganha dimensão significante. Aqui vai ser onde se desenvolve tanto o que chamamos de **pensamento**, como todo um plano estratificado de atividade da fantasia, agora “mestiça” (Freud), na medida em que um dos seus apoios é o regime da letra (e não só os jogos visuais da especularidade) (RODULFO, 2004, p. 219).

Como na partitura da orquestra, a escrita das vozes dos diferentes instrumentos se sobrepõe. Na subjetivação também, os planos pictogramático, especular e do traço estão sempre relacionados um ao outro, implicando retornos e incidências ao longo de todo o processo de vida. Diferentemente da forma esquemática como os apresentei, Rodulfo insiste que não se trata de um processo linear de subjetivação. Embora haja uma sequência de transbordamento do sujeito na transcrição das experiências de uma superfície de escritura à outra.

Para dar continuidade à elaboração da tese sobre a dimensão política do brincar, gostaria de chamar atenção para um ponto de viragem, de metamorfose ou de transmutação deste espaço intermediário inaugurado pelo brincar. Novamente, balizarei minha discussão sobre as hipóteses de Winnicott e Rodulfo, atentando neste momento à descrição da passagem da infância à adolescência. Para Winnicott, no processo de desenvolvimento do indivíduo – tendo assegurada a provisão ambiental, ou seja, sendo apropriadamente desempenhadas as funções de acolhimento e manejo por parte daquele(s) que executa(m) a função materna – o sujeito caminha da dependência absoluta em direção a uma independência relativa. Assim sendo, em sentido *latu*, também a sociedade pode ser pensada em termos de um ambiente suficiente ou insuficientemente bom: “A sociedade existe como estrutura ocasionada, mantida e

constantemente reconstruída por indivíduos, não havendo, portanto, realização pessoal sem a sociedade, assim como é impossível existir sociedade independentemente dos processos coletivos de crescimento dos indivíduos que a compõem” (WINNICOTT, 1975, p. 190). Para Winnicott, as contribuições da psicanálise, feitas principalmente desde a segunda metade do século XX, apontam a importância do vínculo familiar neste processo de autonomia do indivíduo. Este reconhecimento possibilitou a relativização do olhar frente às condições socioeconômicas, podendo valorizar um ambiente afetivo, acolhedor e continente mesmo sob o signo da pobreza. Crítico à educação liberal, muito em voga na época em que publicou seu estudo, Winnicott apontava para o surgimento de efeitos inesperados desta liberalização. Principalmente no que toca aos adolescentes, a construção de uma identidade plena implica na assunção do potencial agressivo inerente a todo ser humano. Desta forma, a transgressão e o confronto podem ser decorrências esperadas em um ambiente cada vez mais disposto a tolerar a expressão genuína e espontânea de seus membros, principalmente os mais jovens. O autor aponta, em última instância para a “imaturidade do adolescente” (WINNICOTT, 1975, p. 197) e para a função de confrontação que o ambiente deve desempenhar neste processo de amadurecimento. Num sentido não patológico do termo, Winnicott ressalta que nesta imaturidade está preservado o caráter criativo da vida subjetiva: “a sociedade precisa ser abalada pelas aspirações daqueles que não são responsáveis” (ibid., p. 198).

Já Ricardo Rodulfo situa de diferentes formas a passagem da infância à adolescência nas obras que apresentei. Em *Desenhos Fora do Papel*, o psicanalista argentino problematiza essa questão descrevendo lindamente a cena em que uma criança ensaia a montagem de sua **assinatura**. Apoiado na construção que fez sobre as superfícies de escritura da subjetividade (o corpo materno, o espelho e a folha), ele destaca que a assinatura é um traçado “cuja única obrigação é a singularidade irreduzível” (RODULFO, 2004, p. 221). Também não é algo que possa ser fabricado por um outro e entregue ao sujeito. Trata-se de uma criação genuína que carrega elementos simbólicos extraídos do mito familiar, do campo especular (já que o sujeito “se vê” representado por aquele traço) e do plano pictogramático (Rodulfo insiste em afirmar que o **movimento da escrita** constitui um ritual, uma cerimônia, que sem ele não se constituiria e nem poderia ser preservado na memória). A criação de uma assinatura é um brincar com o traçado que remete às primeiras linhas curvas da garatuja, com a condição que o sujeito faça seu o seu nome. A possibilidade de inscrever a sua

assinatura no mundo é uma conquista que marca o movimento de amadurecimento da criança em direção à adolescência e a vida adulta.

Por fim, em *El Niño y El Significante*, Rodolfo (2008) apresenta o que considero ser a formulação mais peculiar sobre esta passagem e sobre a transformação do espaço intermediário inaugurado pelo brincar. Primeiramente, o autor descreve as reviravoltas que as funções do brincar sofrem com o advento da puberdade, resignificando todas as etapas do processo de subjetivação incluindo outros materiais, outros espaços intermediários e outras personagens. A distância que separa o reflexo do adolescente no espelho da imagem especular idealizada da infância se traduz em profunda angústia. Os esforços de composição de grupos identitários podem ser lidos, portanto, como uma tentativa de reconfiguração de certo contorno do narcisismo, uma remontagem daquela primeira superfície continua que ignorava a distinção Eu-Outro. Rodolfo assinala o quanto, neste momento, a padronização das vestimentas desempenha uma função de superfície, devolvendo ao significante **uniforme** toda sua polissemia. Ainda sobre a retomada da primeira função do brincar na adolescência, o autor aponta que a predominância da masturbação pode ser interpretada como uma forma de “*darse cuerpo*” (RODULFO, 2008, p. 184), inscrevendo no nível corporal uma genitalidade anteriormente desconhecida.

A seguir, Rodolfo também investiga os movimentos de aproximação e afastamento que remetem ao *fort/da*, afirmando que eles são reconduzidos a um novo âmbito, em especial, no que tange aos ideais familiares. Trata-se de um processo delicado de distanciamento da instância do Eu-Ideal, que pode conduzir a uma exacerbada busca de identidade e de autonomia, manifesta em *acting-outs* ou mesmo em pequenos comportamentos delinquentes que encenam a transformação de toda a realidade social em um grande espaço transicional primitivo. Desta forma, Rodolfo insiste para que se mantenha aberta a possibilidade de brincar com as identificações neste espaço intermediário, desamarrando o sujeito dos imperativos e mandatos superegóicos e podendo, assim, transformar algo do mito familiar em significantes do Eu. Neste contexto podem ser incluídos jogos de experimentação da sexualidade e de substância psicoativas como estratégias de mapeamento – ou antes, produção – das margens que localizam o jovem em certa cena social.

Como tarefa incontornável deste processo, o psicanalista enfatiza a constituição de um espaço para a dimensão do trabalho na vida subjetiva. É a este ponto que eu gostaria finalmente de chegar, problematizando o que venho chamando como uma

aposta na dimensão política do brincar. Em uma formulação bastante enxuta – que parafraseia o enunciado de Freud – Rodulfo afirma que “*donde el jugar era, el trabajar debe advenir*” (RODULFO, 2008, p. 198). Caberá aceitar com cautela este enunciado, antevendo emergir surpreendentemente do inútil a própria utilidade:

Una tarea de incomparable envergadura en la adolescencia, regada de consecuencias del más diverso signo según sus resultados, es lograr que aquello que se convierta en su trabajo para él se mantenga en su inconsciente radicalmente ligado al jugar en toda su fuerza desiderativa, pues si se ve separado de ella el trabajo acarreará, en más o menos, alienación y empobrecimiento al sujeto (RODULFO, 2008, p. 189).

Rodulfo não é, de forma alguma, ingênuo e está atento às consequências ideológicas que uma afirmação como esta pode ter. Antecipando-se às acusações que sua hipótese possa levantar, ele propõe a derrubada da barreira que opõe o brincar ao trabalhar. Da perspectiva que a psicanálise permite sustentar, a afirmação de que essa continuidade deve ser mantida num registro inconsciente é fundamental, pois a exime da possibilidade de captura por um discurso pedagógico, vocacional ou administrativo qualquer. Além do mais, o autor considera que algumas atividades e ambientes de trabalho são mais permeáveis do que outros para assimilar essa transformação pelo lúdico.

Objetivamente, o ponto a que alude é o que permite diferenciar – por exemplo – entre o trabalho de um professor e outro, de um psicanalista e outro, etc. É, sobretudo, uma investigação que acompanha os caminhos sinuosos da sublimação, diferenciando-a da normalização – que pode ser entendida como uma adaptação passiva a ideais familiares ou sociais. Esta hipótese da proveniência do trabalho a partir da atividade do brincar está condicionada a que estas atividades estejam permeadas pelo desejo e que carreguem em si a possibilidade de um gesto espontâneo; assim sendo, que nem o brincar nem o trabalho estejam restritos a um conjunto de regras, normas, leis, práticas e procedimentos ditado pelo Outro. Isto equivale a distinguir, sobre bases eminentemente clínicas, o trabalho da mera adaptação social: enquanto o primeiro aponta para uma relação regulada por identificações derivadas do Ideal-do-Eu – e cabe lembrar, como o faz Rodulfo, que “*el ideal del yo es inentendible en psicoanálisis sin considerar la dimensión del futuro, la lleva en su esencia*” (ibid., p. 201) –, a segunda seria uma forma de sujeição à instância do Eu-Ideal.

Lo esencial de ésta es que en mayor o menor grado las formaciones de deseo largamente desplegadas y desarrolladas en el campo del jugar infantil y adolescente pasan, ceden gran parte de su fuerza y de su poder intrínseco al trabajar como actividad central en la existencia adulta, otorgándole así una base pulsional decisiva, y que la supremacía visible del proceso secundario en el diseño de los “proyectos anticipatorios” (Aulagnier) y en la realización técnica del trabajo no deben escabullirnos. Sin esta base el trabajar o no puede constituirse o se pseudoconstituye como una fachada acaso socialmente muy redituable pero subjetivamente vacía de significación (ibid., p. 213).

Todavía, Rodulfo afirma que a constituição perene do espaço do brincar na infância não determina um desdobramento sem impasses para o campo do trabalho: é a qualidade do fluxo de desejo entre um campo e outro que vai determinar o destino salutar ou patológico da vida produtiva de cada um. Na opinião do autor, porém, o plano do mito familiar sempre se coloca em evidência nos casos em que esta transição não ocorre ou ocorre com dificuldade. A ausência de um projeto antecipatório frente ao qual o sujeito possa se posicionar é o destino mais desolador que se pode imaginar nesta situação. Rodulfo mostra que a ausência de um discurso familiar capaz de articular um “serás” pode conduzir a uma forclusão do Ideal-do-Eu, limitando a vida a um presente que é uma eterna repetição do mesmo, privada de toda dimensão do futuro. Muito diferente é quando um conflito pode se instalar, fazendo emergir a dimensão do desejo a partir da distância entre o Eu-Ideal e o Ideal-do-Eu.

Frente a todas estas considerações sobre o brincar, proponha agora avançar na discussão sobre a política, tomando este ponto da passagem ao âmbito do trabalho como emblemático de uma transformação do inútil ao útil. Tendo descrito provisoriamente um conceito sobre o que entendo como o brincar, apoiado nas proposições de D. W. Winnicott (1975) e Ricardo Rodulfo (2004; 2008), acompanhei os movimentos através dos quais este fazer se constitui em prática de subjetivação: abertura do narcisismo à dimensão do Outro; canalização da agressividade em direção aos objetos externos e a consequente constituição de um espaço transicional que inaugura a passagem do princípio de prazer ao princípio de realidade; esburacamento do plano do mito familiar para extração dos significantes do Eu; e montagem das diferentes superfícies de escritura da subjetividade (corpo, espelho e folha). Apontei o quanto o **paradigma da atividade** balizou a edificação das teorias de Winnicott e Rodulfo, sobretudo o entendimento do **processo de subjetivação** como **trabalho psíquico**. Proponho, agora, expandir estes conceitos em outras direções. Embora as preocupações destes autores estivessem ancoradas em experiências oriundas da clínica psicanalítica, não podemos negar a gênese do conceito de trabalho nos campos da economia política e da filosofia.

No intuito de contribuir no alargamento da temática em questão, proponho um diálogo com a obra da filósofa alemã Hannah Arendt que, em *A Condição Humana* (ARENDR, 2010a[1958]), apresenta uma complexa fenomenologia da *vita activa*, nas formas que considera emblemáticas: o **trabalho**, a **obra** e a **ação**. Acredito na pertinência deste diálogo, pois – como me esforcei em demonstrar – a ideia de atividade que perpassa a visão da criança na obra dos psicanalistas citados tem implicações absolutamente inseparáveis do campo das relações com os outros e se apresenta como matriz de tudo aquilo que pode surgir como a esfera das relações sociais e da política. Por outro lado, a investigação empreendida por Hannah Arendt exclui de seu campo de análise tudo aquilo que diz respeito ao lúdico e ao brincar. Sendo assim, me parece um diálogo profícuo para ambos os campos conceituais.

Em *A Condição Humana*, Hannah Arendt apresenta os múltiplos sentidos que o termo *vita activa* possui, desde a tradição da filosofia grega até os nossos dias. O ponto inicial de sua argumentação é a oposição estabelecida entre a *vita activa*, aquilo que diz do envolvimento dos seres humanos entre si e com o mundo em que estão – ou seja, tudo aquilo que condiciona a sua existência, a própria “condição humana” – e a *vita contemplativa*, a ocupação com o transcendente e com o eterno, que deu origem a toda tradição metafísica no ocidente. Para a autora, o trabalho seria aquela atividade que visa suprir as necessidades mais elementares, aquelas que dizem respeito à vida biológica do ser humano. Já a obra – também chamada fabricação²¹ – é a que corresponde à artificialidade da produção humana em face do que é natural. E a ação, é a “única atividade que ocorre diretamente entre os homens” (ARENDR, 2010a, p. 8) e prescinde do suporte material dos objetos, das ferramentas e dos instrumentos; é a ela que corresponde a condição de pluralidade dos homens na Terra, “ao fato de que os homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo” (ibid., p. 8).

Para a filósofa alemã, de formas diversas, cada um dos aspectos da *vita activa* se relaciona com as condições mais gerais da humanidade: a mortalidade e a natalidade. Se o esforço do trabalho assegura as condições de subsistência não só do indivíduo, mas também da espécie; e a obra atribui um caráter de permanência e durabilidade ao artifício humano, que, sem seus produtos, são fúteis e exíguos; a ação é, dentre as

²¹ A tradução dos termos *labor* e *work*, empregados por Hannah Arendt na versão original em inglês, foi objeto de polêmica entre os estudiosos brasileiros. As primeiras edições de *A Condição Humana* publicadas no Brasil traduziam *labor* por “labor” e *work* por “trabalho”. Contudo, a 11ª edição, revista por um dos maiores pesquisadores do pensamento de Hannah Arendt no país, o Prof. Adriano Correia, da UFG, optou por verter *labor* como “trabalho” e *work* como “obra”. Para maiores detalhes, conferir a Nota à Nova Edição Brasileira (CORREIA, 2010b).

atividades humanas, aquela que sustenta a transmissão da história e da memória. Na perspectiva da autora, a ação, por ser aquela atividade que não pode se efetuar na ausência dos outros e que prepara o mundo para receber os novos seres humanos, é o cerne da vida política. Sobre este ponto, ela afirma com clareza:

O trabalho e a obra, bem como a ação, estão também enraizados na natalidade, na medida em que têm a tarefa de prover e preservar o mundo para o constante influxo de recém-chegados que nascem no mundo como estranhos, além de prevê-los e levá-los em conta. Entretanto, das três atividades, a ação tem a relação mais estreita com a condição humana da natalidade; o novo começo inerente ao nascimento pode fazer-se sentir no mundo somente porque o recém-chegado possui a capacidade de iniciar algo novo, isto é, de agir. Nesse sentido de iniciativa, a todas as atividades humanas é inerente um elemento de ação e, portanto, de natalidade. Além disso, como a ação é a atividade política por excelência, a natalidade, e não a mortalidade, pode ser a categoria central do pensamento político, em contraposição ao pensamento metafísico (ARENDDT, 2010a, p. 10).

No sentido mais restrito da experiência clínica da psicanálise, mas com ressonâncias muito interessantes com isso que aponta Hannah Arendt, Rodulfo afirma que: *“La diversidad creciente de la experiencia psicoanalítica cada vez nos ha enseñado a valorizar más ese elemento de esperanza, asociado a que con un niño llega algo nuevo, característico de una auténtica felización. [...] En esa medida empieza el trabajo de una dimensión metafórica que abre el porvenir”* (RODULFO, 2008, p. 96; grifo do autor).

Para compreender a importância dada por Hannah Arendt ao termo *vita activa*, é necessário remetê-lo à distinção entre *pólis* (a cidade-Estado grega) e *oikia* (a casa ou o lar). Na acepção grega, a *pólis* é o espaço de exercício da liberdade e a *oikia* o reino das necessidades: “O que todos os filósofos gregos tinham como certo, por mais que se opusessem à vida na *pólis*, é que a liberdade situa-se exclusivamente na esfera política; que a necessidade é primordialmente um fenômeno pré-político, característico da organização do lar privado” (ARENDDT, 2010a, p. 37). Na modernidade, porém, a clara distinção entre *oikia* e *pólis*, entre o privado e o público, entre o próprio e o comum, foi turvada pelo surgimento de um espaço híbrido. A política foi tomada de assalto pelo **social**, um espaço amplo onde as preocupações com as necessidades e a sobrevivência adquiriram caráter coletivo, um “discurso sobre o lar”, uma *oikonomia*. A **ação**, enquanto atividade humana que marcava o exercício da liberdade junto aos outros, no âmbito da *pólis*, passou a ser excluída, dando espaço ao **comportamento**, que é sempre uma expectativa da sociedade. A modernidade instaurou, portanto, uma nova oposição –

inédita, conforme Arendt assinala, na história ocidental – entre a esfera do **social** e a esfera do **íntimo**. Contudo, o íntimo não se contrapõe ao social da mesma forma como o privado se contrapõe ao público e o próprio ao comum. Há, entre o íntimo e o social, certo sentido de continuidade: o íntimo adquire relevância social na medida em que o indivíduo emprega o que lhe é mais próprio – o seu corpo, a sua capacidade produtiva, a sua força de trabalho – para a ampliação da riqueza social. Liberta das amarras que ligavam os homens entre si na *pólis*, a sociedade, regida pela lógica econômica, pôde conceber de forma ilimitada o processo de acúmulo de riqueza – em uma palavra: o capitalismo. Assim sendo, o trabalho acabou adquirindo uma primazia anteriormente reservada, no âmbito da *vita activa*, à obra e à ação.

Arendt confessa que a distinção que propõe entre o trabalho e a obra não é em nada habitual e pode parecer até mesmo paradoxal para a tradição marxista (em verdade, não se exime de confrontar Marx). Contudo, demonstra o quão importante é diferenciar estas atividades em vista de compreender a hegemonia que a categoria do trabalho adquiriu na modernidade e o descrédito atual da esfera pública ou da ação política. Fazendo da afirmação de Locke o *leitmotiv* de seu argumento, “o trabalho de nosso corpo e a obra de nossas mãos”, Hannah Arendt começa por afirmar que, em diversas línguas, a palavra trabalho jamais define o produto final de sua atividade, ao passo que a obra, sim. Para ilustrar seu argumento, dá como exemplo do trabalho a atividade de um padeiro, cujo produto, o pão, tem uma duração no mundo bastante efêmera e serve à conservação e à reprodução da vida, e da obra o que faz um carpinteiro que produz uma mesa, que pode sobreviver a muitas gerações. Em termos do que a fenomenologia da *vita activa* permite analisar, o trabalho é o que dá origem aos bens de consumo e a obra aos objetos de uso.

Seguindo a intuição de Marx, de que o trabalhador reproduz as suas condições de vida e de subsistência no trabalho, Hannah Arendt define este como um metabolismo fisiológico do homem com a natureza. Através do trabalho o ser humano extrai e incorpora à sua vida aquilo de que necessita, confundindo-se neste processo com a própria natureza e reduzindo-se à condição de um *animal laborans*. Condicionada à penúria e à necessidade, a vida do *animal laborans* é uma vida de esforços, determinada por um ciclo eterno de repetição. Desta perspectiva, é suspeito o prestígio alcançado pela categoria trabalho na modernidade. A autora lembra que, na antiguidade, uma vida determinada pelas necessidades era a vida de um escravo; despida, portanto, de dignidade e liberdade. Esta ascensão moderna do trabalho só foi possível pois sua

intrincada relação com a natureza correspondia ao ideal de ampliação ilimitada da riqueza, já que, de todas as atividades humanas, é aquela que manifesta a fertilidade imanente à vida: “A força da vida é a fertilidade. O organismo vivo não se esgota após garantir o necessário à sua reprodução; seu ‘excedente’ está em sua potencial multiplicação” (ARENDDT, 2010a, p. 134).

Entretanto, o trabalho também é a única atividade que priva o homem da trama de relações na qual as ações ocorrem e do mundo artificial no qual reconhece a sua própria humanidade. No trabalho o homem está voltado para si mesmo, e um laço coletivo não é facilitado pelo advento moderno da **divisão social do trabalho** ou do **desenvolvimento das técnicas** que ampliam a capacidade produtiva. Arendt tem em vista que “a divisão do trabalho [...] pressupõe a equivalência qualitativa de todas as atividades singulares para as quais nenhuma habilidade especial é necessária; e essas atividades não têm um fim em si mesmas, mas representam, de fato, somente certas quantidades de força de trabalho somadas umas às outras de modo puramente quantitativo” (ARENDDT, 2010a, p. 152). Sendo assim, a divisão do trabalho é o exato oposto da cooperação e da solidariedade, já que, nela, os homens não se reconhecem como diferentes, mas anulam as suas diferenças em nome da soma de sua força de trabalho. Todavia, embora o homem possa ampliar a sua capacidade produtiva, a capacidade de consumo só é alargada com a mudança de toda a lógica de produção. O imperativo moderno do acúmulo de riqueza e da abundância fez com que a fabricação de objetos de uso – ou seja, a obra do artifício humano – fosse dominada pela lógica de produção de bens de consumo, marcando seus frutos com a precibilidade imanente ao processo do trabalho e com a voracidade inerente ao trabalhador que o produziu.

Transformou-se, assim, a esfera pública em um espaço de sobrevivência para uma sociedade de consumidores. O tempo moderno parece ter decretado que a humanidade finalmente está livre do jugo da necessidade, colocando ao homem o imperativo da felicidade. Porém, trata-se de uma felicidade correlata à saciedade do *animal laborans*, que tenta restaurar o corpo da exaustão do trabalho, retirando-se do mundo-em-comum em um tempo dedicado a si-mesmo. A autora indica que é neste sentido que devem ser interpretadas as teorias modernas que opõem o trabalho ao “tempo livre”, ao “passatempo” e ao “divertimento”, termos usados pela autora, mas poderíamos acrescentar ao ócio, ao lazer e, obviamente, ao **brincar**. Em uma sociedade de trabalhadores (pois se o trabalho e o consumo são duas faces de uma mesma moeda,

uma sociedade de consumidores é, por definição, uma sociedade de trabalhadores), nem mesmo o fazer do artista escapa à lógica vigente:

A única exceção que a sociedade está disposta a admitir é o artista, que, propriamente falando, é o único “operário” que restou em uma sociedade de trabalhadores. A mesma tendência de reduzir todas as atividades sérias à condição de prover o próprio sustento manifesta-se em todas as atuais teorias do trabalho, que quase unanimemente definem o trabalho como o oposto do divertir-se. Em consequência, todas as atividades sérias, independentemente dos frutos que produzem, são chamadas trabalho, enquanto toda atividade que não seja necessária, nem para a vida do indivíduo nem para o processo vital da sociedade, é classificada como divertimento. Nessas teorias, que, refletindo no nível teórico a avaliação atual de uma sociedade trabalhadora, tornam mais aguda essa avaliação e a levam ao seu extremo inerente, não resta nem mesmo a “obra” do artista; ela foi dissolvida no divertir-se e perdeu seu significado mundano. Compreende-se que o divertimento do artista desempenha a mesma função que o jogo de tênis no processo vital do trabalho da sociedade ou a que a manutenção de um passatempo desempenha na vida de um indivíduo. A emancipação do trabalho não resultou em uma equiparação dessa atividade a outras atividades da *vita activa*, mas em seu predomínio quase incontestável. Do ponto de vista de “prover o próprio sustento”, toda atividade não relacionada com o trabalho torna-se um “passatempo” (ARENDDT, 2010a, p. 157-159).

Tem-se em vista que a fórmula de Rodulfo, “*donde el jugar era, el trabajar debe advenir*” (RODULFO, 2008, p. 198), se mostra insustentável a partir da compreensão que Arendt dá ao termo trabalho, na medida em que ele exclui toda a característica da criação, da iniciativa e da espontaneidade (características que Rodulfo concorda serem genuínas no brincar e que, a seu ver, deveriam ser preservadas na atividade do adulto).

Assim como a figura do *animal laborans* dá visibilidade aos fenômenos do trabalho, o executor da obra encontra sua definição na ideia de um *homo faber*. É ele o produtor da estabilidade através da qual os seres humanos reconhecem a sua marca no mundo. O *homo faber* é, acima de tudo, um fazedor de utensílios, ferramentas e instrumentos que não só aliviam o esforço do *animal laborans* para se manter vivo, como criam um mundo artificial mais perene do que a vida de seu criador. Se a necessidade era o princípio que dirigia a atividade do *animal laborans*, a utilidade é o que interessa ao *homo faber*. A violência que ele emprega para extrair da natureza o material para sua obra é a fonte da “objetividade” com que o homem enxerga o mundo, é através dela que o ser humano reifica a natureza e produz a sua obra. Inversamente, é a solidez do seu produto que atribui ao *homo faber* a “satisfação e a autoconfiança” (ARENDDT, 2010a, p. 174). Em um certo sentido, a “liberdade” é um atributo do *homo faber*, pois somente ele é “senhor de si mesmo e de seus atos” (ibid., p. 179), já que o *animal laborans* está sujeito às necessidades da vida e o homem da ação é dependente

dos seus semelhantes. Contudo, a sociedade de consumidores corrói o artifício humano. Na medida em que o processo de trabalho substitui a fabricação, as ferramentas – que eram os objetos de uso do *homo faber* – são substituídas por máquinas que imprimem o seu ritmo constante e repetitivo, subjugando a força do homem. Não é mais a ferramenta que está a serviço do homem, mas o homem que deve se ajustar à máquina. A hierarquia entre meios e fins que presidia a lógica utilitarista do *homo faber* se revela uma tautologia: se o uso era a razão – o fim – que justificava o emprego de todos os meios para ser alcançado, cria-se um ciclo interminável onde um fim pode sempre se tornar meio para outra coisa.

De forma similar ao trabalhador que se retira da convivência com seus semelhantes para realizar a sua atividade, o *homo faber*, o artífice, também exige a privacidade para produzir sua obra. Todavia, este último tem a possibilidade de constituir um domínio público na medida em que disponha a sua produção para a troca. É nesta transposição da privacidade do uso para a publicidade da troca que o objeto adquire valor e torna-se mercadoria. Não obstante, a filósofa alemã nos lembra que há uma classe de produtos feitos pela mão do *homo faber* que não se enquadra nos critérios utilitários da fabricação, revelando a transparência de um mundo-coisa como morada imortal de seres mortais: as obras de arte apontam a permanência e a durabilidade do artifício humano, inexaurível pelo tempo do uso. Seu caráter inútil advém do pensamento, que é sua fonte. Porém, já que o pensamento, por si só, não é capaz de reificação, ele necessita da manufatura – da execução – pelo *homo faber*. Arendt indica que o pensamento surge quando o *homo faber* “se ultrapassa”, se pondo a produzir coisas inúteis, “objetos que não têm qualquer relação com carências materiais ou intelectuais, com as necessidades físicas do homem ou com a sua sede de conhecimento” (ARENDR, 2010a, p. 214). E continua com um verdadeiro elogio à capacidade humana de produzir um mundo artificial, que dê suporte à inutilidade do pensamento manifesta através da ação e do discurso:

O mundo de coisas feito pelo homem, o artifício humano construído pelo *homo faber*, torna-se um lar para os homens mortais, cuja estabilidade suportará e sobreviverá ao movimento de permanente mudança de suas vidas e ações, apenas na medida em que transcende a mera funcionalidade das coisas produzidas para o consumo e a mera utilidade dos objetos produzidos para o uso. A vida em seu sentido não biológico, o tempo que transcorre entre o nascimento e a morte, manifesta-se na ação e no discurso, que têm em comum com a vida sua essencial futilidade. A “realização de grandes feitos e o pronunciamento de grandes palavras” não deixarão qualquer vestígio, qualquer produto que possa perdurar depois que passa o momento da ação e

da palavra falada. Se o *animal laborans* necessita da ajuda do *homo faber* para facilitar seu trabalho e remover sua dor, e se os mortais necessitam de sua ajuda [do *homo faber*] para edificar um lar sobre a Terra, os homens que agem e falam necessitam da ajuda do *homo faber* em sua capacidade suprema, isto é, da ajuda do artista, dos poetas e historiadores, dos construtores de monumentos ou escritores, porque sem eles o único produto da atividade dos homens, a estória que encenam e contam, de modo algum sobreviveria. Para ser o que o mundo é sempre destinado a ser, um lar para os homens durante sua vida na Terra, o artifício humano tem de ser um lugar adequado para a ação e o discurso, para atividades não apenas inteiramente **inúteis** para as necessidades da vida, mas de uma natureza inteiramente diferente das múltiplas atividades de fabricação por meio das quais o próprio mundo e todas as coisas nele são produzidos (ARENDDT, 2010a, p. 217; grifo meu).

Lembro aqui, o sentido amplo que Rodolfo (2004) dá ao termo escritura – ancorado na filosofia da diferença de Jacques Derrida. Na teorização que ele faz, e que anteriormente descrevi, a aquisição pela criança da capacidade de uso do traço e a conquista do espaço da folha, na mesma linha de desenvolvimento dos fenômenos transicionais descritos por Winnicott, é emblemática da atividade de fabricação de um espaço. Fabricação que, agora, com a contribuição da fenomenologia de Hannah Arendt, podemos afirmar que não se restringe aos espaços de manifestação da linguagem, mas que constituem uma verdadeira assinatura do sujeito no mundo, uma construção singular do estilo. Brincando neste espaço informe, a criança manipula e torna reversíveis usos úteis e inúteis dos objetos do mundo. Não é alheio a este processo de reificação aquilo que a psicanálise chama **agressividade** e Arendt chama **violência**; as consequências, contudo, da aplicação desta força sobre a natureza ou sobre os outros seres humanos são completamente diversas, como veremos a seguir. Sobre o surgimento da capacidade de produzir a mundanidade do artifício humano através do brincar, Rodolfo afirma, se valendo do conceito de *bricolage*, da obra de Claude Lévi-Strauss:

El modelo más adecuado para teorizar sobre el jugar del niño es la actividad del bricolage [...]. El chico (se) hace bricoleur porque su jugar pone en acción un largo trabajo de escritura inconsciente, fundamentalmente gobernado por las leyes de los procesos primario y originario. Para llevarla a buen puerto se toman los materiales que sean y de donde se pueda, siendo principio supremo del bricolage que “todo puede servir” (Strauss). Un chico lo hace espontánea y cotidianamente cuando toma un palito o cualquier desecho, pide cosas que los grandes despreciarían y con ellas inventa una serie de escenificaciones, metamorfoseándolo, por ejemplo, en un animal o en un objeto nuevo. Cuando se trata de armar su cuerpo o de poner en escena deseos inconscientes, efectivamente todo puede servir. [...] El “todo puede servir” es mucho más que una expresión feliz para describir un estado de cosas: constituye una formulación teórica de la transformación de lo accidental, de lo contingente en necesario y estructural, dado que el sujeto compone su yo corporal, sus sitios, sus objetos con este género de materiales (RODULFO, 2008, p. 229).

Chegamos, por fim, ao último aspecto da *vita activa* investigado por Hannah Arendt, em *A Condição Humana: a ação*. Sua conceituação parece a mais abstrata, contudo, auxilia-nos a retomada que ela propõe da distinção grega entre *poiésis* e *praxis*. Arendt aponta que as filosofias platônica e aristotélica buscavam elevar a obra do legislador e do fundador das cidades ao “mais alto nível da vida política” (ARENDR, 2010a, p. 244), pois sua fabricação [*poiésis*] seria dotada da confiabilidade que a ação [*praxis*] carece. Esta visão, porém, estaria fundamentada na repulsa que os discípulos de Sócrates teriam pela *pólis* e não corresponderia à experiência grega mais geral. Na análise que a autora empreende da **política** grega, a *pólis* teria uma dupla função: primeiramente de permitir aos homens distinguirem-se e multiplicar as chances de que seus feitos alcançassem a fama, alçando-os à “imortalidade”; em segundo lugar, remediar a futilidade da ação [*praxis*] e do discurso [*lexis*], assegurando um espaço onde a memória seria preservada. A *pólis* seria, portanto, um espaço constituído a partir da ação e do discurso, aonde os homens aparecem e se reconhecem enquanto tal.

Assim como a necessidade condiciona a vida do *animal laborans* e a utilidade a vida do *homo faber*, a condição humana da pluralidade está na base do relacionamento que os homens instauram entre si na ação e no discurso. É evidente, portanto, na argumentação da autora que a ação, como a última faceta de sua fenomenologia da *vita activa*, é completamente indissociável do discurso. Eles correspondem à condição humana da pluralidade em seu duplo aspecto de igualdade e distinção: é na ação que o homem se revela igual ao seu semelhante e no discurso que se distingue deste. Diferentemente das outras manifestações da *vita activa*, todavia, a ação não é estritamente condicionada pela pluralidade, seu princípio é dado pelo caráter de iniciativa manifesto sempre que um novo ser humano chega ao mundo: “O fato de o homem ser capaz de agir significa que se pode esperar dele o inesperado, que ele é capaz de realizar o infinitamente improvável. E isso, mais uma vez, só é possível porque cada homem é único, de sorte que a cada nascimento, vem ao mundo algo singularmente novo” (ibid., p. 222-223).

É na ação e no discurso que o agente se revela. Porém, esta revelação é absolutamente turva para o próprio ator; na medida em que este se põe a pronunciar **quem** é, o que encontra é **o quê** este sujeito é. Para verdadeiramente revelar o agente, a ação requer “a luz intensa que outrora tinha o nome de glória e que só é possível no domínio público” (ibid. p. 225). Para a comparação que proponho entre o conceito de brincar na psicanálise e a fenomenologia da *vita activa*, o destaque que Hannah Arendt

dá ao espaço-entre no qual ocorrem a ação e o discurso é sobremaneira importante. Segundo ela, este espaço-entre deriva dos objetos interpostos na relação entre os sujeitos e que são foco do seu interesse. A conceituação da filósofa alemã é, neste ponto, sensivelmente próxima à ideia dos objetos e fenômenos transicionais que Winnicott coloca na base dos processos culturais mais sublimes.

A ação e o discurso ocorrem entre os homens, uma vez que a eles são dirigidos, e conservam sua capacidade de revelar o agente mesmo quando o seu conteúdo é exclusivamente “objetivo”, dizendo respeito a questões do mundo das coisas no qual os homens se movem, mundo este que se interpõe fisicamente entre eles e do qual procedem seus interesses na acepção mais literal da palavra, algo que **inter-essa** [*inter-est*], que se situa entre as pessoas e que, portanto, é capaz de relacioná-las e mantê-las juntas. A maior parte da ação e do discurso diz respeito a esse espaço-entre, que varia de grupo para grupo de pessoas, de sorte que a maior parte das palavras e atos **refere-se** a alguma realidade objetiva mundana, além de ser um desvelamento do agente que atua e fala. Como esse desvelamento do sujeito é parte integrante do todo, até mesmo da mais “objetiva” interação, o espaço-entre físico e mundano, juntamente com os seus interesses, é recoberto e, por assim dizer, sobrelevado por outro espaço-entre inteiramente diferente, constituído de atos e palavras, cuja origem se deve unicamente ao agir e ao falar dos homens diretamente uns **com** os outros. Esse segundo espaço-entre subjetivo não é tangível, pois não há objetos tangíveis nos quais ele possa se solidificar: o processo de agir e falar não pode deixar atrás de si tais resultados finais. Mas, a despeito de toda a sua intangibilidade, o espaço-entre é tão real quanto o mundo das coisas que visivelmente temos em comum. Damos a essa realidade o nome de “teia” de relações humanas, indicando pela metáfora sua qualidade de certo modo intangível (ARENDDT, 2010a, p. 228-229; grifos da autora).

Ainda com uma incrível correspondência entre as formas de apresentar suas ideias, Hannah Arendt se assemelha a Winnicott – “em nenhum campo cultural é possível ser original, exceto numa base de tradição” (WINNICOTT, 1975, p. 138) – quando diz que um novo início que se insere por meio da ação, sempre encontra esta teia de relações humanas que o precede. É por isso que a ação dificilmente atinge o objetivo que a põe em movimento – revelar seu agente e o enredo da estória –, mas é por isso, também, que ela produz história²² com a mesma naturalidade com que a obra

²² O Prof. Adriano Correa destaca o uso conceitual com que a autora distingue estória [*story*] de história [*history*]: “Restauramos na revisão a distinção, fundamental a Arendt, entre *story* (estória) e *history* (história). A despeito de ser um tanto antiquado em português o uso do termo **estória** no sentido empregado no texto, julgamos que o próprio contexto no qual a autora emprega os termos lança luz sobre a especificidade do uso conceitual dessas palavras” (CORREIA, 2010a, p. VIII; grifo do autor). São estas estórias, frutos das ações, que são passíveis de reificação nos monumentos edificados pelo *homo faber*. Em virtude do caráter nebuloso que a ação tem para o próprio ator, a história só revela sua verdade para aquele que a conta retrospectivamente. Esta distinção entre a estória e a história serve para que a autora faça a crítica de toda filosofia da história que, ao introduzir diferentes elementos – Deus ou os deuses, o destino, a “mão invisível”, a natureza, o interesse de classes, etc. – que dessem sentido às ações humanas (por definição, imprevisíveis), revelaram ser filosofias políticas disfarçadas. O verdadeiro sujeito de uma

fabrica objetos tangíveis. Contudo, o caráter imprevisível da ação coloca em jogo na cena política um princípio que pode ser ilimitado, onde uma ação pode disparar reações em cadeia, e que podem, inclusive, questionar toda a organização da *pólis*.

Este espaço-entre, fundado pelo interesse de muitos, no qual os homens se reconhecem, é o que Hannah Arendt conceitua como “o espaço da aparência” (excluindo-se qualquer tom pejorativo; pelo contrário, a garantia de existência do Ser é dada pela aparência, ou seja, pelo reconhecimento dos outros de sua existência). Este espaço surge sempre que as pessoas se reúnem e configura a essência do poder, precedendo a constituição do domínio público e a instituição dos governos. Todavia, ele só se efetiva “onde as palavras não são vazias e os atos não são brutais” (ARENDR, 2010a, p. 249), configurando um agir orquestrado de um coletivo de seres humanos. É, portanto, a condição humana da pluralidade o que baliza a existência, também, do poder.

Ao contrário do poder, esta soma de esforços em vista de um interesse comum, o funcionamento da violência tem por base o isolamento dos sujeitos. Ela pode, inclusive, destruir este tecido que une as pessoas; porém, dificilmente consegue atingir o vigor individual. Frente à institucionalização da violência – como é o caso em um Estado tirânico – a resistência pode surgir de forma heroica ou resignada, preservando, em ambos os casos, a força individual do sujeito. Só o poder pode aniquilar o vigor. Isto se mostra verdade, principalmente, através da associação de forças dos sujeitos fracos e configura, como “vontade de poder”, um dos maiores vícios da modernidade. Neste sentido, um certo elogio da violência é possível quando ela se mostra uma forma de resistência às tentativas do poder de aniquilar a força do indivíduo: “O veemente desejo de violência, tão característico de alguns dos melhores artistas criativos, pensadores, estudiosos e artífices modernos, é uma reação natural daqueles de quem a sociedade tentou tirar o vigor” (ibid., p. 254).

Ainda sobre o tema da violência, é fértil resgatarmos a distinção feita anteriormente com a agressividade, a fim de avançarmos na problematização do que se chamou “prevenção da violência” no trabalho das estruturas Dolto, principalmente no

estória só pode ser um “herói”, na acepção grega da palavra, alguém que atravessou uma experiência e de quem se pode contar uma história. A tentativa do sujeito de apropriar-se da própria ação e, portanto, da sua estória, tende ao fracasso. Curiosa é a análise etimológica que Hannah Arendt faz da palavra “agir”: em grego, ela corresponde aos verbos *archein* (“começar”, “liderar” ou “governar”) e *prattein* (“atravessar”, “realizar” ou “acabar”); e, em latim, aos verbos *agere* (“pôr em movimento”, “liderar”) e *gerere* (“conduzir”). Em ambas as raízes, o verbo agir encontra a diferença entre um ato individual que inicia um processo e a sua realização, quando muitos a ele se associam e o levam a cabo.

contexto brasileiro. Vimos anteriormente como Françoise Dolto compreendia a agressividade num contexto de encontro com o semelhante, justamente no momento em que a criança está formando a capacidade de comunicação. O caráter de prevenção seria dado por esta possibilidade de nomeação do ato, desvelando um endereçamento mudo. Já D. W. Winnicott contribuiu com uma descrição da agressividade como um componente essencial na passagem do princípio de prazer ao princípio de realidade. Ela é um elemento fundamental e constitutivo da motricidade, presente em todo o gesto espontâneo e que está na origem da criatividade. Da mesma forma, Ricardo Rodolfo assinalava a importância dela no momento em que a criança tem de esburacar o campo do mito familiar, cavando para si um espaço próprio e extraíndo de lá os significantes que a representarão. Todos estes autores reforçam a importância dos outros e do ambiente neste processo, ressaltando a necessidade de que ele(s) sobreviva(m) ao ataque, oferecendo a estabilidade que permitirá ao pequeno sujeito que aprenda a caminhar com as próprias pernas.

Em um trabalho muito instigante, o professor Edson de Sousa (1999) analisa estes pares conceituais poder-violência, na obra de Hannah Arendt, e agressividade-violência, na psicanálise. A ideia do poder como uma força amparada num certo coletivo é resgatada e contraposta ao isolamento e à arbitrariedade da violência. Do ponto de vista da psicanálise, porém, o autor corrobora com a desconstrução de uma tendência naturalista, que faz uma leitura apressada dos conceitos e equipara o homem a um animal na tentativa de compreender – e justificar – o fenômeno da violência. Ao contrário, Sousa reforça as posições dos autores anteriormente referidos, acrescentando a esta lista as contribuições de Jacques Lacan, e afirmando que, a partir do campo da psicanálise, compreende-se o quanto a agressividade desempenha um papel constituinte na subjetivação, concorrendo nos processos dialógicos de identificação; o que, todavia, não legitima seus atos. O gesto agressivo é como uma mensagem cifrada e deve ser interpretado como um endereçamento ao Outro. A violência, ao contrário, é um ato que busca anular a dimensão da alteridade em um processo que pode ser – digamos – “longo e doloroso”. Como efeito de um contexto, a violência também pode ser perpetrada de forma silenciosa, como vemos ocorrer na burocracia. O autor afirma:

Se escutarmos a palavra enunciada num ato agressivo, estaremos automaticamente enfraquecendo seu potencial agressivo. O ato de violência traz, em sua estrutura, algo de arbitrário e mesmo que possamos deduzir alguma mensagem, algum sentido em seus movimentos, é importante

destacar que se trata desde o início de um “diálogo” rompido, de um “diálogo” fracassado (SOUSA, 1999, p. 167).

Resta, portanto, a esperança no poder da ação conjunta e de um discurso capaz de colocar palavras e resistir ao silêncio da violência. A constituição de uma esfera pública que congregue os esforços de convivência entre os seres humanos foi justamente o efeito que alavancou o prestígio da ação e do discurso na antiguidade – mesmo que estes fossem desacreditados pelos filósofos. Porém, aos olhos do *homo faber* e do *animal laborans* a ação é inútil e ociosa (acusações que também já nos acostumamos a ouvir), pois não torna o mundo mais útil e belo e nem torna a vida mais fácil e longa. Estas críticas, porém, ignoram que a perda do espaço da aparência implica na perda das garantias subjetivas de existência do sujeito. Sem a confiança na ação e no discurso é muito mais árduo estabelecer a nossa própria identidade e atribuir ao mundo a consistência de realidade que ele exige. Hannah Arendt afirma que: “O senso humano de realidade requer que os homens atualizem o puro dado passivo do seu ser, não para modificá-lo, mas para exprimir e dar plena existência àquilo que, se não o fizessem, teriam de suportar passivamente de qualquer maneira” (ARENDR, 2010a, p. 260).²³ Portanto, a perda do senso comum – o espaço de reconhecimento compartilhado da experiência – é um sintoma da derrocada da política e indica um processo de alienação que culminou na sociedade de consumidores.

Da perspectiva do *homo faber*, este espaço deixado vago na esfera do **comum**, pretendeu ser ocupada pela fabricação quando a modernidade alçou ao *status* de ideal a figura do gênio humano. A filósofa alemã demonstra como este ideal do gênio criativo procurava sintetizar na obra e na fabricação aquilo que distinguia e dignificava a própria existência humana:

O que importa em nosso contexto é que a obra do gênio, em contraposição ao produto do artesão, parece haver absorvido aqueles elementos de distinção e unicidade que encontram expressão imediata somente na ação e no discurso. A obsessão da era moderna com **a assinatura** própria de cada artista, a sensibilidade sem precedentes em relação ao estilo revela uma preocupação com aquelas características mediante as quais o artista transcende sua habilidade e sua manufatura, de modo análogo àquela por meio do qual a

²³ Note-se, contudo, o quanto a ontologia presente na teoria de Hannah Arendt, impregnada pela dialética do reconhecimento, carece de uma compreensão dos processos de subjetivação que só o olhar psicanalítico permite afirmar. Ao descrever o Ser com um “puro dado passivo”, ela o coloca submetido ao olhar de reconhecimento dos outros que afirmariam a sua existência. Esta crença ignora, contudo, os processos complexos que levam o sujeito, no início do seu processo de afirmação subjetiva, a criar para si um corpo próprio. Como mostramos anteriormente, este processo não é independente do ambiente e dos outros que o rodeiam, porém, também não é exclusivamente fruto da ação externa.

unicidade de cada pessoa transcende a soma de suas qualidades. Por causa dessa transcendência, que efetivamente diferencia a grande obra de arte dos demais produtos das mãos humanas, o fenômeno do gênio criativo parecia constituir a mais elevada legitimação da convicção do *homo faber* de que os produtos de um homem podem ser mais e essencialmente maiores que ele mesmo (ARENDDT, 2010a, p. 262-263; grifo meu).

Hannah Arendt é absolutamente crítica a esta perspectiva e se posiciona frente a esta questão, apontando os efeitos ideológicos desse discurso:

A veneração do gênio como ídolo encerra a mesma degradação da pessoa humana que os demais princípios predominantes na sociedade comercial. É um elemento indispensável do orgulho humano acreditar que quem alguém é transcende em grandeza e importância qualquer coisa que esse alguém possa fazer e produzir (ibid., p. 263).

Da mesma forma, o trabalho é uma atividade insuficiente para construir verdadeiramente um espaço público, na medida em que a sua execução – como vimos anteriormente – demanda que o sujeito se retire do mundo-em-comum para ser feita. Arendt é também radical em apontar que a divisão social do trabalho, o desenvolvimento das técnicas de produção e os movimentos de trabalhadores dos séculos XIX e XX mostraram-se falhos e insuficientes para a proposição de uma nova organização **política**, resignando-se a conquistar um espaço menor de adaptação à ordem **social** vigente.

Este ponto de crítica às tentativas de substituição da ação e do discurso pela obra e pelo trabalho é essencial ao sentido que eu busco dar à palavra **aposta** naquilo que designo como a dimensão política do brincar. Embora a fenomenologia da *vita activa* feita por Hannah Arendt não contemple a atividade do brincar, o terreno que ela inaugura, enriquecido com as contribuições da psicanálise de crianças, nos dá elementos para pensar a primazia do brincar em face das outras formas de manifestação tanto da *vita activa* quanto da *vita contemplativa*²⁴. Por outro lado, nos enriquecemos também com suas contribuições e com os operadores conceituais que ela nos ensina a utilizar. Assim sendo, as críticas que Hannah Arendt faz ao ideal do gênio humano criativo, à sociedade de trabalhadores-consumidores e a referência ao tema da assinatura, me fazem lembrar as proposições de Ricardo Rodolfo feitas ao final de *El Niño y El Significante e Desenhos Fora do Papel*. Já vimos que as cores com que o psicanalista

²⁴ Na obra *A Vida do Espírito* (ARENDDT, 2010b), que não tive a oportunidade de incluir neste estudo, a autora desenvolve uma análise do pensar, do querer e do julgar como formas de manifestação da *vita contemplativa*. A aproximação com o campo do brincar poderá ser um caminho interessante a percorrer em uma próxima pesquisa.

argentino emprega o termo trabalho, carregadas de criação e autoria, aproximariam esta atividade daquilo que Arendt descreve como obra. Isso da mesma forma ocorre com aquele traçado capaz de marcar a singularidade do sujeito no mundo – e que, significativamente, marcaria a passagem da infância à adolescência – chamado **assinatura**. A aquisição do traçado como capacidade de produção do espaço, capacidade de escrever-se no mundo e nas coisas, manipulando-as, transformando-as, desconstruindo e reconstruindo-as equivaleria a igualar o traçado à fabricação (termo que, aliás, Rodolfo utiliza para se referir ao trabalho psíquico). O que eu gostaria de questionar, sem desconsiderar a grandiosidade das contribuições feitas pelo autor, seria: apontar o desdobramento do brincar em um espaço a ser ocupado pelo trabalho (ou mesmo pela obra, poderíamos acrescentar) e sublinhar isto como a direção mais saudável do desenvolvimento – em que pese afirmar que a manutenção da capacidade criativa seja imprescindível – não equivaleria a submeter a subjetividade – subrepticamente – a um ideal capitalista? Introduzir um ideal produtivo (de utilidade) no âmbito da subjetivação, processo que ocorre essencialmente na relação **entre** os sujeitos, não reforçaria o descrédito que a dimensão política sofre na contemporaneidade? Parece-me, sem sombra de dúvidas, que tanto o trabalho quanto a obra decorrem da possibilidade de **uso dos objetos** e que, portanto, são atividades herdeiras do espaço potencial inaugurado pelo brincar. Porém, talvez seja importante explicitar, desde agora, que a **aposta** na dimensão política do brincar se faz ao enunciarmos que: **onde era o brincar, a ação deve advir**. Sob o risco de ficarmos presos não a uma adaptação social que repita algum ideal familiar, mas às condições de perpetuação de um modo de produção perverso e excludente.

Aprofundando-nos na análise da ação, Hannah Arendt nos conduz à origem do descrédito desta atividade na crítica de Platão à *pólis*, e diz que, portanto, esta é uma marca de toda a tradição da filosofia política ocidental. A autora sintetiza estas críticas de três formas: “a imprevisibilidade dos resultados, a irreversibilidade do processo e o anonimato dos autores” (ARENDR, 2010a, p. 275). A tentativa de superar a “fragilidade dos assuntos humanos” (ibid., p. 277) tem sido buscada através de uma teoria do governo fundamentada em ideias claras e princípios práticos – que em última instância silenciam a pluralidade das vozes, essencialmente o que constitui a política. A imposição, por parte de um pequeno grupo, de um ideal *a priori* que organize os processos coletivos mais amplos, acaba por transformar a ação política em fabricação,

não excluindo desta caracterização a possibilidade de utilizar todos os meios necessários para alcançar um objetivo determinado.

Na modernidade, este princípio de governo parece sobredeterminado pelas ideias de experimento e – sobretudo – de **processo**, advindas das ciências históricas e naturais. O impulso de iniciativa que desencadeia processos parece claramente depender da capacidade humana de agir. Este princípio de ação aplicado às atividades onde o homem se relaciona diretamente com a natureza – e não com a pluralidade dos homens – certamente não decorrerá em fragilidade do vínculo, mas em incerteza dos resultados (as recentes conquistas das ciências naturais o comprovam). Sobretudo, a força de um processo iniciado pela ação não se esgota em um único ato, mas cresce conforme aumentem as suas consequências, sendo, em última instância, inesgotável: “O motivo pelo qual jamais podemos prever com certeza o resultado e o fim de qualquer ação é simplesmente que a ação não tem fim” (ARENDDT, 2010a, p. 291). Seus ônus são a irreversibilidade e a imprevisibilidade, que fazem com que cada um tenha de se responsabilizar pelas consequências de seus atos, embora sejam imprevisíveis. Esta prisão à teia de relações humanas parece restringir a liberdade justamente no instante em que ela surge. Não obstante, a autora nos ajuda a precisar este fenômeno e distinguir entre a liberdade e o ideal da soberania. Este ideal parece exigir que o indivíduo seja autossuficiente e “senhor de si-mesmo”, o que contradiz a própria condição da pluralidade humana sobre a Terra. Portanto, a resposta a este impasse deve ser buscada respeitando a condição humana da pluralidade e o gesto libertário de criação presente em cada ato.

Neste momento eu gostaria de retomar o princípio que me conduziu a esta digressão. Parti da descrição de uma *praxis* com crianças e famílias em situação de vulnerabilidade social, onde o brincar foi apontado como uma estratégia de prevenção da violência. Neste espaço, sustentado pelo desejo de cada um de lá estar, há a aposta de que a presença e a mediação das palavras e das ações possam escrever nos corpos de cada um que por lá passar a experiência da diferença irreduzível do Outro. Sabemos, contudo, que neste encontro a agressividade necessariamente se faz presente, podendo – sobretudo em comunidades submetidas à convivência cotidiana com a arbitrariedade da violência – se manifestar na forma de brigas, chutes, socos, cuspe, palavrões, etc. Este endereçamento veemente da agressividade, tão difícil de ser tolerado, é o que buscamos nomear dia a dia em nossas ações. Colocando-nos de peito aberto em um espaço público – pequeno, é bem verdade; mas mesmo assim um espaço público – estamos junto com

nossos usuários expostos à imprevisibilidade e à irreversibilidade das ações. O percurso feito até aqui já nos mostrou a importância que tem para o bebê humano a constância do acolhimento e do manejo ambiental. Conviver precocemente com a condição da imprevisibilidade é, para ele, insuportável. É preciso que aqueles que dele cuidam sejam fiéis às suas **promessas**, a única ação humana capaz de responder à imprevisibilidade da ação (da mesma forma, a Casa dos Cata-Ventos – e de resto também todas as estruturas Dolto – desempenha esta mesma função de sustentar uma promessa). Por outro lado, é preciso aprender a tolerar as falhas de um ambiente suficientemente bom e, portanto, aprender a **perdoar** – por sua vez, a única ação capaz de fazer frente à irreversibilidade.

A promessa e o perdão são as respostas que Hannah Arendt encontra às questões postas pela imprevisibilidade e pela irreversibilidade da ação e à necessidade de equacionar a liberdade e a igualdade dos seres humanos:

A redenção possível para a vicissitude da irreversibilidade – da incapacidade de se desfazer o que se fez, embora não se soubesse nem se pudesse saber o que se fazia – é a faculdade de perdoar. O remédio para a imprevisibilidade, para a caótica incerteza do futuro, está contido na faculdade de prometer e cumprir promessas. As duas faculdades formam um par, pois a primeira delas, a de perdoar, serve para desfazer os atos do passado, cujos “pecados” pendem como espada de Dâmoles sobre cada nova geração; e a segunda, o obrigar-se através de promessas, serve para instaurar no futuro, que é por definição um oceano de incertezas, ilhas de segurança sem as quais nem mesmo a continuidade, sem falar na durabilidade de qualquer espécie, seria possível nas relações entre os homens. Se não fôssemos perdoados, liberados das consequências daquilo que fizemos, nossa capacidade de agir ficaria, por assim dizer, limitada a um único ato do qual jamais nos recuperaríamos; seríamos para sempre as vítimas de suas consequências [...]. Sem estarmos obrigados ao cumprimento de promessas, jamais seríamos capazes de conservar nossa identidade; seríamos condenados a errar, desamparados e sem rumo, nas trevas do coração de cada homem, enredados em suas contradições e seus equívocos – trevas que só podem ser dissipadas pela luz derramada no domínio público pela presença de outros, que confirmem a identidade entre aquele que promete e aquele que cumpre. Ambas as faculdades, portanto, dependem da pluralidade, da presença e da ação de outros, pois ninguém pode perdoar a si mesmo e ninguém pode se sentir obrigado por uma promessa feita apenas para si mesmo; o perdão e a promessa realizados na solidão e no isolamento permanecem sem realidade e não podem significar mais do que um papel que a pessoa encena para si mesma (ARENDR, 2010a, p. 295-296).

A incapacidade de precisar as consequências ou mesmo as motivações que impelem à ação está dada pelo enodamento desta à teia de relações humanas que a precede (o que aproxima muito a teoria de Hannah Arendt de um conceito de inconsciente, tão caro à psicanálise). Isto faz com que a ofensa e a injúria a outrem possam surgir mesmo inesperadamente quando alguém age. Neste processo disparado

por uma ação, mesmo a vingança não escapa de suas consequências, pois ela nada mais é do que uma re-ação. Somente o perdão é uma ação que não apenas re-age, mas que é capaz de instaurar um novo processo. O perdão constitui assim o oposto do ressentimento²⁵. No cenário que descrevi e pretendi analisar, a possibilidade do perdão se mostra como a saída de um ciclo de repetição da violência; tangente que surge a partir da nomeação do endereçamento silencioso de um gesto agressivo. Por sua vez, a promessa é a ação que dá suporte para que os seres humanos se projetem no futuro, colocando a sua frente um horizonte que se distingue da lei da eterna repetição que condiciona os processos da natureza. Ela é, desta perspectiva, constitutiva do âmbito político. No que diz respeito ao que se faz na Casa dos Cata-Ventos, esta promessa se traduz na transferência com o espaço que os usuários estabelecem e na transferência de trabalho entre os psicanalistas. São elas o tecido-em-comum aonde as crianças podem bordar as suas experiências, colorindo-as com alegria e se diferenciando do tecido social roto e cinza que as cobre com a experiência da privação. Contrariamente às acusações de inutilidade que nos fazem (e que, de certa forma são justas, pois nossa ação não visa a produção de força de trabalho sujeita aos imperativos do modo de produção capitalista), procurei mostrar que, junto a todas as funções subjetivas e objetivas que se inauguram no processo do brincar, duas faculdades humanas – a promessa e o perdão – desabrocham como aquelas que, juntas, compõem a maior força imaginável de prevenção da violência e, portanto, a essência de nossa aposta.

²⁵ Nietzsche foi certamente o filósofo que mais se dedicou ao estudo do ressentimento. Para ele, este afeto encontraria resposta no esquecimento, quando o sujeito se liberta do aprisionamento de uma lembrança que retorna incessantemente. Ao propor o perdão como uma ação que não apenas re-age, mas que é capaz de instaurar uma nova ação, Arendt aponta também para a libertação do sujeito das amarras desta teia de relações humanas. Nesta perspectiva, o esquecimento e perdão poderiam ser aproximados e entendidos como movimentos emancipatórios.

SER-TÃO

Vou lhe falar. Lhe falo do sertão. Do que não sei. Um grande sertão! Não sei. Ninguém ainda não sabe. Só umas raríssimas pessoas – e só essas poucas veredas, veredazinhas.

(Guimarães Rosa)

Este último capítulo apresenta uma série de cenas ocorridas na Casa dos Cata-Ventos. Embora esteja no fim, não configura em sentido próprio uma conclusão – e nem o poderia ser! Afirmando isso considerando que não poderia concluir a elaboração de uma experiência que ainda está em pleno processo. Contudo, com relação ao objetivo que propus – cabe lembrar: de apresentar o cenário histórico no qual a ação de Casa dos Cata-Ventos ocorre e os fundamentos da aposta que fazemos – creio que agora possa deixar em aberto novas frentes de pesquisa que convocam meu olhar. Busco através da construção de cada cena produzir uma imagem do pensamento que, na direção das utopias iconoclastas, nos desestabilizem das certezas arraigadas, problematizando nosso desejo de futuro e auxiliando-nos a atravessar a “obscuridade do instante” (BLOCH, 2005, p. 23). Certamente não terei condições de percorrer todos os caminhos que aponto; limitando-me, neste momento, a sinalizar seus porvires. Também não é minha ambição esgotar este levantamento. As cenas e horizontes de pesquisa deixados em aberto são apenas alguns dentre tantos outros possíveis. No esforço para costurar um sentido-em-comum a partir destes fragmentos, peço a companhia de um amigo, João Guimarães Rosa, que na figura de Riobaldo, me ensinou a percorrer as veredas de um território árido, sustentando **a ética de um sujeito sedento de vida.**

SUBIR NO TELHADO

A privacidade é uma das dimensões fundamentais da vida. É nela que o ser humano recompõe suas forças para encarar o olhar dos outros em público. Todo o percurso histórico que fizemos buscava evidenciar que a biopolítica moderna fez daquilo que estava mais afastado da esfera pública objeto de interesse do Estado: o corpo humano e a vida nua. Os mecanismos capilares de intervenção que o trabalho social inaugurou e os rebuscados agenciamentos disciplinares do complexo tutelar espreitavam nossa atuação quando chegamos à Vila São Pedro. Após mais de um ano e meio de aproximação, nossos olhos agora começavam a ver a comunidade, dissipando uma névoa de discursos e preconceitos alimentados pelo imaginário. A primeira semana de trabalho na casa que abrigava o antigo SASE, quando fomos recebidos com revolta e indignação por parte das crianças, nos fez repensar nossas estratégias. “Este espaço é nosso!” – nos diziam as crianças através de seus atos. Subindo no telhado, repetiam o gesto do homem quando, ao chegar à Lua, cravava sua bandeira demarcando o domínio sobre um território. De nossa parte, recuamos por um momento, tomando fôlego para reencontrar os fundamentos e a justificativa de nossa aposta na ação e na palavra. Depois disso voltamos e nos fizemos presentes novamente, colocando-nos à disposição para escutá-los e convocando os adultos que presidiam a Associação de Moradores para que conversassem com as crianças sobre o ocorrido.

A partir deste episódio parece que nosso trabalho ganhou uma nova dimensão, a dimensão de uma “clínica do território” que, desde então, nos interroga. Quando Françoise Dolto criou a *Maison Verte*, ela propunha um espaço de socialização, um espaço que se diferenciava da intimidade do lar, mas que – ao mesmo tempo – também pudesse oferecer um acolhimento aos pequenos sujeitos que ensaiam seus primeiros encontros com a rua, com a cidade e com o outro, facilitando este processo através do oferecimento de palavras justas que pudessem nomear o afeto mudo que se expressa em ato. Este espaço **entre** o privado e o público, o íntimo e o social, o lar [*oikia*] e a cidade [*pólis*] – fronteiras que Hannah Arendt (2010a) demonstrou o quão significativas são – também possui seu contorno bem delimitado. Na *Maison Verte* uma criança nunca pode ficar sozinha, o ritual de inscrição do seu nome e do seu responsável no quadro-negro é a marca da sua presença naquele espaço. Mas, sobretudo, as regras de convivência (a faixa vermelha pintada no chão, impedindo o trânsito dos triciclos e protegendo os bebês menores; e o uso do avental impermeável para brincar com água) são estratégias

para auxiliar os pequenos a internalizar a Lei que rege o domínio público, mediando as relações entre os sujeitos.

Porém, naquilo que podíamos observar do modo como a vida transcorria na Vila São Pedro, pouco a pouco foi se desfazendo aquele estereótipo de uma comunidade fechada, silenciosa, desconfiada daqueles que vem “de fora”; provavelmente, também, em função da transferência com o espaço que começava a dar frutos, após um ano e meio de uma lenta aproximação. Como psicanalistas, contudo, acostumados a ouvir os segredos mais íntimos serem falados a muito custo na privacidade do consultório, nos surpreendia a facilidade com que as histórias mais duras, tristes, por vezes humilhantes, passaram a ser narradas na frente de todos, como se toda comunidade participassem de alguma forma do enredo contado. Parecia que estávamos em um terreno de uma transparência excessiva, onde a vida corre ao alcance do olhar de todos, sem a possibilidade do repouso na privacidade do lar. Talvez um sentido burguês da intimidade nunca tenha verdadeiramente se instalado em paredes tão finas, feitas com tapumes de madeira que, por vezes, não impedem a passagem nem do vento, nem da chuva, quanto menos o som das vozes ou os olhares curiosos.

É preciso reconhecer, portanto, neste contexto em que as bordas entre público e privado são tão fugazes, as dificuldades que enfrentamos e o esforço de leitura necessário para que possamos compreender o sentido de cada ato e de cada enunciação. Demoramos algum tempo para aprender que, como diz Riobaldo:

Viver é muito perigoso... Querer o bem com demais força, de incerto jeito, pode já estar sento se querendo o mal, por principiari. Esses homens! Todos puxavam o mundo para si, para o concertar concertado. Mas cada um só vê e entende as coisas dum seu modo (ROSA, 2006, p. 13).

Nossas palavras e “boas intenções” de cuidado, tentando mostrar o quanto nossas ações visam preservar a integridade física dos usuários, se mostraram por vezes pífias e absolutamente ineficazes. O cuidado, este significante que para nós carrega as ressonâncias de afeto, proteção e acolhimento, para algumas das crianças remete à obrigação de cuidarem dos irmãos menores; peso de uma responsabilidade muito além do que eles estão aptos a carregar. É preciso dizer que por várias vezes tentáramos instituir regras de convivência no espaço fundamentadas na nossa compreensão de “Bem” e de “cuidado”. Dentre essas normas, determinamos a proibição de que as crianças subissem no telhado, nas árvores, ou que pulassem o portão de entrada.

Todavia, uma cena emblemática da incoerência de nossos apelos à realidade daquela comunidade foi quando, durante uma tarde de plantão em que nuvens cinza anunciavam a chegada de um temporal, fomos surpreendidos pela vinda do familiar de uma criança à Casa dos Cata-Ventos. Quando chegou, este familiar pediu que a criança fosse até sua casa, subisse no telhado e esticasse as lonas plásticas que protegeriam a família da invasão da água da chuva. Demo-nos conta naquele instante que na Vila São Pedro são as crianças que têm de subir no telhado para desempenhar esta tarefa, já que, por serem menores e mais leves, correm menos risco de quebrar as telhas e sofrer um acidente.

Aprendemos naquele dia que **a água**, o mesmo elemento com que na *Maison Verte* as crianças brincavam protegidas por seu avental, na Vila São Pedro invade as casas e ameaça as famílias. Abrupta, selvagem e incontrolável; esta força da natureza – imprescindível para o surgimento e a manutenção da vida – também a ameaça nos extremos da escassez ou da abundância, marcando entre estes dois limites a curta tessitura na qual reside a dignidade humana.

A FORÇA QUE NUNCA SECA

*Já se pode ver ao longe
A senhora com a lata na cabeça
Equilibrando a lata vesga
Mais do que o corpo dita
O que faz e equilíbrio cego
A lata não mostra
O corpo que entorta
Pra lata ficar reta
Pra cada braço uma força
De força não geme uma nota
A lata só cerca, não leva
A água na estrada morta
E a força nunca seca
Pra água que é tão pouca*

(Chico César & Vanessa da Mata)

A canção que serve de título e epígrafe para esta narrativa traz a imagem da mulher sertaneja que precisa atravessar longas distâncias para conseguir água e garantir a subsistência de sua família, de seus animais e de sua plantação. Esta imagem da seca talvez seja uma das mais fortes do imaginário nacional e remete imediatamente à lembrança das agruras de uma vida desapossada das garantias mais elementares. No histórico do trabalho social, são abundantes os fatos que apontam para a exploração da miséria em vista da manutenção do *status quo*. O assistencialismo é, neste sentido, a prática mais difundida de reprodução de um sistema social nefasto, que contribui com o represamento dos anseios populares e a estabilidade do poder político nas mãos de poucos. Como que num jogo perverso de *fort-da*, o assistencialismo introduz os elementos socialmente valorizados como ideais, na tentativa de determinar, inclusive, o que pode ou não ser desejável: uma violência simbólica absurda, que aplaina o desejo ao nível da necessidade.

A Casa dos Cata-Ventos sempre buscou se afastar destes costumes tão arraigados na cultura brasileira. Pretendemos ilustrar com esta cena singela uma direção de trabalho, que não se vale da precariedade para tirar vantagem em prol de si mesma. Ao contrário, busca extrair da necessidade aquele “afeto expectante” descrito por Bloch (2005) que no mesmo gesto faz emergir um sujeito. Essa cena quase banal, ocorrida no dia a dia da intervenção, e que poderia em outros contextos passar despercebida, graças à especificidade da escuta psicanalítica pôde ser transmitida, abrindo espaço para uma narrativa de testemunho e resistência à violência imposta pela privação de direitos.

Como em nossa coirmã carioca, na Casa dos Cata-Ventos também não oferecemos lanche ou qualquer tipo de recompensa material pela participação. À disposição dos frequentadores temos apenas água. Porém, este elemento mínimo se mostrou suficiente para engendrar efeitos surpreendentes. A cena narrada a seguir pela psicanalista Lulli Milman descreve muito bem a forma de relação das crianças com aqueles que delas cuidam na Casa da Árvore. A ressonância com o que pretendemos explorar no trabalho da Casa dos Cata-Ventos é impressionante e ficará evidente logo adiante:

A única coisa de alimentação que oferecemos a eles [as crianças] é água. Temos em cada casa um bebedouro de bujão no qual as crianças não podem mexer. Elas têm que nos pedir a água, pois sem esse limite ocorriam “inundações” cotidianas. Bem, eles pedem água sem parar. Não há sede no mundo que justifique tantos pedidos. Nós atendemos, geralmente. Há dois aspectos principais que se revezam nesses pedidos. Por um lado, é uma utilização que fazem de nós como objeto – um objeto que cuida e atende. Há uma troca de afetos, um carinho e atenção que circulam. “Tenham trabalho conosco”, no sentido de “cuidem de nós”. Por outro lado, há a tal cobrança de indenização de que já falei: “Trabalhem para nós!!! Agora é a nossa vez”²⁶. Entre um e outro, servimos a água buscando ajudá-las a chegar a um sentido sobre o insaciável que vai além da sede (MILMAN, 2011, p. 182).

Como dissemos anteriormente, o trabalho da Casa dos Cata-Ventos teve início em julho de 2011 e quando finalmente começávamos a obter uma resposta da divulgação dele na comunidade, ainda sofriamos com os resquícios do rigoroso inverno gaúcho e a paranoia generalizada em torno da Gripe H1N1²⁷. O fato das crianças trocarem entre si os copos d’água gerava verdadeiro pânico na equipe. Num certo dia, porém, uma colega teve a ideia de escrever o nome de cada criança em seu copo. Esse ato simplório, e talvez até higienista em sua origem, gerou, contudo, um resultado absolutamente inesperado: as crianças ficaram fascinadas ao verem seus nomes escritos nos copos d’água. Imediatamente, nos plantões seguintes passamos todos a escrever os nomes. Logo se passou a organizar a cada dia um espaço onde os copos eram guardados, estando à disposição de seus donos. Mesmo aqueles que ainda não sabiam ler pediam que se indicasse o seu copo – às vezes usávamos desenhos junto ao nome

²⁶ Essa referência a uma indenização cobrada com certa agressividade por algumas crianças aproxima-se muito do que Winnicott assinala como sentimento de privação. Cabe destacar que, para este autor, o comportamento reivindicatório faz-se acompanhar por um elemento de esperança na capacidade do ambiente de acolher a agressividade (WINNICOTT, 2005). Neste exemplo, parece-nos ser exatamente esta a ambivalência do pedido feito pelas crianças.

²⁷ A epidemia de Influenza A H1N1 teve início no México no final do ano de 2009, inverno no hemisfério norte. Segundo dados da OMS, 18.000 pessoas morrem em função da doença em todo o mundo.

para fazê-lo. Dia após dia o ritual se repetia. Frequentemente, o pedido por água aumentava sempre que era anunciado o final dos plantões, sendo aquele ritual uma forma de protelar o seu término.

Esse efeito de fascínio convoca a reflexão sobre o estatuto das trocas simbólicas neste contexto, sobre a circulação dos afetos e, mais fundamentalmente, sobre a dialética que se instaura entre a demanda e o desejo. Poder-se-ia perguntar, com Riobaldo: “Que é que é um nome?”; ao que responderíamos: “Nome não dá: nome recebe” (ROSA, 2006, p. 142).

Este exemplo nos parece potente para pensar os efeitos da ética do *parler vrai*, proposta como um exercício de reconhecimento da criança como sujeito de linguagem e de desejo. O acontecimento da escritura do nome próprio num copo d’água pode parecer, à primeira vista, simplório. Porém, a leitura que fazemos desta cena, a partir do que chamamos de uma transferência com o espaço, ou seja, uma transferência que se dá com o coletivo de trabalhadores que atua na Casa dos Cata-Ventos, um coletivo que aposta no poder estruturante da palavra e da ação, aponta para a emergência de um sujeito que se reconhece na demanda que faz por água. Quando inscrevemos o nome próprio de cada um deles no copo em resposta à demanda por água, apontamos para a existência de um sujeito do desejo que já estava lá, mesmo sem o saber, quando demandou. É o reflexo de Narciso que se vê na superfície da água, uma imagem especular à qual o Outro acrescenta o significante que marca a existência de um sujeito. Por fim, ter o **co(r)po** com seu nome junto aos outros, ressoa como a afirmação de sua presença no mundo.

No *Seminário V – As Formações do Inconsciente*, Lacan (1999) descreve a passagem da demanda ao desejo a partir das relações estabelecidas no circuito significante. Na cena que acabamos de descrever, poderíamos supor estar no registro da necessidade por se tratar de um pedido de água; um registro que seria próximo ao instintual e que apontaria para as condições de manutenção da simples vida biológica. Contudo, Lacan ajuda a pensar que, na medida em que essa necessidade se articula na forma de linguagem, trata-se, desde sempre, de uma demanda endereçada ao Outro. Diz:

O que devemos considerar aqui, pelo lado da demanda, não pode exatamente se confundir com a satisfação da necessidade, pois o próprio exercício de qualquer significante transforma a manifestação dessa necessidade. Mediante o concurso do significante, introduz-se nesta um mínimo de transformação – de metáfora, numa palavra – que faz com que aquilo que é significado seja algo para além da necessidade bruta, que seja remodelado pelo uso do

significante. Por conseguinte, desde o começo, o que entra na criação do significado não é uma pura e simples tradução da necessidade, mas uma retomada, reassunção, remodelagem da necessidade, criação de um desejo outro que não a necessidade. É a necessidade mais o significante (LACAN 1999, p. 95).

Na resposta que demos a essa demanda, pode-se sublinhar a presença do nome das crianças como o significante que produz uma invocação. Lacan afirma que nesse processo de invocação a incidência do significante **Tu** – e poderíamos acrescentar que a enunciação do nome próprio tem a conotação de uma segunda pessoa do singular – ressalta um “apelo para a voz, isto é, para aquilo que sustenta a fala. Não para a fala, mas para o sujeito como portador dela” (LACAN, 1999, p. 159). E diz ainda: “Esse **Tu** é absolutamente essencial no que chamei, em diversas ocasiões, de fala plena, a fala como fundadora da história do sujeito” (idem, p. 157, grifo do autor).

Esta invocação, cujo efeito se vê no fascínio despertado nas crianças, permite a elas recolocarem-se frente à demanda do Outro. Como bem observa Lacan, toda demanda é uma demanda de amor e, no processo de constituição subjetiva, a criança apoia-se na demanda materna para advir como sujeito desejante. Contudo, é necessário reconhecer que ela também esburaca este discurso materno, extraindo dele os significantes que a irão representar, além de que: “Antes de aceder à linguagem, a demanda se efetua sobretudo através do olhar, comumente acompanhado pelo estender os braços em direção a esse outro primordial que o olhar solicita” (RODULFO, 2004, p. 215). As identificações subsequentes, que vão ampliando a tessitura existencial do sujeito, têm com isso importante papel no sentido de afastá-lo de um destino mortificado e alargar o campo de exercício do desejo.

É curioso notar que o efeito de reconhecimento obtido através desse acontecimento espontâneo era o que Dolto objetivava ao escrever os nomes dos frequentadores da *Maison Verte* em um quadro-negro. A dialética de reconhecimento que se instaura é perfeitamente condizente com o sentido atribuído ao *parler vrai* e à aposta que fazemos neste trabalho como uma forma de prevenção da violência. Recorro à letra da própria Françoise Dolto para explicar este ponto:

É ainda e sempre a palavra mediadora, as ações animadas de respeito pela criança e por seus pais que asseguram a prevenção da violência. É o que tentamos fazer na *Maison Verte*. [...] O gesto de violência sempre esconde um temor de perder sua identidade se um outro chegar para partilhar um jogo ou um prazer. [...] Essa prevenção da violência deve ser posta em prática desde a mais tenra idade. Ela implica que os pais compreendam a importância de uma criança ser ajudada e vacinada contra as dificuldades das

relações com os de sua classe de idade. [...] A prevenção pode se desenvolver pensando em tudo isso. Ela preserva todas as potencialidades para que o indivíduo as explore como desejar explorá-las. Mas ela só funciona quando lhe é dito desde a origem as razões alegadas por seus genitores ou seus tutores, por tê-lo qualificado **com fonemas de seu prenome** associado ao fato de que eles o amam (DOLTO, 2005, p. 331-332; grifo nosso).

A cena que apresentamos da escritura do nome próprio em um copo d'água e o efeito de fascínio que isso gerou nas crianças é uma imagem que se presta a muitas outras interpretações. Terminamos, por fim, recorrendo à outra imagem, àquela que nos serviu de epígrafe nesta cena: essa imagem, evocada na canção de Chico César e Vanessa da Mata, aponta para uma dialética da sede e das “vidas secas”. A relação do sujeito com o Outro se revela nela como o perfil de um “corpo que entorta” para corresponder à necessidade do Outro. Indica também o caráter desejante da relação com o Outro quando mostra que a lata – assim como o copo d'água – só cerca, mas não é capaz de atravessar o sertão para levar este líquido tão precioso. É um Outro que lhe estende a mão e alcança o copo. Na Casa dos Cata-Ventos, o “equilíbrio cego” necessário para a leitura dessa demanda e a devolução para a criança de um significante que marcasse sua presença como sujeito do desejo foi possível graças à transferência dos frequentadores com o espaço. Trata-se do reconhecimento de que “pra cada braço, uma força”. Mas trata-se de **uma força** que não é bruta. **Isso** é uma força delicada, uma potência sutil e persistente. Capaz de superar as adversidades e cuidar do outro mesmo em contextos muito precários. Uma força capaz de fazer gemer uma nota e fazer a música da vida. Uma força capaz de atravessar a estrada morta e levar ao outro a água que é tão pouca.

A LETRA QUE FALTA

Na adaptação do modelo das estruturas Dolto à realidade da Vila São Pedro, fomos, pouco a pouco, descobrindo estratégias que nos permitiriam dar conta das singularidades do território. Por exemplo, em certo momento, começamos a observar que algumas crianças tinham o mesmo nome, o que gerava muita confusão entre os profissionais da Casa. Passamos, então, a pedir que eles nos dissessem seus nomes completos e suas idades para que pudéssemos registrar na entrada. Com isso, nos chamou atenção que muitos, mesmo os mais velhos, não sabiam seus sobrenomes e suas idades. O que se viu, porém, foi que com a nossa insistência em pouco tempo esta situação foi mudando e a questão da assunção do nome próprio voltou a ser uma dimensão fundamental em nossa *praxis* (a exemplo do que ocorrera no episódio da escritura dos nomes nos copos d'água).

A história de Marcos²⁸, todavia, nos chamou atenção. Na entrada da Casa dos Cata-Ventos, sempre que registrávamos os nomes das crianças, Marcos insistia em dizer que seu nome era Marco. Sua convicção era tanta que, por algum tempo, ficamos em dúvida sobre qual era mesmo seu nome. Esta dúvida só foi solucionada na ocasião em que precisamos fazer contato com a sua mãe. Marcos tem um irmão mais novo, Paulo, que tem uma dificuldade auditiva e, em consequência disso, também dificuldade em se expressar. Sobre isso fomos conversar com a mãe dos rapazes, que acabou nos revelando no pequeno portão de madeira em frente à casa uma intrincada história de separações, violência e fuga. Marcos foi criado pela avó materna até o início da adolescência. Só veio morar com a mãe quando a avó faleceu em decorrência de um câncer. Essa reaproximação não foi fácil. Segundo ela, Marcos era muito agressivo. Na escola tinha muita dificuldade em se concentrar e acompanhar as lições, talvez na tentativa de descarregar suas frustrações, acabava se envolvendo em brigas. Um dia, se envolveu em uma briga com um garoto protegido pelos traficantes do Morro da Tuca, onde moravam. A sua irmã mais velha interveio para ajudá-lo. A confusão foi grande. A família foi ameaçada e tiveram de abandonar sua casa, carregando praticamente só a roupa do corpo. Vieram para a Vila São Pedro, pois a avó e mais alguns parentes moravam ali.

²⁸ O nome deste jovem, já não mais uma criança, foi alterado buscando preservar sua identidade. Neste caso, contudo, busquei preservar o jogo que ele instituiu com a supressão de uma letra do nome, que, todavia, não era a última, mas a primeira.

Este primeiro contato com a família abriu as portas para uma relação de troca e confiança. Duas semanas depois, a mãe de Marcos veio até a Casa dos Cata-Ventos para buscar o endereço dos serviços que poderiam atender Paulo, encaminhamento que ficamos de conseguir. Conversamos com ela longamente no pátio. Depois que ela foi embora, Marcos e outro menino comentaram que não havia nada na Casa que indique nosso nome, a pintura na parede ainda é do antigo SASE que ocupava aquele espaço. Decidiu ele mesmo escrever no pequeno hall de entrada da casa o nome “Casa dos Cata-Ventos”. O fez com giz, em letras garrafais. Fez questão de chamar sua mãe, que passava neste momento, para ver sua obra. Perguntamos a ele se nós poderíamos tirar uma foto do seu trabalho, ao que ele consentiu.

Seguia para nós a incógnita do nome. Num outro dia, durante o plantão, Marcos chegou bem depois do horário de abertura do serviço. O plantão estava tranquilo e um plantonista foi recepcioná-lo sozinho na porta. Como de costume, perguntou qual seu nome completo e ele prontamente respondeu: “Marco...”. Lembrando-se da conversa com a mãe dele o plantonista questionou: “Mas teu nome não é Marcos?”. Ele respondeu que sim. Então lhe foi perguntado novamente: “mas porque você gosta que te chamem de Marco?”. “Este é o meu apelido”, disse ele. “Quem te deu esse apelido?”. “Meu pai”.

“Muita coisa importante falta nome” (ROSA, 2006, p. 98).

ERRANTES

A história da família de Jéssica foi emblemática por ter sido a primeira que, efetivamente, demandou que a Casa dos Cata-Ventos se articulasse à rede de garantia de direitos. Elas chegaram em outubro de 2011, quando ainda atendíamos na primeira sede da Casa, junto à ONG da Associação Médica do RS: Jéssica, a mãe, uma jovem muito obesa, com dificuldades de comunicação e de interação com as filhas; Eva, a filha mais velha, na época com 7 anos, também um pouco acima do peso, bastante recolhida e com dificuldade de se inserir nas brincadeiras; Vida, com 5 anos, “uma criança muito espoleta”, nas palavras da mãe, cheia de energia, que entrou na brincadeira com as outras crianças logo que chegou; e a bebê Michele, de apenas 5 meses, uma criança muito passiva, que logo nos primeiros encontros nos despertou preocupação.

Nos primeiros encontros, Jéssica nos contou que havia chegado há pouco tempo na Vila São Pedro. Viera para lá após uma separação e buscava refúgio na casa de sua mãe. Disse que suas filhas nunca haviam frequentado a escola. Observávamos que as meninas apresentavam certo descompasso em aptidões básicas como reconhecer cores, formas e os nomes de alguns animais (isto se mostrava na dificuldade que tinham de brincar com jogos de memória e quebra-cabeças). Sempre nos questionáramos o quanto elas foram estimuladas ou tiveram acesso a este tipo de material. Manifestavam impaciência e pouca tolerância à frustração quando erravam. Eva também não conseguia brincar de pular-corda, indicando algum hiato na organização do plano corporal. Michele, por sua vez, era sempre deixada no carrinho, em geral dormindo, ou então as irmãs a tomavam para brincar, quase como se fosse uma boneca. Num dos dias em que a família foi à Casa, foi posta pra dormir no tapete, próximo a mãe; porém, esta, quando foi levantar, quase caiu por cima da bebê, sufocando-a. O mais surpreendente, contudo, foi que Michele não reagiu.

Estes primeiros encontros nos convocaram atenção, pensávamos na necessidade de encaminhar as duas meninas maiores para a escola e acionar a rede de saúde para que dedicasse uma atenção especial para Michele. Muita discussão em equipe se fez, até que decidíssemos aplacar nosso *furor curandis* e aguardar que os efeitos de nossa intervenção permitissem que a própria família fosse buscar os recursos que julgasse necessários, reivindicando seus direitos e assumindo plenamente sua cidadania. Nossa esperança, todavia, não contava que a família se mudasse novamente. Ficamos muitas semanas sem notícias delas, até que vieram à comunidade para uma visita na casa da

avó e apareceram na Casa dos Cata-Ventos. Contaram-nos que haviam se mudado para Viamão, para uma casa que ficava no mesmo terreno da família do ex-companheiro de Jéssica. Nessa mesma semana as meninas voltaram ao nosso espaço, anunciando que naquele dia era o aniversário de Vida. Todos cantaram parabéns para ela e Eva lhe presenteou com um cartão, confeccionado com a ajuda de uma das plantonistas. Eva escreveu as primeiras letras sobre o traçado pontilhado feito por uma plantonista. O plano de inscrição das experiências sustentado pela Casa dos Cata-Ventos parecia mostrar seus primeiros resultados.

Depois disso, ficamos um longo tempo sem notícias da família. Neste período, acionamos o serviço de assistência social de referência da região, na tentativa de que este pudesse contatar a rede de Viamão e garantir o atendimento que a família necessitava. Em agosto de 2012, reencontramos Eva na Vila São Pedro, já estávamos trabalhando na sede atual, dentro da comunidade. Ela relatou que havia sido deixada na casa da avó pela mãe. Segundo a menina, Jéssica estava morando em Viamão, com a família do ex-companheiro, mas eles a haviam expulsado pois, segundo Eva, a mãe não cuidava deles. Eva estava visivelmente deprimida com a situação e demonstrava comportamentos regressivos como chupar bico, retraimento no brincar e na interação social. No entanto, nossa articulação com a equipe técnica do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) se fortalecia. Eles conseguiram contatar a mãe de Jéssica, que foi até lá e relatou todas as dificuldades da filha em relação ao ex-companheiro, eles se separaram e voltaram inúmeras vezes e, em todas elas, Jéssica retornou para a Vila São Pedro. Isso fez com que as crianças nunca fossem matriculadas na escola. Ainda segundo o relato da mãe de Jéssica para o CRAS, ela teve meningite e epilepsia na infância, o que acarretou numa deficiência intelectual leve.

A família, então, voltou a morar na casa da avó materna e começou a ter acompanhamento na assistência social e na saúde. Neste processo, a própria Jéssica conseguiu se organizar para ir até o Conselho Tutelar e pedir uma segunda via das certidões de nascimento das filhas, para que pudesse desta forma matriculá-las na escola. Paralelamente aos relatos que recebíamos do CRAS, continuávamos atendendo Eva e Vida, na Casa dos Cata-Ventos. Em outubro de 2012, contudo, uma situação inédita fez com que nosso tencionamento da rede socioassistencial se intensificasse: Eva foi abusada dentro de casa pelo companheiro da avó. O fato chegou a nosso conhecimento muito antes que a menina ou a família nos contasse, toda a comunidade presenciou o linchamento do acusado pelos traficantes da comunidade. Segundo relatos

das próprias crianças, ele foi espancado, jogado no riacho em frente à Vila e proibido de voltar lá. Nos dias que se seguiram ao fato, este era o único assunto que se ouvia pelas ruas e na Casa dos Cata-Ventos. Eva, contudo, titubeava entre responder aos apelos curiosos e preservar-se em silêncio. Optamos por tentar protegê-la, respeitando o tempo e o espaço que ela delimitasse, para que pudesse elaborar a experiência e endereçar suas questões conforme achasse necessário. A ocorrência foi registrada na polícia e o caso encaminhado para os serviços de referência de média e alta complexidade na saúde e na assistência social. Em todas estas instâncias, procuramos estar atentos aos encaminhamentos e ao acolhimento desta família.

O caso da família de Jéssica nos ensinou que a prática da Casa dos Cata-Ventos opera de maneira transversal com relação às políticas públicas. Esta família que “errava” sempre, que “errava” entre, encontrou na Casa dos Cata-Ventos um dispositivo capaz de acompanhá-las nesta “errância”: ao instituir uma forma de **cuidado** que transcende as fronteiras entre municípios superamos a visão limitada que equipara o conceito de **território** à ideia de área adstrita, alçando este conceito a uma dimensão que compreende o trânsito existencial dos sujeitos, os fluxos e agenciamentos de sua errância. Abolindo as fronteiras que separam saúde, assistência social, educação, segurança pública, etc. – ou seja, a organização hierárquica e burocrática do Estado – alcançamos os princípios da **intersetorialidade** e da **integralidade** que orientam nossa compreensão de cidadania. Além do mais, a forma de atuação da Casa dos Cata-Ventos embaralha os limites entre Estado e sociedade civil; entre a Universidade e a Comunidade; entre o ensino, a pesquisa e a extensão; e, por fim, entre a psicanálise em intenção e a psicanálise em extensão.

Ainda sobre este caso, a história da nossa “família que erra” em busca de um território onde a vida possa desabrochar, lembra a imagem dos retirantes que fogem da seca no sertão. Os escritores brasileiros contemporâneos souberam explorar bem esta imagem da escassez, inferindo dela reflexões sobre a subjetividade brasileira. Devemos especialmente a João Guimarães Rosa e Graciliano Ramos as obras que ancoram nossa identificação a essa imagem. A psicanálise, ao se debruçar sobre os fenômenos da vulnerabilidade social e da privação também se valeu desta imagem da aridez da vida para afinar seus operadores conceituais. Com um olhar extremamente perspicaz, a professora Miriam Debieux (2002) propõe que a psicanálise se coloque à disposição para a escuta das **vidas secas**. Com esta expressão, tomada de empréstimo da obra de Graciliano Ramos, ela pretende designar aquela parcela da população brasileira que vive

em situação de pobreza, de miserabilidade e exposta às mais variadas formas de vulnerabilidade, exploração ou violência. Ela considera que o atual momento de evolução da modernidade é paradoxal, dispondo dos mais avançados recursos científicos e tecnológicos e de um desarranjo dos laços de sociabilidade mais elementares. Esta configuração acaba por produzir desamparo discursivo e social, na medida em que não oferece as mesmas condições de acesso aos direitos sociais que asseguram a condição de cidadania, e violência simbólica, difundindo ideais inalcançáveis para boa parte da população. Debieux lembra que a psicanálise tem neste campo uma responsabilidade muito grande, pois desde sua origem com Freud, se mostrou uma prática comprometida em evidenciar os impasses que o laço-social impõe à constituição do sujeito, exigindo um posicionamento ético e político.

Esta ambiguidade do discurso expõe o sujeito ao risco de não encontrar um sentido que ampare as suas experiências, confrontando-o com a dimensão do traumático, que, neste contexto, a autora propõe designar não como “a qualidade de um acontecimento, mas a desestruturante incidência subjetiva daquilo que irrompe por fora de uma trama de saber” (DEBIEUX, 2002, p. 9). Esta exclusão do acesso aos ideais valorizados socialmente, aos direitos promulgados e aos bens de consumo, acaba por colocar o sujeito numa condição de **resto**, ou como dejetivo do discurso social. (Lembro da situação de duas crianças da Casa dos Cata-Ventos, irmãos, que tinham por apelido “Tatuzinho” e “Cocô”, formas como eram chamados por todos na comunidade, inclusive por seus pais).

Assim, antes de pensar em diagnósticos ou estruturas, é preciso escutar o sujeito, esse sujeito que ocupa o lugar de resto na estrutura social, e que está sob condição traumática. Há diferentes formas de evolução frente ao mesmo processo que tende a suprimir sua condição de sujeito, processo de coisificação coletiva que pode, entre outras formas, induzir à submissão cega ou ao fechamento autístico. Diante do impacto traumatizante de uma consciência clara da impotência frente ao Outro consistente e insistente em barrar qualquer acesso à condição de uma lógica fálica e desejante, o sujeito cala-se. Constrói uma barreira sólida e necessária, que tem sua expressão no que chamo de emudecimento do sujeito e de apatia necessária, rompida, por alguns, por reações violentas. Observo nessa suspensão temporária – às vezes da vida inteira, mas temporária e não estrutural – um modo de resguardo do sujeito ante a posição de resto na estrutura social. Uma proteção necessária para a sobrevivência psíquica, uma espera, uma esperança. Penso assim pela facilidade com que, muitas vezes, algumas situações de escuta fazem surgir ali, onde parecia haver apenas vidas secas, o sujeito desejante, vivo (DEBIEUX, 2002, p. 11).

Porém, o campo da transferência em que se desenrola o fazer psicanalítico se encontra em xeque quando situado sobre esta delicada borda do laço-social. O enquadre de um psicanalista que está “dentro” e de um paciente que está “fora” do espectro de abrangência do tecido social pode ensejar resistências muito particulares. Neste sentido, a autora é enfática em apontar, com Lacan, que a resistência sempre se coloca do lado do analista, defendendo-o do confronto com o estrangeiro que o habita e do fato de ser beneficiário deste processo de exclusão. Assim sendo, o primeiro risco que se apresenta é o de ficar preso à leitura do contexto social, buscando saídas rápidas ou encaminhamentos que tamponam a escuta do sujeito. Um segundo é o de enrijecer o enquadre tradicional de escuta, fechando-se às infinitas possibilidades de expressão da demanda por parte dos usuários. Há também o duplo risco de responsabilizar o sujeito por sua permanência numa situação de vulnerabilidade ou de vitimizá-lo, negando-lhe o reconhecimento de suas potencialidades de emancipação. Por fim, há o risco de interpretar o silêncio dos usuários como ausência de demanda, não reconhecendo este processo social de exclusão que pode culminar no emudecimento do desejo (Lembro aqui o sentimento que tivemos ao fazer a divulgação da Casa dos Cata-Ventos durante uma campanha de vacinação, quando as mulheres da Vila São Pedro não nos olhavam diretamente e permaneciam com o olhar baixo enquanto falávamos com elas). O ato psicanalítico pode, através de um ato de testemunho, ajudar o sujeito a desfazer algumas destas identificações imaginárias e também trazer a tona alguns agenciamentos que condicionam a exclusão. A angústia em encarar a vida sem o anteparo do véu negro da alienação a esta posição de resto, não é desculpa para nos frear. A alegria daqueles que conseguiram transpor essa barreira nos mostra que é possível fazer da vida algo diferente.

DÉSÊTRE E SER-TÃO

Toda sede é sede de vida. Dentre os desesperos que afligem os seres vivos, talvez a sede seja o mais indigno de todos. Sendo a água o bem mais precioso que a natureza nos brinda, a condição para a própria existência da vida, sua falta marca o limite último da dignidade. Toda sede é sede de vida. Sê. Devida. Vida. Uma vida devida.

Em contextos de privação dos direitos humanos fundamentais a vivência do desamparo estrutural do ser humano acaba sobredeterminada por uma experiência de subtração das promessas de liberdade, igualdade e fraternidade que a cultura ocidental fez a todas as gerações que vieram após a Revolução Francesa. Este cenário em que a aridez da vida se mostra com as cores mais dolorosas é muito diverso daquela imagem do *désêtre* pintada por Lacan, que o sujeito encontraria no final da análise. O gesto de destituição subjetiva que o analisante faz no momento da travessia do fantasma implica a destituição correlata do analista de sua condição de sujeito suposto saber, revelando os andaimes que sustentavam uma posição de semblante. Dias (2008) aponta a relação entre a instauração da transferência no início de análise e a sua dissolução, ao final; ambos são momentos afins ao surgimento e à deposição do sujeito suposto saber. O *désêtre* remete, portanto, a um movimento descendente, a um esvaziamento das certezas narcísicas, um deserto cheio de vida, liberto das amarras do Eu-Ideal.

Procuo caracterizar aqui um movimento diametralmente oposto: ascendente. O **ser-tão** é a imagem de um Eu que se defende da aridez da vida, armado com todas as certezas de um ideal excêntrico (exótico, estrangeiro e descentrado) à realidade. É uma solução de compromisso que, embora não forclua ou denegue completamente a realidade – muito antes pelo contrário! –, se defende da posição objetal frente ao Outro encobrendo uma falta que é, na verdade, uma promessa não cumprida. Um direito promulgado no campo simbólico e não efetivado na vida destas pessoas dá margem para posturas reivindicatórias, delinquentes ou ressentidas. A aridez das condições de vida convoca um esforço a mais na afirmação da subjetividade. Ser-tão é, portanto, a afirmação de uma subjetividade que solapa o abismo de uma privação, construindo seu castelo no ar, sobre a esperança de uma promessa não cumprida. A lucidez de Riobaldo nos ilumina na travessia desta noite seca: “Sertão. Sabe o senhor: sertão é onde o pensamento da gente se forma mais forte do que o poder do lugar. Viver é muito perigoso...” (ROSA, 2006, p. 21). O relato de uma componente do curso de extensão

sobre a Casa dos Cata-Ventos dá a dimensão da agressividade necessária para conseguir se afirmar subjetivamente em um contexto de privação:

Nesse feriado fui pro mato e lá decantei a experiência da Casa. Muito a dizer; um tanto pra aguardar, ouvir outros relatos, complementar, relatar de novo e de novo, acredito que em muitas e possíveis diferentes versões a cada tentativa. A Casa começa no caminho, nos cumprimentos de boa vizinhança, nos olhares trocados – contidos e respeitosos – com os jovens que guardam as esquinas proibidas. Chegando ao nosso destino, devo admitir meu espanto com tão boas condições do espaço, uma pena não estarmos mais acostumados com isso. Iniciado o turno, me flagro estarecida diante de alguns conflitos entre as crianças, desajeitada em mediar tanto tapa, dente e cuspe. Um pouco pela força da violência que essas cenas trazem, um pouco me embanano com tamanha destreza das crianças em se expressarem, em serem veementes, assertivos e talentosos nessa agressividade; “quisera eu saber me defender tão bem na minha infância”, cheguei a pensar. E bom, inevitável imaginar aquelas vidas em suas casas, relações e tudo o mais que, em minhas suposições – (re)produziram tais cenas. Em suma: impressionante e desconcertante. Ao longo do turno, pude entender, pra além do que os textos lidos nos diziam nas terças à noite, a diferença daquele espaço em relação a creches e casas. Gostei de entender que não tínhamos ali nenhum compromisso com a formação de sujeitos para o mundo do trabalho, nenhuma pretensão de desenvolver habilidades técnicas, cognitivas... salvo as que permeassem as brincadeiras. Foi bom entender e viver que estávamos ali como suporte/testemunhas/retaguarda/sujeitos da transferência para a constituição de sujeitos que estavam ali em pura relação: conosco, com objetos, com outras crianças. E esse suporte pontual não era neutro, não estava a serviço da constituição de quaisquer sujeitos e isso pra mim foi importante observar: "suportávamos" sujeitos diante de situações que os frustravam, que os tencionavam a negociar vontades, raivas e palavras. Acaba o turno e parecia que, com cada um, eu tinha vivido uma história de tempos e, por isso foi estranho deixar o espaço com uma presença tão provisória. Obrigada aos plantonistas [...] não imaginam o quanto aprendi com cada um, valeu pela generosidade.²⁹

A hipótese do ser-tão como um **movimento** de constituição subjetiva, como uma forma de vivenciar as experiências inscritas no corpo, implica dizer que não se trata de uma estrutura psíquica. Todavia sua condição de possibilidade estaria dada por uma experiência de privação. Para investigar este tema, busco aqui aproximar o movimento de afirmação subjetiva que chamei de ser-tão, da análise empreendida por Maria Rita Kehl (2004) sobre as condições de possibilidade de uma política do ressentimento que também tem a privação por origem. Esta confrontação servirá somente para uma problematização dos fenômenos que aponto, restringindo-me apenas a indicar o caminho de uma pesquisa porvir. Arrisco-me, assim, em um terreno desconhecido, sem bússola para me orientar; sendo convocado a pronunciar, mais uma vez, as palavras de Riobaldo: “O senhor saiba: eu toda a minha vida pensei por mim, forro, sou nascido

²⁹ A autorização para publicar este relato me foi gentilmente concedida pela autora.

diferente. Eu sou é eu mesmo. Divêrjo de todo o mundo... Eu quase que nada não sei. Mas desconfio de muita coisa” (ROSA, 2006, p. 12).

Como vivência singular, o ressentimento é marcado por uma “constelação afetiva que serve aos conflitos característicos do homem contemporâneo, entre as exigências e as configurações imaginárias próprias do individualismo, e os mecanismos de defesa do **eu** a serviço do narcisismo” (KEHL, 2004, p. 11; grifo da autora). Ainda segundo Kehl, o ressentimento seria caracterizado por uma postura fantasmática que tende a interpretar a **falta** como **prejuízo**, responsabilizando o Outro pelas suas escolhas. Isto marca uma posição infantilizada, hierárquica, dependente, que atribui um poder superior ao Outro; alguém a quem caberia reconhecer e premiar os esforços de um Eu fraco, no sentido nietzscheano.

Contudo, esta posição fantasmática não é suficiente para distinguir o ressentido do neurótico. Como efeito de uma subjetividade hegemônica o ressentimento faz fronteira entre o afeto e a política, entre as escolhas e as possibilidades, entre o presente e o devir da história, entre o sujeito e aqueles que compõem com ele a comunidade; traz, portanto, a marca de uma singularidade. Todavia, como resultado de um processo de subjetivação, as condições para seu surgimento estão dadas somente nas democracias liberais modernas, o que nos permite falar em uma política do ressentimento.

[O ressentimento] é o afeto característico dos impasses gerados nas democracias liberais modernas, que acenam para os indivíduos com a promessa de uma igualdade social que não se cumpre, pelo menos nos termos em que foi simbolicamente antecipada. Os membros de uma classe ou de um fragmento social inferiorizado só se ressentem de sua condição se a proposta de igualdade lhes foi antecipada simbolicamente, de modo a que a falta dela seja percebida não como condenação divina ou como predestinação – como nas sociedades pré-modernas – mas como **privação**. São os casos em que a igualdade é “oficialmente reconhecida, mas não obtida na prática” (apud SCHELER, 1958 [1912], p. 21) que produzem o ressentimento na política. É preciso que exista um pressuposto simbólico de igualdade entre opressor e oprimido, entre rico e pobre, poderoso e despossuído, para que os que se sentem inferiorizados se ressentam. Mas uma outra condição deve estar aqui presente: é preciso também que a igualdade da lei democrática seja interpretada como dádiva paterna dos poderosos e não como conquista popular. O ressentimento na política produz-se na interface entre lei democrática – antecipação simbólica de igualdade de direitos – e as práticas de dominação paternalistas, que predis põem a sociedade a esperar passivamente que essa igualdade lhes seja legada como prova do amor e da bondade dos agentes do poder. (KEHL, 2004, p. 18; grifo da autora).

Portanto, para que uma política do ressentimento se instaure é preciso que se parta de uma configuração simbólica que reconheça o direito à igualdade³⁰ – ou igualdade de direitos – dos sujeitos. A igualdade se instaura em um campo simbólico comum e, portanto, se materializa na forma de uma **Constituição** da *Res Publica*. Essa chancela simbólica de reivindicações historicamente construída é denegada pelo ressentido, que atribui essas conquistas imaginariamente a um Outro contíguo à imagem de um Pai tão benemerente quanto autoritário. Trata-se, aqui, de uma passagem na lógica do fantasma do ressentido do Simbólico ao Imaginário, operada pelos significantes “igualdade” e “direito”, que apontam no Real uma falta. Ao preconizar a igualdade jurídica dos cidadãos, sem garantir as condições materiais de sua efetivação, a cultura oferece condições propícias para que os sujeitos identifiquem figuras que correspondam ao ideal de uma autoridade totalitária.

Ao tratar da especificidade da cultura brasileira, Kehl não desconecta a política do ressentimento de uma história colonial, patrimonialista e paternalista. Ao resgatar essa história, aponta um enlace particular de nossa cultura com algumas das conquistas mais sublimes da humanidade, como a democracia e os direitos humanos. Para avançarmos na caracterização disto que chamamos **experiência de privação de direitos** propomos uma pequena digressão:

O sociólogo do direito italiano Norberto Bobbio fala, em um livro capital para pensarmos os direitos humanos (BOBBIO, 2004), de uma distinção que, em sua obra, é secundária e lhe serve muito mais para apontar um hiato entre teoria e prática. Bobbio afirma existirem, no campo histórico de produção dos direitos humanos, “**direitos reivindicados**”, que não passam da expressão de uma vontade, de uma aspiração; “direitos apenas **proclamados** numa declaração”; e “direitos efetivamente **protegidos** num ordenamento jurídico inspirado nos princípios do constitucionalismo” (BOBBIO, 2004, pág. 9, grifos meus). Essa distinção servirá de norte, na medida em que somente os direitos protegidos garantem a segurança da cidadania e uma margem de exercício da liberdade.

Para pensar o conceito de privação, todavia, lanço mão das contribuições de Winnicott e Lacan: D. W. Winnicott trabalhou com crianças que desenvolveram uma tendência antissocial e, partindo da teorização kleiniana sobre o papel da agressividade

³⁰ É sutil o deslizamento entre a igualdade e a desigualdade/diferença. Caberia medir a distância entre esses significantes, aparentemente opostos, da mesma forma que Freud fez com relação à *heimlich* (familiar) e *unheimlich* (estranho).

no desenvolvimento emocional (teoria esta calcada numa releitura própria da obra de Freud, principalmente sobre o sentimento de culpa, o luto e a melancolia) e de Bowlby sobre a importância dos cuidados maternos na primeira infância para a saúde mental na idade adulta, pôde descrever que a origem do comportamento antissocial é a experiência de privação. Sobre a **privação**, diz o autor que: “uma criança **sofre privação** quando passam a lhe faltar certas características essenciais da vida familiar” (WINNICOTT, 2005, p. 138; grifo do autor). O uso do verbo “sofrer” neste contexto indica a vivência de algo de forma passiva. Mas, quem é o agente ativo desta ação? E, além do mais, quais seriam estas características essenciais da vida familiar? Outra abordagem da questão é importante e possível de ser feita a partir da leitura atenta e crítica da obra de Winnicott: ele afirma que “a **tendência antissocial implica esperança**” (WINNICOTT, 2005, p. 139; grifo do autor) e que existem duas direções na tendência antissocial: a busca de objeto (presente, por exemplo, no roubo e na mentira); e a destruição (resultante de sua necessidade de testar os limites da estabilidade ambiental). Articulam-se também nesta linha de pensamento experiência real ou, no vocabulário winnicottiano, ambiente; memória (cabe ressaltar que este é um atributo do sistema consciente); recalque (elemento inconsciente que impede a lembrança da experiência dolorosa, mas que se denuncia pela repetição do comportamento); agente ativo e sujeito passivo. Contudo, não se esclarece a particularidade do que foi perdido.

A nosso ver, esta é uma falha muito importante na teoria de Winnicott porque traz consequências não somente clínicas, mas também éticas e políticas. Para avançar neste ponto, gostaríamos de retomar um comentário de Jacques Lacan sobre esta questão. Em seu seminário de 1956-1957 (LACAN, 1995), propôs trabalhar o tema da relação de objeto. Nas primeiras aulas desse seminário fez vários comentários à teoria de Winnicott, em especial ao conceito de objeto transicional, e em seguida depreendeu daí o papel central que a falta do objeto tem para a teoria psicanalítica. Para o autor, na constituição subjetiva, a dimensão da falta pode se apresentar ao sujeito de três formas: como frustração, como privação, ou como castração.

É aqui que gostaríamos de apresentar uma hipótese que aproxima a distinção feita por Bobbio sobre as três formas do direito, das três formas de presentificação da falta em Lacan. Se a dimensão da Lei se institui a partir de uma falta e se a subjetivação se funda a partir das primeiras relações objetais: quais as consequências subjetivas do deparar-se com a dimensão da falta no ordenamento jurídico? Lembremos que a psicanálise tem no conceito de desamparo um de seus marcos mais importantes. E é a

partir dele que propomos pensar a articulação Lacan-Bobbio. De que forma este encontro ressignifica a condição de desamparo?

Para Lacan, a frustração é uma frustração imaginária de um objeto real. Podemos pensar a condição reivindicatória como algo que surge a partir de uma frustração. A reivindicação por direitos é a expressão de um anseio pela instauração da ordem simbólica que organize o laço social. Já a condição de sujeito barrado (castrado) pode ser pensada, dentro de uma concepção contratualista, como a condição do cidadão que abriu mão de parte de sua liberdade/desamparo em favor da segurança oferecida pelo Estado. Daí entender os direitos protegidos como o paradigma da cidadania. E a privação, seria a privação real de um objeto simbólico – lembrando que a entrada no mundo simbólico tem algo que remete ao reconhecimento de seus pares.

Mas como pode se dar uma falta no Real? Para Lacan, “a ausência de alguma coisa no real é puramente simbólica. É na medida em que definimos pela lei o que deveria estar ali que um objeto falta no lugar que é seu. [...] Quando falamos de privação, trata-se de objeto simbólico, e de nada mais” (LACAN, 1995, pág. 39). Podemos depreender daí um ponto importante para a delimitação de uma experiência de privação de direitos. A experiência de privação é o que permite pensarmos uma articulação do Real com um registro Simbólico, ou seja, com aquilo que é da ordem da Cultura e da História. A privação é uma experiência Real que aponta em direção à lei Simbólica. Contudo, o agente desta ação é um agente Imaginário (LACAN, 1995, pág. 220). O sujeito supõe ter sido privado de algo que lhe era de direito, mas não sabe dizer o quê e nem por quem.

Seguindo a distinção de Bobbio, os “direitos **apenas** proclamados numa declaração” (BOBBIO, 2004, p. 9; grifo meu) e que não se efetivam na forma de políticas públicas, serviços, programas, projetos e ações (re)produzem experiências de privação da igualdade de direitos. Somado a isso, o ideal narcisista do *self-made-man* – que conduz a um elogio da meritocracia – acaba por desembocar novamente em estratégias de exclusão das populações historicamente discriminadas; na medida em que denega o fato de que nem todos partem das mesmas condições para alcançar os mesmos alvos. O apontamento de Kehl da relação entre uma política do ressentimento, a vivência da injustiça e o individualismo é, neste sentido, muito pertinente:

A igualdade política que garante a todos os mesmos direitos e oportunidades situa os indivíduos, simbolicamente, em um mesmo patamar a partir do qual cada um se vê como competidor em relação a seus iguais. O pressuposto de

uma igualdade simbólica que não se faz acompanhar de igualdade de direitos garantidos de fato, aliado à identificação dos mais pobres com os valores dos privilegiados, corrói os laços de solidariedade – única forma de amparo coletivo do indivíduo isolado nas grandes massas urbanas. Apartados de seus semelhantes, que se apresentam como rivais, assim como de sua herança simbólica recalcada que possibilitaria o acesso a um saber inconsciente, os membros das sociedades modernas não compreendem a origem de seu desamparo e tendem a filiar-se sob a proteção de grandes formações identitárias (KEHL, 2004, p. 220).

Para concluir, sublinho o que diz Kehl acerca da superação de um modo de produção de subjetividade que conduz ao ressentimento de forma hegemônica: a passividade que caracteriza o ressentido impede que ele se veja como agente no jogo de poder em que está colocado. Como experiência de uma falta Simbólica que se inscreve no Real, a transmutação desse afeto deve passar por uma mudança efetiva tanto da posição do sujeito, quanto do cenário em que ele se encontra. Se o ressentido deve superar sua má-consciência para curar-se de sua doença, a política do ressentimento convoca um ato que – a exemplo de um “filosofar com o martelo” – produza efeitos no Real.

SOBRE A GUERRA

O plantão daquela tarde estava sendo muito difícil. Muitas crianças já haviam brigado, se batido e chorado. Subitamente, dentro do salão, uma guerra inicia. *Bellum omnium contra omnes* – “a guerra de todos contra todos” – como disse Hobbes (2002). As almofadas eram violentamente lançadas nos rostos sem pudor. Havia no ar uma mistura de êxtase e gana. Sorrateiramente, por trás dos sorrisos, o ódio se contorcia em gozo. Nós, adultos, estávamos em pânico. Um grupo de crianças pequenas brincava tranquilamente ao redor das mesas, num jogo de cartas. A guerra insistia em alcançá-las. Colocamos nossos corpos como barreira, na tentativa de delimitar um dentro-fora do campo de batalha. “Assim não dá... Assim não dá pra brincar... Vocês vão se machucar”, dizíamos em vão. Sugerimos: “Quem sabe a gente brinca de outra coisa?” Num momento de desespero pensamos: “E se de repente a gente tirasse as almofadas deles?” Não. Isso deslocaria a agressividade, que, ainda que visivelmente presente, estava circunscrita num frágil campo da fantasia, para um exercício real de autoritarismo e violência; onde um adulto – privado das palavras pelo ato de uma criança – exerceria sua autoridade de forma discricionária. Havíamos de suportar a brincadeira deles, por mais angustiante que fosse para nós. De repente, tempo. Exaustos, todos largaram as almofadas e foram tomar água. Foi o tempo de virarmos as costas, recolhermos algumas almofadas e estavam todos de volta. A guerra reiniciou com novo fôlego. Um menino pequeno resolveu participar e logo foi transformado em alvo. Todos contra um. Uma almofada bateu em seu rosto. Ele caiu no chão e começou a choramingar, reclamando que a almofada teria batido no seu olho. Dissemos a ele: “Tu sabias que esta é uma brincadeira em que as pessoas podem se machucar. Tu resolveste participar por que quis. Levante-se!” Sabíamos que não se tratava de uma simples brincadeira, era um exercício de suportar a dor. A pele exposta às sucessivas feridas vai ficando calejada. A dureza da vida ensina a não chorar. Ele não chorou mais. Outros, já cansados de apanhar e bater, começaram a se jogar ao chão. Eram agora alvos fáceis. Gritavam: “tempo!” Falamos então que o tempo é em cima do tapete. Eles encontraram o tempo, mas a violência insistia em alcançá-los. Colocamos o nosso corpo a serviço de sua proteção, servindo de barreira, sustentando e protegendo um tempo de não violência. Estávamos exaustos. Num descuido nosso, rompeu-se a barreira que separava o espaço das crianças menores. Dois rapazes tropeçaram e caíram um por cima do outro. As almofadas, extensões macias de seus punhos, caíram ao lado. Não havia mais

anteparo frente ao violento encontro com o Outro. Mas não foi necessário tocar-lhes. Recolhemos as duas almofadas e demos por encerrado aquele plantão.

A brincadeira se repetiu nas semanas seguintes. Uma vez com água. Outra vez com “12s” de madeira e fita crepe e camisetas enroladas nos rostos. É preciso suportar a violência. É preciso, ainda, sustentar o tempo. “Viver é muito perigoso...” (ROSA, 2006, p. 13)

GRATIDÃO

O senhor... Mire veja: o mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam. Verdade maior. É o que a vida me ensinou. Isso que me alegra, montão.

(Guimarães Rosa)

Chegado o fim deste percurso, só me resta o olhar retrospectivo, saudoso e agradecido pelos companheiros que encontrei nesta jornada. Em primeiro lugar tenho de fazer um agradecimento mais do que especial à professora e amiga Ana Maria Gageiro, sem quem este trabalho não existiria e nem mesmo a Casa dos Cata-Ventos. Se esta história tem uma heroína, com certeza é ela! Obrigado pela coragem de pôr em ação teu sonho, por compartilhar ele comigo logo nos teus primeiros passos (aquele café rendeu, hein?!) e por conseguir unir este bando de malucos pra sonharem junto contigo!

Devo um agradecimento também ao meu orientador, Prof. Edson de Sousa, sobretudo por me mostrar o sentido do que seja uma verdadeira **aposta**, significante que ganhou centralidade em minha pesquisa e que indica a plenificação de um afeto expectante. Obrigado pela confiança! Na pessoa dele, agradeço também a todos os membros do LAPPAP.

Agradeço de coração também à Sandra Torossian, que lá em 2010 já me anunciava que a Ana queria conversar comigo sobre um projeto com crianças em uma comunidade de Porto Alegre. Obrigado por todos os ensinamentos! Obrigado por enfiar os pés da psicanálise no barro! E, sobretudo, obrigado por me ensinar a reconhecer que a vida pulsa, ainda que nas situações mais adversas!

Preciso fazer um agradecimento especial também às professoras Simone Paulon, Carmen Oliveira e Fátima Fischer, que sempre estiveram por perto e me apoiaram.

Obrigado à Prof.^a Miriam Debieux Rosa que recebeu este convite tão inesperado para a banca e, mesmo assim, aceitou tão gentilmente.

Um agradecimento especial também a todos os amigos e companheiros de trabalho da Casa dos Cata-Ventos. Vocês são incríveis e me ensinam muito todos os dias!

Não poderia deixar de mencionar meus colegas da melhor turma de mestrado da cidade de todos os tempos da última semana! Bruna, Helen, Fernanda Bassani, Fernanda Culau, Carlos, Marília, Anamaria, Beta, Camila, Maurício, Adriano, Tiago,

Luciana, Loiva (membro-honorário) e todos os demais... sem vocês esse percurso não faria sentido nenhum!

Eu preciso mencionar também os meus amigos da Mega Jacinto, que presenciaram meu sacrifício, me retirando do nosso mundo-em-comum, para produzir uma obra. To morrendo de saudade de vocês!

Agradeço aos colegas da Sociedade Sulina Divina Providência e do programa Primeira Infância Melhor com quem tanto aprendi e continuo aprendendo, todos os dias! Obrigado por compartilharem a esperança de que um futuro diferente se faz agora!

Para todos vocês, as palavras de Guimarães Rosa:

Amigo, para mim, é só isso: é a pessoa com quem a gente gosta de conversar, do igual o igual, desarmado. O de que um tira prazer de estar próximo. Só isto, quase; e os todos sacrifícios. Ou – amigo – é que a gente seja, mas sem precisar de saber o por quê é que é (ROSA, 2006, p. 164).

Agradeço também à minha família que me deu todo o suporte, principalmente nestes últimos momentos de loucurada!

Agradeço à CAPES, cujo financiamento tornou esta pesquisa possível.

Por fim, gostaria de agradecer a todas as crianças com quem convivo, representadas pelas minhas afilhadas Gabrielle e Larissa: obrigado por me ensinarem que, se a vida não for uma grande brincadeira, ela não vale à pena!

TIROS PARA O ALTO

E estou contando não é uma vida de sertanejo, seja se for jagunço, mas a matéria vertente. Queria entender do medo e da coragem, e da gã que empurra a gente para fazer tantos atos, dar corpo ao suceder. O que induz a gente para más ações estranhas, é que a gente está pertinho do que é nosso, por direito e não sabe, não sabe, não sabe!

(Guimarães Rosa)

Era aniversário de uma das crianças. Em meio ao plantão decidiu-se cantar parabéns para ela. Ao final do “É big, é big, é big! É hora, é hora, é hora...” os meninos empunharam seus revólveres de brinquedo e atiram para o alto. Ouviu-se uma sinfonia de estampidos. Descobrimos depois que este é um ritual frequente dos traficantes da comunidade. O tiro que mata pode ser também o tiro que celebra. O fogo que queima junto com a bala que atravessa o corpo pode ser o projétil que lança uma esperança tão longe quanto o olho possa ver. O som que apavora pode ser também aquele que ecoa em festa.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a.

_____. *A Vida do Espírito*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010b.

ARIÈS, Phillipe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro, RJ: LCT Editora, 1981.

BAINES, Fernanda. A Palavra Verdadeira. In: MILMAN, Lulli & BEZERRA JR., Benilton (orgs.). *A Casa da Árvore: uma experiência inovadora na atenção à infância*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

BELTRAME, Anderson. *Tutela e Testemunho*. Monografia de Conclusão do Curso de Especialização em Direitos da Criança e do Adolescente pela Fundação Escola Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2010.

BEZERRA JR., Benilton. Os Desafios de um Experimento. In: MILMAN, Lulli & BEZERRA JR., Benilton (orgs.). *A Casa da Árvore: uma experiência inovadora na atenção à infância*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

BLOCH, Ernst. *O Princípio Esperança – volume 1*. Rio de Janeiro: EdUERJ: Contraponto, 2005[1959].

_____. *O Princípio Esperança – volume 3*. Rio de Janeiro: EdUERJ: Contraponto, 2006[1959].

BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2004.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: mar 2013.

_____. *Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: mar 2013.

_____. *Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm> Acesso em: mar 2013.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Jesuítas e as Crianças no Brasil Quinhentista. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das Crianças no Brasil*. São Paulo, SP: Contexto, 2008.

CORREIA, Adriano. Apresentação à Nova Edição Brasileira. In: ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a.

_____. Nota à Nova Edição Brasileira. In: ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010b.

DEBIEUX, Miriam. Uma Escuta Psicanalítica das Vidas Secas. In: *Rev. Textura*, 2002. Disponível em: <<http://www.revistatextura.com/leia/umaescpis.pdf>>. Acesso em: dez. 2012.

DIAS, Maria das Graças Leite Villela. Ato Psicanalítico e Final de Análise. In: *Fractal: revista de psicologia*. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/fractal/v20n2/07.pdf>>. Acesso em: mar. 2013.

DOLTO, Françoise. *A Causa das Crianças*. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2005.

DONZELOT, Jacques. *A Polícia das Famílias*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e Processo Político no Brasil. In: RIZZINI, Irene & PILOTTI, Francisco (org.). *A Arte de Governar Crianças: a história das*

políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. São Paulo, SP: Cortez, 2009.

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: _____. *Ditos e Escrito IV: estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a.

_____. *O Poder Psiquiátrico: curso dado no Collège de France (1973-1974)*. São Paulo: Martins Fontes, 2006b.

_____. *Os Anormais: curso no Collège de France (1974-1975)*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

HOBBS, Thomas. *Do Cidadão*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

JACOBY, Russell. *Imagem Imperfeita: pensamento utópico para uma época antiutópica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

KEHL, Maria Rita. *Ressentimento*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

LACAN, J. *O Seminário, Livro 5: as formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

_____. *O Seminário, Livro 4: a relação de objeto*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Ed., 1995.

MACHADO, Martha de Toledo. *A Proteção Constitucional de Crianças e Adolescentes e os Direitos Humanos*. Barueri, SP: Manole, 2003.

MILMAN, Lulli. As Casas e suas Comunidades. In: MILMAN, Lulli & BEZERRA JR., Benilton (orgs.). *A Casa da Árvore: uma experiência inovadora na atenção à infância*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008a.

_____. Os Limites da Casa da Árvore. In: GARCIA, C. & CARDOSO, M. *Limites da Clínica, Clínica dos Limites*. Rio de Janeiro: Cia de Freud: FAPERJ, 2011.

_____. Um Pouco da História. In: MILMAN, Lulli & BEZERRA JR., Benilton (orgs.). *A Casa da Árvore: uma experiência inovadora na atenção à infância*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008b.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME.

Tipificação Nacional de Serviços Sócio-Assistenciais. Disponível em:

<<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/cras/documentos/Tipificacao%20Nacional%20de%20Servicos%20Socioassistenciais.pdf>>. Acesso em: mar. 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Convenção sobre os Direitos da Criança*.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm>. Acesso em: mar. 2013.

PINTO, Cláudia Prado A. & FARIAS, Kátia Heloiza de. A Idéia de Prevenção na Casa da Árvore. In: MILMAN, Lulli & BEZERRA JR., Benilton (orgs.). *A Casa da Árvore: uma experiência inovadora na atenção à infância*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

RAMOS, Fábio Pestana. A História Trágico-Marítima das Crianças nas Embarcações Portuguesas do Século XVI. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das Crianças no Brasil*. São Paulo, SP: Contexto, 2008.

RIZZINI, Irene. *O Século Perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. São Paulo, SP: Cortez, 2008.

RODULFO, Ricardo. *Desenhos Fora do Papel: da carícia à leitura-escrita na criança*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

RODULFO, Ricardo. *El Niño y El Significante: um estudio sobre las funciones del jugar en la constitución temprana*. Buenos Aires: Paidós, 2008[1989].

ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: veredas*. Ed. Comemorativa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

SARAIVA, João Batista Costa. *Adolescente em Conflito com a Lei: da indiferença à proteção integral: uma abordagem sobre a responsabilidade penal juvenil*. Porto Alegre, RS: Livraria do Advogado, 2005.

SOUSA, Edson Luiz André de. A Eloquência da Agressividade e o Silêncio da Violência. In: José Vicente Santos; Beatriz Nery; Cátia Simon. (Orgs.). *A Palavra e o Gesto Emparedados: a violência na escola*. Porto Alegre: SMED, 1999.

_____. *Uma Invenção da Utopia*. São Paulo: Lumme Editor, 2007.

TELES, Irene Plattek. Violência e Desigualdade Social na Casa da Árvore. In: MILMAN, Lulli & BEZERRA JR., Benilton (orgs.). *A Casa da Árvore: uma experiência inovadora na atenção à infância*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

WINNICOTT, Donald. *O Brincar e a Realidade*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1975.

WINNICOTT, Donald. *Privação e Delinquência*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

VIDEOGRÁFICAS

CORONEL, Elisabeth & MEZAMAT, Arnaud de. *Parler Vrai*. França: 1994.

MUSICAIS

CÉZAR, Chico & MATA, Vanessa da. A Força que Nunca Seca. In: MATA, Vanessa da. *Vanessa da Mata*. Brasil: Sony Music, 2002.